

ESTUDO SOCIOECONÔMICO 2006 SÃO JOÃO DA BARRA

OUTUBRO 2006

SÃO JOÃO DA BARRA

Conselho Deliberativo

Presidente

José Gomes Graciosa

Vice-Presidente

Marco Antonio Barbosa de Alencar

Conselheiros

Aluisio Gama de Souza

José Leite Nader

José Maurício de Lima Nolasco

Jonas Lopes de Carvalho Junior

Julio Lambertson Rabello

Ministério Público Especial

Horácio Machado Medeiros

Secretário-Geral de Planejamento

Horácio de Almeida Amaral

Secretária-Geral de Controle Externo

Maria Luiza Bulcão Burrowes

Secretário-Geral de Administração

Carlos César Sally Ferreira

Secretário-Geral das Sessões

Mauro Henrique da Silva

Procurador-Geral

Sylvio Mário de Lossio Brasil

Chefe de Gabinete da Presidência

Maria Veronica de Souza Madureira

Diretor da Escola de Contas e Gestão

José Augusto de Assumpção Brito

**Coordenador de Comunicação Social,
Imprensa e Editoração**

Álvaro Miranda

Arte e Editoração:
Coordenadoria de Comunicação Social, Imprensa e Editoração
Praça da República, 70/2º andar
20211-351 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (21) 3231 4134 / (21) 3231 5283
www.tce.rj.gov.br
ccs@tce.rj.gov.br

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apresenta a nova edição dos “Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses”, abrangendo o período de 2000 a 2005. Este trabalho teve início há seis anos, quando o Presidente, Conselheiro José Gomes Graciosa, determinou à Secretaria-Geral de Planejamento a elaboração de um banco de dados capaz de servir tanto como fundamento para a elaboração de políticas públicas efetivas no âmbito municipal, como de base para consulta pelos diversos interessados na realidade e no desenvolvimento dos municípios fluminenses.

O objetivo é apresentar o desempenho de diferentes áreas sociais e de governo de cada município fluminense. O administrador tem aqui maiores subsídios para que sejam adotadas melhores decisões no atendimento às necessidades da população. Servem, também, como referência para políticos, técnicos, pesquisadores, estudantes e todos os que tenham interesse em conhecer um município específico, uma determinada região de nosso Estado, ou todo o seu conjunto.

A rapidez das transformações nos dias atuais leva a descartar sistemas rígidos e formais de planejamento, substituindo-os pelas técnicas de cenários e pela visão e gestão estratégicas. Há diferenças entre o setor privado e o público relacionadas aos marcos legais, à influência exercida pela população, às lideranças políticas, aos sistemas gerenciais e organizacionais. Mesmo com tais limitações, o planejamento estratégico no setor público permite melhor definição de prioridades, reforça a cultura das diversas organizações, propiciando maior mobilização do servidor, melhor comunicação interna, melhor comunicação com os cidadãos e melhoria dos serviços ao cliente.

As organizações são compostas por pessoas e grupos de pessoas reunidas para atingir um objetivo compartilhado através da divisão do trabalho, integrados a processos continuados de decisões baseadas em informações. São entidades sociais, portanto. Esforços estratégicos podem resultar em organizações que cumprem melhor suas funções. O governo do século XXI deve ser centrado no cidadão. A transparência e a responsabilidade fiscal são, hoje, pauta diária de todos os gestores. Os legisladores criaram mecanismos de controle de receitas, despesas e endividamento, estabeleceram a gestão fiscal pautada no aumento da arrecadação, no controle dos gastos, no uso adequado dos recursos e na prestação de contas feita em linguagem acessível a qualquer cidadão.

A profissionalização dos servidores públicos, portanto, deve substituir a tradicional relação de tutela pela avaliação de desempenho. A capacitação e conscientização continuada do pessoal existente e a contratação de novos quadros devem propiciar as mudanças necessárias à cultura organizacional e garantir a continuidade administrativa às alternâncias políticas que ocorrem a cada novo mandato. Tais mudanças estão ocorrendo desde a União, passando pelos Estados, alcançando os municípios maiores, e chegando aos menores. É questão de tempo, pois tal avanço é inexorável.

O planejamento passa a ser um processo permanente, obedecendo a princípios técnicos, com vistas ao desenvolvimento econômico e social e à contínua melhora das condições de vida da população, gerando transformações positivas. Programas passaram

a ser a unidade básica de organização do Plano Plurianual (PPA) e o módulo de integração do Plano com o orçamento.

Os programas, por sua vez, devem referir-se à solução de problemas precisamente identificados, com seus produtos estabelecidos, e metas e custos quantificados. Sua execução deve ser monitorada e seus resultados avaliados mediante indicadores especificamente construídos, uma vez que só é possível avaliar o que se pode medir.

Continuamos com o firme propósito de evidenciar a necessidade de se estabelecer um conjunto de indicadores sobre as diversas áreas sociais e de governo, de modo a orientar prioridades, objetivos e programas no PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e nas suas alterações posteriores através dos créditos adicionais, ajustando-se os instrumentos de ação para alcançar melhores resultados junto à população.

A presente edição é uma coleção de noventa e um estudos de cada município jurisdicionado a este Tribunal de Contas, além de um caderno que compara os desempenhos das finanças dos mesmos municípios, tendo sido elaborada pelo Núcleo de Estudos Socioeconômicos desta Secretaria-Geral, coordenado por Marcelo Franca de Faria Mello, assessorado por Carlos Eduardo Lopes Soares e Vânia Brandão Lázaro. Colaborou Luana Figueiredo Ferreira Lós de Sousa.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

Outubro de 2006

SUMÁRIO

I - HISTÓRICO	7
II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	9
Aspectos turísticos	13
Uso do solo	15
Outros aspectos ambientais.....	19
Gestão municipal.....	21
Governo eletrônico	23
III - INDICADORES SOCIAIS	28
Educação no estado e no município	34
Saúde.....	47
Mercado de trabalho	55
IV - POTENCIALIDADES DOS MUNICÍPIOS E COMPETITIVIDADE ESTADUAL	63
IQM – Potencial para o desenvolvimento.....	63
Metodologia do IQM – <i>Ranking</i>	64
Os resultados no <i>Ranking</i>	65
IQM – Multicritério	70
Metodologia do IQM – Multicritério.....	70
Os resultados pela análise Multicritério.....	71
A nova dinâmica territorial do estado	73
ICE-F – Índice de competitividade estadual - fatores.....	75
Os principais eixos viários.....	78
V - INDICADORES ECONÔMICOS.....	81
Economia do Estado do Rio de Janeiro	81
Produção industrial.....	82
Comparações inter-regionais	83
Indústria extrativa	83
Indústria de transformação.....	84
Comércio varejista.....	86
Agropecuária	88
Construção.....	89

SÃO JOÃO DA BARRA

Serviços industriais de utilidade pública (SIUP)	89
Comunicações.....	89
Transportes	89
Serviços	90
Administração pública	90
Estimativa do crescimento do PIB.....	90
PIB <i>per capita</i>	91
Petróleo e derivados	92
Desempenho econômico regional e local.....	95
VI - INDICADORES FINANCEIROS	100
VII - CONCLUSÃO.....	114
Referências bibliográficas	116

I - HISTÓRICO ¹

Inicialmente pertencente à capitania de São Tomé, a região de São João da Barra, antiga "Barra de São João da Paraíba do Sul", teve como donatário Pero de Góis da Silveira, que tratou de povoar a região edificando uma vila, chamada "Vila da Rainha", localizada poucos quilômetros acima da foz do rio Itabapoana. Contudo, após sofrer inúmeros ataques dos índios goytacazes, a vila foi abandonada.

Com o intuito de povoar a região, a coroa portuguesa determinou ao governador do Rio de Janeiro, Martim Corrêa de Sá, que a capitania de São Tomé fosse dividida, e seus lotes doados a sesmeiros. Assim, os lotes foram entregues aos chamados "Sete Capitães", militares portugueses que lutaram na expulsão dos franceses da Baía de Guanabara.

Entretanto, a história dá notícia de um pequeno aldeamento, em São João da Barra, por volta do ano de 1622. Um grupo de pescadores deixou Cabo Frio e seguiu para o local onde hoje está erguida a igreja de Nossa Senhora da Penha, em Atafona. Com pesca farta, o grupo resolveu ficar. O povoado foi fundado pelo pescador Lourenço do Espírito Santo. Oito anos depois, uma tragédia deslocaria os pescadores da região para o local onde está a Igreja Matriz de São João Batista, na sede do município. Foi em 1630, ano de fundação do povoado de São João Batista da Paraíba do Sul.

O cultivo da cana-de-açúcar foi logo introduzido na área, mas o aldeamento não conseguiu progredir rapidamente, devido aos ataques constantes dos indígenas. A região só voltou a ser efetivamente ocupada quando bandeirantes ergueram um pouso de tropas na capitania, em torno do qual a população começou a se aglomerar, edificando uma capela dedicada a São João Batista da Barra. O núcleo urbano foi elevado à condição de freguesia em 1644, ocasionando maior fluxo de colonizadores, o que permitiu maior desenvolvimento para a lavoura canavieira.

Em 1677, o povoado tornou-se vila de São João da Praia, a única vila do Estado do Rio de Janeiro fundada exclusivamente por pescadores, face a edição da Ordem do Governador da Capitania, expedida em 06 de junho daquele ano, e instalado no dia 18. Porém, o município foi anexado à capitania do Espírito Santo em 1753, retornando à Província Fluminense em 1832. A vila foi elevada à categoria de cidade em 1850, com o nome atual de São João da Barra onde a prosperidade reinava, beneficiada pela riqueza que chegava pelo porto fluvial, no Cais do Imperador.

Até meados do século XIX, época da expansão dos engenhos a vapor, o porto de São João da Barra foi o escoadouro natural da produção de açúcar do Norte Fluminense mas, a partir desse período, não mais conseguiu desempenhar essa função, em decorrência do assoreamento da barra e aumento do calado dos navios. Após o fechamento da companhia de navegação, os problemas só não foram maiores em virtude da estrada de ferro e da indústria de bebidas.

Ao final do século XIX, a construção do canal Macaé - Campos e a implantação da ferrovia, por meio da qual toda a produção açucareira passou a ser exportada, fizeram com que a cidade perdesse a importância portuária que mantinha, passando a

1 - Fontes: Estudos para o Planejamento Municipal – SECPLAN/FIDERJ – 1978; Abreu, A. "Municípios e Topônimos Fluminenses – Histórico e Memória". Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994; e sítio www.sjb.rj.gov.br.

SÃO JOÃO DA BARRA

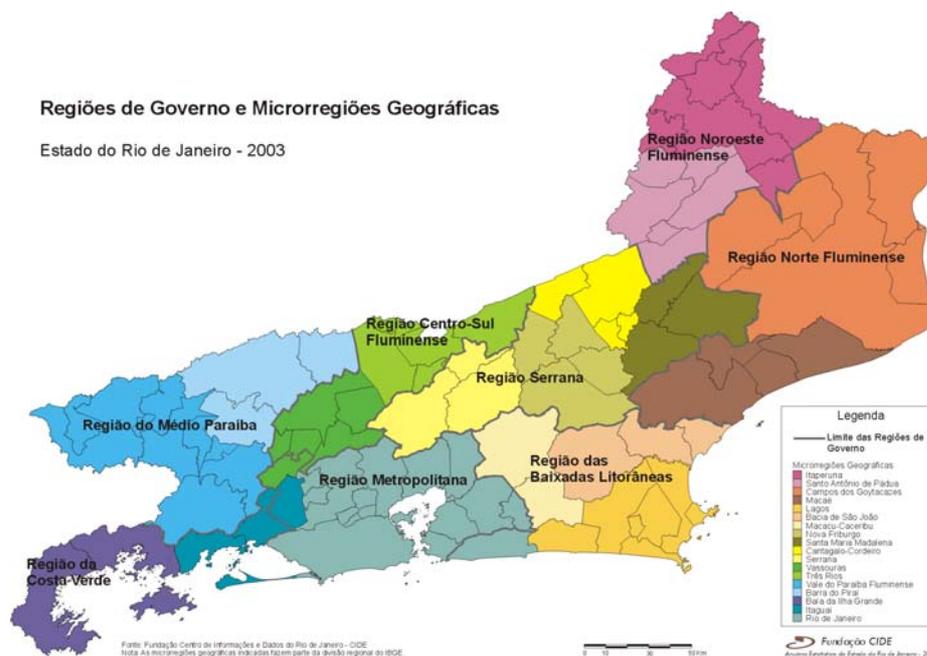
desempenhar papel de centro de comércio e serviços da população, em grande parte dedicada à agricultura e pecuária.

A cidade sofre a concorrência do centro polarizador de Campos, que inibe as funções urbanas de São João da Barra. Por outro lado, Atafona e Grussaí passaram a desempenhar funções de veraneio. Mais uma vez um porto, desta vez pelo mar, promete transformar o município em importante instrumento de contribuição para a indústria de petróleo.

SÃO JOÃO DA BARRA

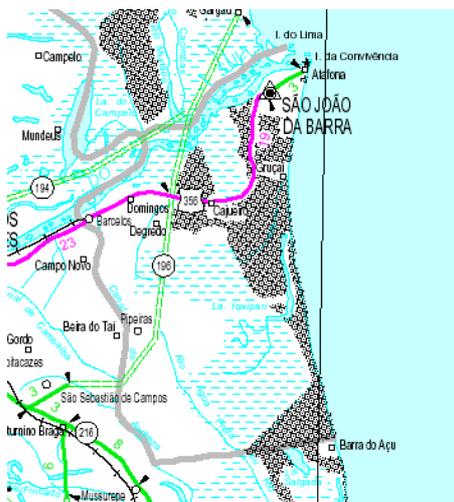
II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

São João da Barra pertence à Região Norte Fluminense, que também abrange os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana.



O município tem uma área total² de 457,8 quilômetros quadrados, correspondentes a 4,7% da área da Região Norte Fluminense.

São João da Barra é o ponto de partida da BR-356, que acessa Campos dos Goytacazes e segue em direção a Minas Gerais.



2 - IBGE/CIDE - 2002.

SÃO JOÃO DA BARRA

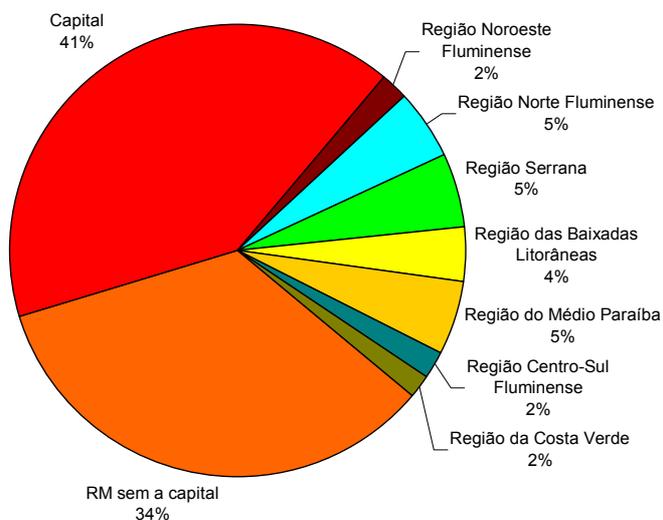
De acordo com o censo de 2000, São João da Barra tinha uma população de 27.682 habitantes, correspondentes a 4,0% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 99,6 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 64 habitantes por km², contra 74 habitantes por km² de sua região. Sua população estimada em 2005 ³ é de 28.609 pessoas.

O município apresentou ⁴ uma taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 3,20% ao ano, contra 1,49% na região e 1,30% no Estado. Sua taxa de urbanização corresponde a 70,9% da população, enquanto que, na Região Norte Fluminense, tal taxa corresponde a 85,1%.

São João da Barra tem um contingente de 22.557 eleitores ⁵, correspondentes a 79% do total da população. O município tem um número total de 17.450 domicílios ⁶, com uma taxa de ocupação de 47%. Dos 9.253 domicílios não ocupados, 82% têm uso ocasional, demonstrando o elevado contingente de turistas de temporada e de fim de semana.

A distribuição da população na região do município e no Estado, de acordo com o Censo 2000, dava-se conforme gráficos a seguir:

Distribuição da população



3 - IBGE.

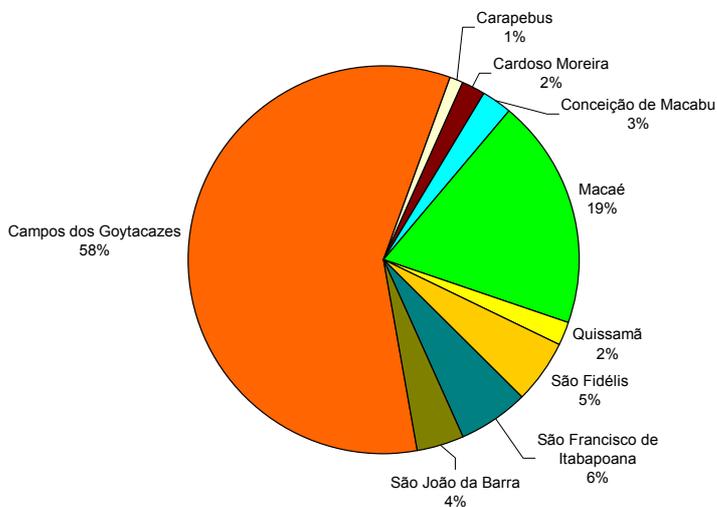
4 - Fundação CIDE.

5 - TSE - Dados de junho 2005.

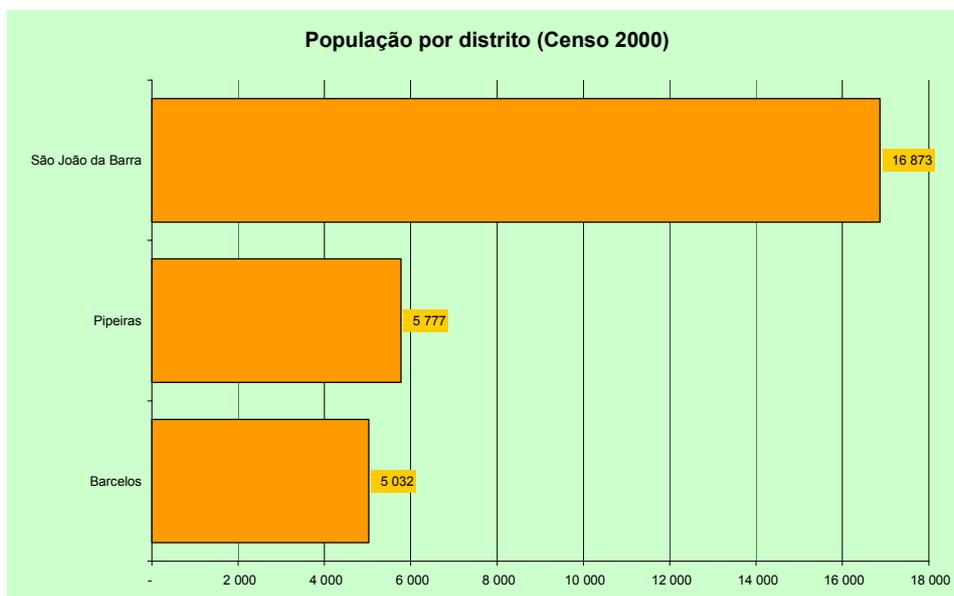
6 - IBGE - Censo 2000.

SÃO JOÃO DA BARRA

Distribuição da população na Região Norte Fluminense

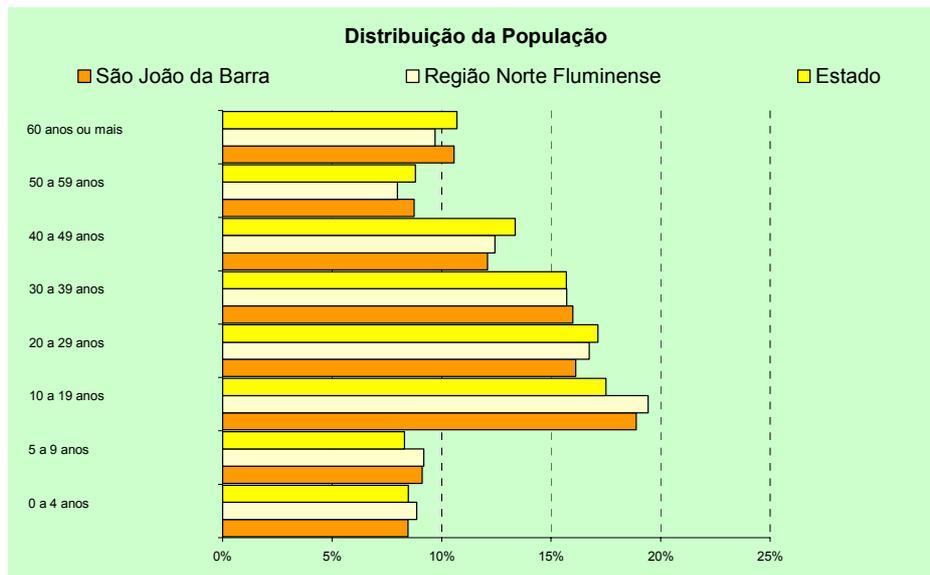


A população local distribui-se no território municipal conforme gráfico a seguir:



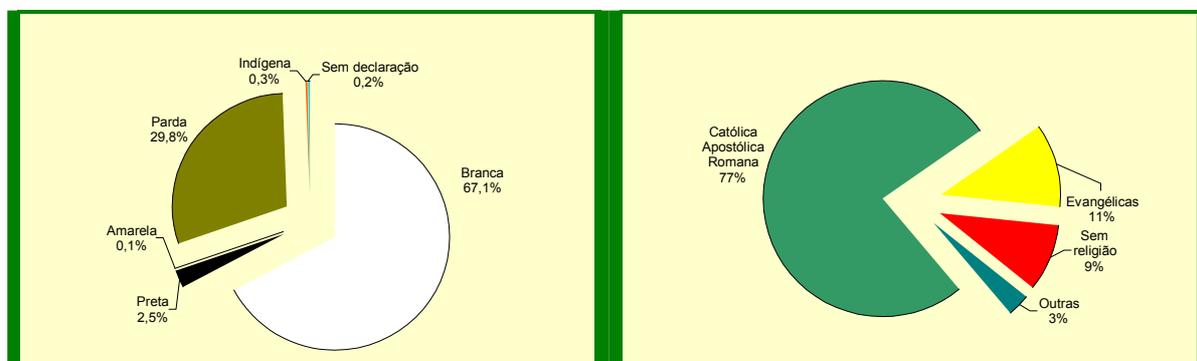
A população residente, por grupos de idade, apresenta o quadro a seguir, em comparação com a região do município e o Estado:

SÃO JOÃO DA BARRA



Ao examinarmos o gráfico, percebemos que a faixa etária predominante encontra-se entre os 10 e 39 anos, e que idosos representam 11% da população do município, contra 17% de crianças entre 0 e 9 anos.

Apresentamos, a seguir, as distribuições de cor ou raça da população do município, assim como por religião:



Percebe-se que há uma predominância de pessoas que se declaram brancas, representando 67,1% da população, contra 22,3% de afrodescendentes e que o número de católicos, 77%, é superior a soma dos praticantes de outras religiões.

São João da Barra possui uma agência de correios⁷, 2 agências bancárias⁸ e nenhum estabelecimento hoteleiro⁹. Quanto aos equipamentos culturais¹⁰, o município não dispõe de cinema, teatro e museu, mas tem 1 biblioteca.

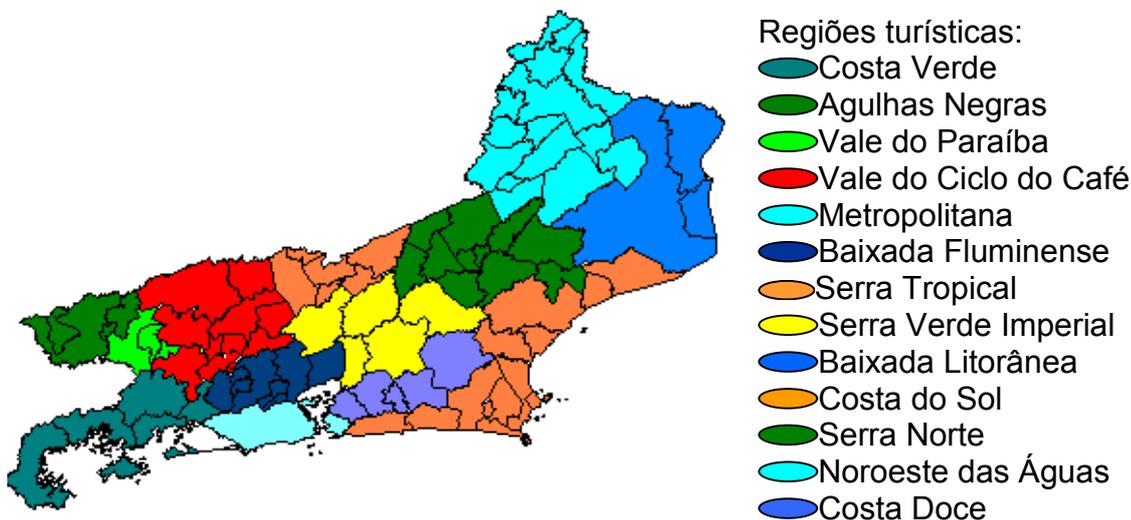
7 - ECT - 2004.
 8 - BACEN - 2004.
 9 - MTE-RAIS - 2003.
 10 - SEBRAE - 2000.

SÃO JOÃO DA BARRA

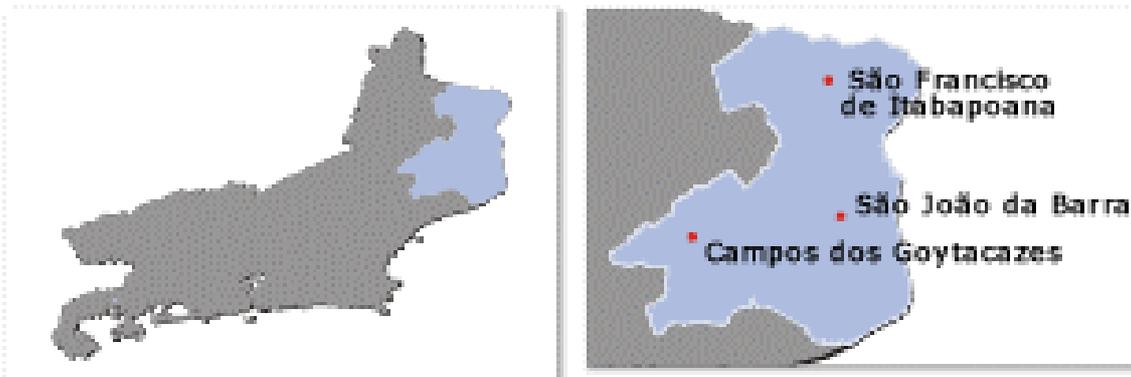
• Aspectos turísticos ¹¹

O turismo proporciona diversos benefícios para a comunidade, tais como geração de empregos, produção de bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população. Incentiva, também, a compreensão dos impactos sobre o meio ambiente. Assegura uma distribuição equilibrada de custos e benefícios, estimulando a diversificação da economia local. Traz melhoria nos sistemas de transporte, nas comunicações e em outros aspectos infra-estruturais. Ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, dos bairros e edifícios históricos, melhorando a auto-estima da comunidade local e trazendo uma maior compreensão das pessoas de diversas origens.

A Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, a Turisrio, apresenta os potenciais turísticos do Estado divididos em treze regiões distintas, conforme suas características individuais.



Campos dos Goytacazes; Cardoso Moreira; São Fidélis; São Francisco de Itabapoana e São João da Barra pertencem à **região turística Costa Doce**.



11 - Para maiores informações, consulte o site www.turisrio.rj.gov.br.

SÃO JOÃO DA BARRA

O município oferece roteiros históricos, ecológicos e culturais, em meio a uma geografia de planície privilegiada com variados quadros naturais formados por lagoas, rio e mar. O município tem 32 quilômetros de praias: Atafona, Chapéu de Sol, Grussaí, Iquipari e Açú. Suas areias têm camadas radioativas recomendáveis à saúde, o clima é quente e úmido, com temperaturas que oscilam entre 15° e 31° C.

Atrações naturais

- Cachoeira de São Romão, com várias piscinas naturais, situadas no meio da Mata Atlântica.
- Rio Paraíba do Sul, atravessa todo o Estado do Rio, de sul a norte, sendo navegável no trecho entre São João da Barra e Atafona.
- Praia de Atafona, encontro do rio com o mar, formando o segundo maior delta do país. Manguezais, pesca abundante, areias monazíticas e alta concentração de iodo no mar.
- Praia de Chapéu de Sol, tem mar tranquilo.
- Praia de Grussaí, localiza-se em trecho de mar e lagoa.
- Praia de Iquipari, santuário ecológico com mar e lagoa protegido por lei ambiental, tem flora e fauna nativos exuberantes.
- Praia do Açú, com extensão aproximada de 10 km, limita-se ao sul com o Município de Campos. Antes de se chegar à praia, encontra-se uma área de mangue. Suas águas possuem temperatura amena e coloração barrenta, atribuída à mistura das águas do rio Paraíba do Sul com as do Oceano Atlântico por um longo trecho da costa do Estado.

Atrações culturais

- Igreja Matriz de São João Batista, construída em 1630 e incendiada em 1882, sofreu várias reformas, sempre mantendo suas linhas originais em formato de cruz
- Igreja da Nossa Senhora da Boa Morte, construída em 1847, está localizada em praça que possui um cruzeiro iluminado no seu centro e canteiros floridos e arborizados, rodeada por casas residenciais.
- Igreja de São Benedito, localizada em praça arborizada, com canteiros e bancos, fazendo parte do seu entorno o Colégio Senecista São João da Barra, casas comerciais e residenciais. A Igreja foi fundada em 1839. Porém, desde cerca de 1730, já existia em São João da Barra uma confraria de devotos do Santo Antônio dos Negros, cuja imagem feita em pedra sabão, da época dos jesuítas, encontra-se em um altar da Igreja.
- Igreja de São João Batista, situada em uma praça onde as árvores são podadas em formatos geométricos diversos, rodeada por casas residenciais, se destacam, à sua frente, a antiga Cadeia Pública e, aos fundos, a continuação da praça e uma fábrica de bebidas. Mais antiga igreja da cidade, foi inaugurada em 1630 como uma pequena capela de madeira. A partir de 1725, iniciou-se a construção de um templo mais espaçoso,

SÃO JOÃO DA BARRA

embora ainda de madeira, em cujas laterais também foram edificadas mais duas capelas: a do Senhor dos Passos e a do Rosário. Mais tarde, em 1818, todo esse conjunto foi demolido, quando então se construiu um templo de pedra e cal. Em 1882, um incêndio o destruiu quase totalmente, reconstruído aos poucos com a subvenção da Câmara Municipal e do povo.

- Igreja de São Pedro, localizada em praça arborizada, com canteiros e bancos e um cruzeiro iluminado à noite, é ladeada pelo Rio Paraíba do Sul e por casas residenciais e comerciais. A Igreja do padroeiro dos pescadores teve sua pedra fundamental lançada em 1868.

- Igreja Nossa Senhora da Penha, localizada próximo à foz do Rio Paraíba, em Atafona, sua construção data de 1881.

- Casa da Câmara e Cadeia Pública, inaugurada em 1797, nela funciona uma biblioteca e salão de exposições.

- Estação de Trem de São João da Barra e Atafona, construída em 1896, ligando a praia de Atafona a Campos e, daí, ao Rio de Janeiro, para transportar passageiros e cargas da região e do exterior.

- Solar do Barão de Barcelos, construído em meados do século XIX para abrigar a família do fundador da Usina Barcelos.

- Outros exemplares de arquitetura histórica:

- Antigo cinema, localizado no prédio do Teatro São João;

- Antigo Mercado Municipal (atual Centro Cultural Narcisa Amália);

- Cais do Imperador, onde desembarcou D. Pedro II e sua comitiva em 1847 e 1883;

- Prédio do Fórum Municipal;

- Ruínas da Ponte Velha, sobre o Rio São João;

- Casa da Cultura, antigo Grupo Escolar Alberto Torres, cuja construção data da segunda metade do século XIX.

Para concluir o presente tópico sobre turismo, foram pesquisados atrativos turísticos adicionais que os próprios municípios divulgam pela internet.

O sítio oficial do município (www.sjb.rj.gov.br), acessado em 10/07/06, apresenta fotos de algumas das atrações citadas e sugestões de roteiros para passeios.

- **Uso do solo**

Em maio de 2003, a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE publicou o IQM – Verde II, seqüência do primeiro estudo, lançado em julho de 2001. Ambos comparam as áreas cobertas pelos remanescentes da cobertura vegetal com as ocupadas pelos diversos tipos de uso do solo, criando, desta forma, o Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (**IQUS**). O monitoramento dos diferentes ambientes fitoecológicos pode servir de guia para o estabelecimento de políticas públicas

SÃO JOÃO DA BARRA

confiáveis. As informações do mapeamento digital têm base em dados coletados em 1994 (primeiro IQM) e em 2001 (segundo estudo).

No Estado do Rio de Janeiro o mapeamento de uso do solo e cobertura vegetal teve a seguinte evolução:

Uso do solo	Área em km ² (1994)	%	Área em km ² (2001)	%
Pastagens	19.556	44,5	21.669	49,4
Florestas ombrófilas densas (formações florestais)	7.291	16,6	4.211	9,6
Capoeiras (vegetação secundária ¹²)	6.814	15,5	8.071	18,5
Área agrícola	4.135	15,5	4.167	9,5
Restingas, manguezais, praias e várzeas (formações pioneiras)	1.900	4,3	1.579	3,6
Área urbana	1.846	4,2	2.763	6,3
Corpos d'água	995	2,3	921	2,1
Não sensoriado	586	1,3	0	0,0
Área degradada	506	1,2	132	0,3
Afloramento rochoso e campos de altitude	241	0,5	175	0,4
Outros	39	0,1	132	0,3
Total	43.910	100,0	43.864	100,0

São relevantes as mudanças ocorridas em um período de apenas sete anos, durante os quais, campos e pastagens cresceram 11%, sem que isso signifique aumento da produção pecuária. As formações florestais foram reduzidas em 42% de sua área original, enquanto a vegetação secundária crescia 19%. Não houve expressividade no aumento de um ponto percentual em área agrícola. As formações pioneiras foram reduzidas em 16% e áreas urbanas aumentaram seu tamanho em 50%.

Em uma primeira análise do conjunto do Estado no ano de 2001, podemos destacar que:

- Quarenta e oito municípios fluminenses tinham mais de 50% de sua área ocupada por campo/pastagem, destacando-se os municípios de Italva, São José de Ubá, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, Itaocara, Itaperuna e Aperibé, com média de 90%.
- Cinquenta e três municípios tinham menos de 1% de sua área coberto por florestas. Em todo o Estado, só restam 19% de áreas com florestas primárias ou secundárias antigas em estágio avançado, restingas arbóreas e savana estépica. Se for considerada a área de floresta secundária de inicial a médio estágio de regeneração natural, a cobertura arbórea atinge 28% do território, ou seja, 12.400 quilômetros

12 - De acordo com a Resolução CONAMA nº 010, de 01/10/93, a vegetação secundária é resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação natural por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária.

SÃO JOÃO DA BARRA

quadrados. Cabe ressaltar que 64% das florestas do Rio estão localizados em unidades de conservação da União e do Estado.

- Com relação a vegetação secundária, vinte e dois municípios têm mais de 30% de seu território com esse tipo de cobertura do solo. Cordeiro, Teresópolis e Engenheiro Paulo de Frontin atingiram a média de 50%.

- A agricultura não é desenvolvida em trinta municípios, e outros vinte e sete têm menos de 1% de área plantada. Nessa atividade, destacam-se as proporções de área plantada pela área total dos municípios de São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cabo Frio e Quissamã.

- As formações pioneiras são destaque em São João da Barra, com 80% de seu território ocupado por restingas, manguezais, praias e várzeas. Cinquenta e nove municípios não têm formações pioneiras remanescentes.

- Municípios com complexos lagunares das Regiões Norte e das Baixadas Litorâneas são os que detêm maiores áreas de corpos d'água.

- O município da capital apresentou estabilidade em formações florestais, tomando 8% do seu território, e em formações pioneiras, que ocupam outros 8%. A área de campo/pastagem reduziu-se à metade dos 11% medidos em 1994, assim como a área agrícola caiu de 3,4 para 2,7% em 2001. As áreas degradadas cresceram de 5,0 para 5,6%. Foi expressivo o aumento da mancha urbana carioca, que evoluiu de 37,9 para 56,7%. Em termos percentuais, a capital é superada em área urbana somente por São João de Meriti, Belford Roxo, São Gonçalo e Niterói; entretanto, os 680 km² da urbe carioca equivalem ao dobro da soma desse tipo de uso do solo nestes quatro municípios, ou a 25% das áreas urbanas totais do Estado.

- Cardoso Moreira e São Fidélis, da Região Norte, e todos os municípios da Região Noroeste têm um ciclo de seca maior que oito meses por ano e apresentam expressivos níveis de desmatamento, o que contribui para a extinção de nascentes de pequenos rios e riachos, observando-se aumento de frequência de vales com leitos secos.

Os municípios do Estado do Rio de Janeiro foram classificados segundo os Índices de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal – **IQUS** abaixo:

IQUS	Características
Rodeio	Maior percentual de pastagens; presença de pequenas manchas urbanas; pequena influência de formações originais e de áreas agrícolas
Rural	Maior percentual de formações originais e de áreas agrícolas; presença de áreas urbanas, degradadas e de vegetação secundária; quase nenhuma influência de pastagens
Nativo	Maiores áreas de formações originais e de pastagens; presença de vegetação secundária e áreas agrícolas; pouca influência das áreas urbanas e degradadas
Verde	Grandes áreas de formações originais e/ou de vegetação secundária; menores valores percentuais de áreas urbanas, agrícolas, de pastagem ou degradadas
Metrópole	Maior percentual de áreas urbanas

SÃO JOÃO DA BARRA

São João da Barra, com base no levantamento de 1994, tinha sua área distribuída da seguinte maneira: 76% de formações pioneiras, 16% de área agrícola e 4% de corpos d'água. O município se encaixava no cluster F1 - NATIVO II, agrupamento com os últimos grandes estoques de formações originais (florestas densas e de vegetação de restinga).

Já em 2001, ocorreu crescimento de formações pioneiras para 80% do território municipal e redução expressiva em área agrícola para 8%. O segundo estudo classificou-o como pertencente ao cluster G2 - NATIVO, caracterizado por predominância de formações originais, com destaque para a Mata Atlântica na Costa Verde, e para as restingas, em São João da Barra, no Norte Fluminense. Dentre as localidades deste agrupamento, constam São João da Barra, único município da Região Norte; e três da Região da Costa Verde - Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba.

O IQM Verde identifica, ainda, os Corredores Prioritários para a Interligação de Fragmentos Florestais (**CPIF**), ou Corredores Ecológicos, como foram denominados mais recentemente, para escolha de áreas de reflorestamento. Devido às atividades do homem, a tendência dos ecossistemas florestais contínuos, como as florestas da costa atlântica brasileira, é de fragmentação. O processo de fragmentação florestal rompe com os mecanismos naturais de auto-regulação de abundância e raridade de espécies e leva à insularização de populações de plantas e animais. Num ambiente ilhado, ocorre maior pressão sobre os recursos existentes, afetando a capacidade de suporte dos ambientes impactados, aumentando-se o risco de extinção de espécimes da flora e da fauna.

A reversão da fragmentação apóia-se, fundamentalmente, no reflorestamento dos segmentos que unam as bordas dos fragmentos de floresta, vegetação secundária e savana estépica. Esses eixos conectores são denominados corredores. Além de viabilizar a troca genética entre populações, eles possibilitam a integração dos fragmentos numa mancha contínua, alavancando a capacidade de suporte da biodiversidade regional.

O modelo de geração de corredores prioritários para a interligação de fragmentos florestais – **CPIF** possibilitou, no primeiro estudo, a identificação de 21.271 corredores em todo o Estado, totalizando 3.286 km².

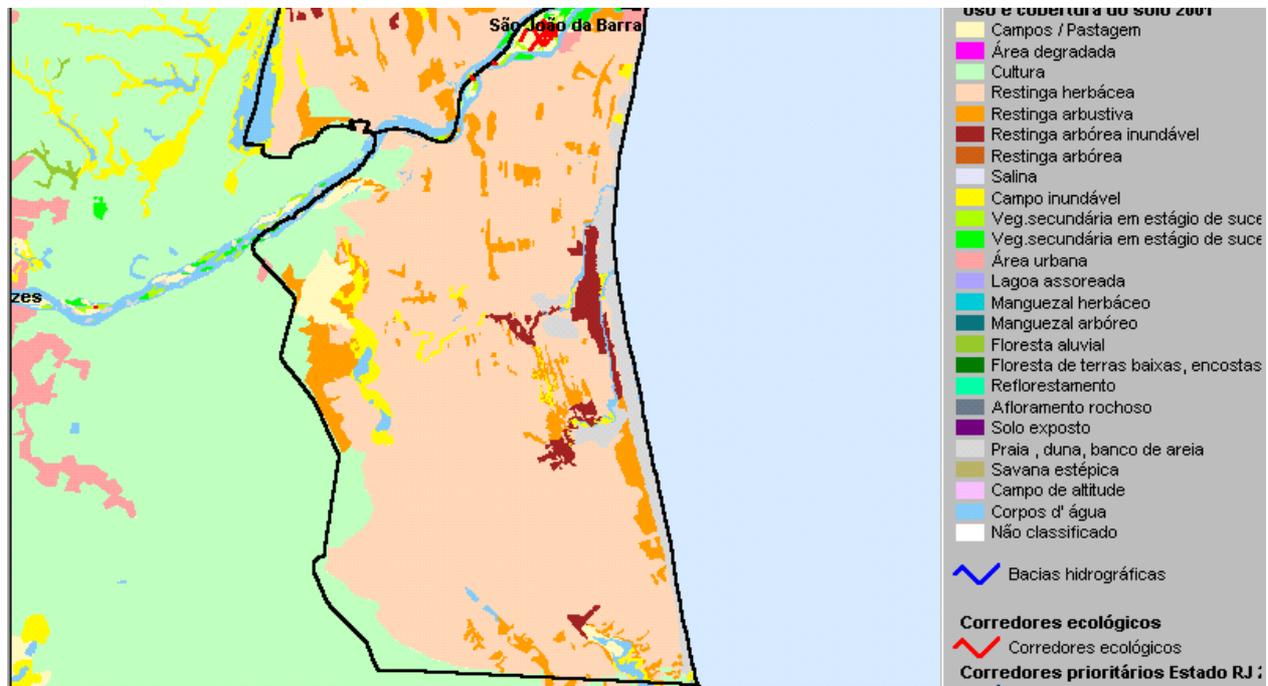
O IQM Verde II evoluiu na metodologia e verificou que diversos fragmentos florestais foram reduzidos ou novamente fragmentados, tendo sido considerados como barreiras para implantação dos corredores ecológicos as áreas urbanas, as represas, as lagoas e os grandes cursos d'água. Outro fator considerado foi sua extensão máxima de dois mil metros. Como ocorreram significativas alterações de uso do solo, foram identificados apenas 13.114 corredores com viabilidade físico-ambiental e econômica. Eles teriam uma extensão média de 837 metros e uma largura de 100 metros para cada lado do corredor, totalizando uma área de 2.094 km², o que corresponde a 4,8% do território fluminense.

São João da Barra necessitaria implantar 138 hectares¹³ de corredores ecológicos, o que representa 0,3% da área total do município.

13 - Cada hectare corresponde a 10.000 metros quadrados, ou 0,01 quilômetro quadrado.

SÃO JOÃO DA BARRA

A figura a seguir, gerada a partir do programa do CD-ROM do IQM-Verde II, apresenta os tipos de uso do solo no território municipal, estando marcados em vermelho os corredores sugeridos.



O IQM Verde II prossegue com a análise de custo de implantação desses corredores; com a comparação do tipo de uso e cobertura do solo de fotos realizadas entre 1956 e 1975 e a última coletânea de 2001; com uma outra análise por bacia hidrográfica e complexo lagunar; com estudos sobre as variações climáticas nas últimas três décadas, manejo de florestas, avaliação de estoque de carbono e outros, configurando-se instrumento essencial para melhor conhecimento do elemento terra e sua utilização em nosso Estado, e das ações possíveis para sua recuperação e preservação a curto, médio e longo prazos.

• Outros aspectos ambientais

A água é um valioso elemento promotor do desenvolvimento e do progresso. Ela se presta a múltiplas utilizações da maior importância econômica e social: abastecimento das populações e das indústrias; irrigação das culturas, meio de transporte; produção de energia; fator de alimentação, com o desenvolvimento da pesca; ambiente para o esporte, o turismo e o lazer. Também é um recurso finito. Para que o mundo continue tendo água potável, é necessário que os mananciais sejam preservados. Isso depende tanto da ação individual quanto da ação do governo, com a criação de leis e programas.

De acordo com a Agência Nacional de Água, em 2002, a agricultura foi responsável por 59% do consumo de água no país; a indústria, por 19%; e o abastecimento responde por 22%. A mesma fonte aponta que 80% dos municípios

SÃO JOÃO DA BARRA

brasileiros têm rede de abastecimento de água, contra apenas 46% que possuem rede de coleta de esgotos, dos quais somente 15% são tratados.

A Organização Mundial de Saúde - OMS - define o saneamento como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem, ou podem exercer, efeitos nocivos sobre a saúde, incluídas as medidas que visam a prevenir e controlar doenças, sejam elas transmissíveis ou não. A mesma OMS apurou, recentemente, que 65% dos leitos dos hospitais do país são ocupados por pacientes com problemas de saúde relacionados à falta de saneamento. Sistemas de abastecimento de água, de esgotos sanitários, de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos urbanos, especiais e das áreas rurais estão, por conseguinte, diretamente ligados à qualidade de vida da população.

A estreita relação da saúde com a provisão de medidas sanitárias é bastante conhecida, principalmente no que se refere à água de abastecimento doméstico e ao destino de dejetos. Cerca de 80% das doenças de países em desenvolvimento como o Brasil são provenientes da água de qualidade ruim. As enfermidades mais comuns que podem ser transmitidas pela água são: febre tifóide, disenteria, cólera, diarreia, hepatite, leptospirose e giardíase.

O tratamento do esgoto sanitário constitui uma das mais importantes medidas preventivas de enfermidades. Apesar das empresas de saneamento básico exercerem atividades consideradas nobres, elas são responsáveis por impactos ambientais significativos, sentidos não só nas obras de implantação de tais sistemas, mas, principalmente, na operação destes.

Até pouco tempo atrás, programas de saneamento privilegiavam somente ações nos campos de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários. O esgoto era conduzido a um corpo d'água e, neste, lançado *in natura*. É muito comum ver-se a utilização de galerias pluviais como pontos de descarga de esgotos. Usual, ainda, é a falta de manutenção de elevatórias de esgoto que, quando paralisadas, simplesmente desviam os dejetos para a rede pluvial. Verifica-se, atualmente, problemas graves e generalizados de poluição em rios, lagoas e mares, gerados por esgotos domésticos e industriais. Quanto mais poluída for a água bruta captada para tratamento, mais caro este se tornará, podendo sua utilização tornar-se inviável técnica e economicamente.

A solução para os esgotos sanitários de comunidades menores, quando não há rede coletora de esgotos, é a utilização de fossas sépticas, cuja obrigatoriedade deve ser exigida pela Administração local. Já os esgotos domésticos coletados precisam ser tratados para estabilização de sua matéria orgânica, tornando-a estável e inócua, sendo obrigação das concessionárias ou do poder público o seu tratamento.

Dados apurados no ano 2000¹⁴ apresentam o seguinte panorama do município:

- No tocante ao abastecimento de água, São João da Barra tem 62,7% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 36,2% com acesso à água através de poço ou nascente e 1,1% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 9 979 metros cúbicos por dia, dos quais 87% passam por tratamento convencional e o restante por simples desinfecção (cloração).

14 - Fontes: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU do Ministério das Cidades – dados coletados nos dias 3 e 4 de junho de 2003 referentes ao ano 2000 e IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

SÃO JOÃO DA BARRA

- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 18,9% dos domicílios do município; outros 43,4% têm fossa séptica, 35,8% utilizam fossa rudimentar, 0,6% estão ligados a uma vala, e 1,2% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado não passa por tratamento e é lançado no rio.
- São João da Barra tem 76,3% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 1,6% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 19,1% o queimam. O total de resíduos sólidos coletados somava 104 toneladas por dia, cujo destino era 3 vazadouros a céu aberto (lixões).

Em 2005, o IBGE, em parceria com a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, publicou os resultados do Suplemento de Meio Ambiente da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002. Esse instrumento focou a gestão ambiental local (existência de estrutura administrativa; disponibilidade de recursos financeiros, andamento da Agenda 21 local, existência de legislação ambiental, articulação institucional em meio ambiente, programas e ações de preservação ambiental praticados no controle da poluição, de gestão de recursos hídricos, florestais, do solo e da atividade pesqueira, existência de unidades municipais de conservação da natureza, etc.) e o estado do meio ambiente no município, na percepção do gestor ambiental local, através do levantamento da ocorrência freqüente e/ou de grande impacto de alterações ambientais e de suas prováveis causas.

A coleta das informações sobre gestão municipal ocorreu, basicamente, no decorrer do primeiro semestre de 2003, em todos os municípios, propicia a disponibilização de um amplo panorama do País sobre a questão ambiental no sítio http://www.ibge.gov.br/munic_meio_ambiente_2002/index.htm e são mais qualitativas, enquanto as quantitativas apresentadas acima não têm informação mais recente disponível.

Faz-se urgente que a gestão dos recursos naturais se efetue de forma mais competente e eficaz do que vem sendo feita até hoje. A realização de investimentos e ações de desenvolvimento tecnológico, resultará na implantação de projetos mais eficientes e menos impactantes na qualidade dos corpos hídricos e do solo, e na reutilização dos subprodutos dos tratamentos de água, esgoto e lixo.

- **Gestão municipal**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou, em 2005, o “Perfil dos Municípios Brasileiros”, resultado de uma pesquisa que foi a campo entre agosto e dezembro de 2004, sendo efetuada preferencialmente através de entrevista presencial, sendo esse o ano de referência de todos os quesitos. Os dados foram obtidos diretamente das Prefeituras e são os seguintes para o município de São João da Barra:

Composição do quadro de pessoal da administração direta	
Total de funcionários ativos da administração direta	2356
Total de funcionários ativos da administração direta - Estatutários	116
Total de funcionários ativos da administração direta - CLT	1676
Total de funcionários ativos da administração direta - Somente comissionados	356
Total de funcionários ativos da administração direta - Outros	208
Total de funcionários ativos da administração direta - Nível auxiliar	886
Total de funcionários ativos da administração direta - Nível médio	720
Total de funcionários ativos da administração direta - Nível superior	186
Composição do quadro de pessoal da administração indireta	
Administração indireta - existência	Não
Funcionários inativos do Regime Próprio de Previdência	
Instituto ou Fundo Municipal de Previdência para os funcionários da Prefeitura - existência	Não
Legislação e Instrumentos de Planejamento no Município	
Lei de diretrizes orçamentárias (LDO) - existência	Sim
Lei de orçamento anual (LOA) - existência	Sim
Plano diretor - existência	Sim
Lei de perímetro urbano - existência	Sim
Lei de parcelamento do solo - existência	Sim
Lei de zoneamento ou equivalente - existência	Sim
Cadastro do IPTU	
Cadastro imobiliário - existência	Sim
Cadastro imobiliário informatizado - existência	Sim
O cadastro tem:	
Unidades prediais e territoriais cadastradas	Separadamente
Total de unidades prediais no cadastro	8472
Total de unidades territoriais no cadastro	13944
Ano da última atualização da planta de valores para o IPTU	2003
Ano de realização do último recadastramento	1978
Cadastro de ISS	
Cadastro de prestadores de serviço - existência	Sim
Cadastro de prestadores de serviço informatizado	Sim
Ano do último recadastramento	2003
Contribuintes inscritos:	
Número de contribuintes - empresas	111
Número de contribuintes - outros	1100
Taxas instituídas	
Taxa de iluminação pública - existência	Não
Taxa de coleta de lixo - existência	Sim
Taxa de limpeza urbana - existência	Sim
Taxa de incêndio ou combate a sinistros - existência	Não
Taxa de poder de polícia - existência	Sim
Outros tipos de taxas - existência	Sim

- **Governo eletrônico**

Foi lançado no dia 16 de agosto de 2006 o “Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro”, uma iniciativa do Sistema FIRJAN para a construção de uma visão compartilhada para o estado, com o alinhamento das lideranças empresariais em torno de objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas para os próximos dez anos (2006-2015).

O documento identifica os principais objetivos para o desenvolvimento fluminense, contemplando 13 temas centrais, compostos por 31 objetivos estratégicos, cujas realizações serão possíveis pela implementação das 119 ações propostas, sendo as principais metas o crescimento econômico do estado e a melhoria da qualidade de vida da população.

Um dos objetivos fundamentais do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro é o apoio e a implementação de ações voltadas para a revisão e simplificação dos procedimentos burocráticos excessivos.

O termo governo eletrônico, ou *e-government*, traduz a tentativa dos governos de desburocratizar todo tipo de iniciativa na vida do cidadão, utilizando as ferramentas da web para simplificar e otimizar os processos administrativos, bem como eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram os cidadãos, as empresas e os próprios cofres públicos. Conseqüência natural dessa demanda, o Mapa contempla também o estímulo às melhorias constantes nos sítios governamentais em todas as suas instâncias, para que esses instrumentos possam atuar, com eficácia, na urgente e imprescindível desburocratização da máquina estatal, tendo como meta que 100% dos municípios fluminenses tenham presença na internet até 2008.

Segundo uma pesquisa realizada pela FIRJAN, com base em levantamentos realizados, existe um “pacote mínimo” de serviços e informações que deveriam ser oferecidos a empresas e cidadãos e que podem vir a contribuir para a redução da burocracia por meio das ferramentas da web.

A pesquisa teve como objetivo avaliar o nível de utilização de uma rede de informações e serviços em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro e analisar ainda a evolução dos sítios municipais a partir de 2002, quando foi realizada uma primeira versão. Uma segunda edição foi elaborada em 2005 com o objetivo de mensurar as realizações e as deficiências das ações de governo.

Ciente da importância do *e-government* para a redução da burocracia, o Tribunal de Contas do Estado vem acompanhando o desenvolvimento dos sítios municipais conforme a metodologia utilizada pela FIRJAN, destacando que o aumento da presença dos municípios do Estado do Rio de Janeiro na internet tem tido um importante crescimento quantitativo, porém, a grande maioria dos sítios pesquisados em 2006 continuam prestando serviços e informações ainda bastante deficientes, conforme mostram as tabelas a seguir.

O desenvolvimento do *e-government* passa geralmente por quatro estágios diferentes. O primeiro deles consiste na criação de sítios para difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos vários níveis de governo. Eventualmente, estes sítios são reunidos em uma espécie de portal oficial com finalidade **informativa**.

SÃO JOÃO DA BARRA

Num segundo estágio, estes sítios passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas e outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a Internet para declarar seu imposto de renda, informar uma mudança de endereço, fazer reclamações e sugestões a diversas repartições, ou, ainda, efetuar o cadastro on-line de sua empresa. Neste âmbito, o sítio governamental passa a ter uma finalidade maior do que a meramente informativa, tornando-se **interativo**.

Na terceira etapa de implantação do *e-government*, as transações se tornam mais complexas e o sítio assume um caráter **transacional**. Neste estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, educação à distância, matrículas na rede pública, marcação de consultas médicas, compra de materiais etc. Em outras palavras, além da troca de informações, valores são trocados e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados diretamente pela Internet.

Essas modificações tornam-se ainda mais complexas no quarto estágio de implantação do *e-government*. Neste estágio, é desenvolvido um tipo de portal que não é mais um simples índice de sítios, mas uma plataforma de convergência de todos os serviços prestados pelo governo. Os serviços são disponibilizados por funções ou temas, sem seguir a divisão real do Estado em ministérios, secretarias, departamentos etc.

Assim, ao lidar com o governo, cidadãos e empresas não precisam mais se dirigir a inúmeros órgãos diferentes. Em um único portal e com uma única senha, qualificada como assinatura eletrônica (certificação digital), conseguem resolver aquilo que precisam. Para tal, a integração entre os diferentes órgãos prestadores de informações e serviços é imprescindível, ou seja, estes devem realizar trocas de suas respectivas bases de dados numa velocidade capaz de garantir o atendimento ao cidadão. Esse recurso exige informações de uma série de departamentos que, interligados por uma infra-estrutura avançada, conseguem atender à demanda do cidadão “em tempo real”. Neste último estágio, o sítio é qualificado como **integrativo**.

De acordo com levantamento realizado ao longo de agosto e setembro de 2006 (encerrado no dia 27/09/06), encontravam-se desabilitados os sítios de Cardoso Moreira, Miracema, São João de Meriti, Seropédica e Teresópolis. Em manutenção encontravam-se os de Aperibé, Cambuci, Queimados e Magé. Em construção, os de Armação dos Búzios, Duas Barras, Itaocara, Porto Real e Vassouras. São inexistentes os sítios de Areal, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Engenheiro Paulo de Frontin, Italva, Macuco, Pinheiral, São Fidélis, São José de Ubá, Sapucaia e Trajano de Moraes.

A grande maioria dos sítios de municípios fluminenses na web encontra-se no estágio inicial, ou informativo. Muitos já oferecem serviços interativos e apenas seis, além da capital, oferecem serviços transacionais.

SÃO JOÃO DA BARRA

Serviços informativos:

Dizem respeito à abrangência de assuntos abordados em cada sítio municipal.

Municípios com sítio informativo	História do Município	Geografia	Economia	Finanças Públicas	Cultura e entretenimento	Saúde	Educação	Meio Ambiente	Infraestrutura	Tributação	Legislação	Notícias	Turismo	Estrutura Administrativa	Investimentos	Políticas Públicas	Trabalho e emprego	Trânsito	Total de assuntos
Angra dos Reis	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	14
Araruama	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	9
Arraial do Cabo	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	4
Barra do Pirai	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	7
Barra Mansa	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	11
Belford Roxo	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	4
Bom Jesus do Itabapoana	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	3
Cabo Frio	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	5
Campos dos Goytacazes	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	7
Cantagalo	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	9
Carapebus	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	3
Carmo	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	8
Casimiro de Abreu	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	11
Comendador Levy Gasparian	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	5
Conceição de Macabu	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	12
Cordeiro	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	6
Duas Barras	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	4
Duque de Caxias	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	9
Guapimirim	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	2
Iguaba Grande	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	2
Itaboraí	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	8
Itaguaí	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	5
Itaperuna	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	5
Itaiaia	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	7
Japeri	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	1
Laje do Muriaé	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	9
Macaé	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	10
Mangaratiba	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	6
Maricá	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	14
Mendes	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	5
Mesquita	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	12
Miguel Pereira	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	5
Natividade	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	8
Nilópolis	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	2
Niterói	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	12
Nova Friburgo	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	14
Nova Iguaçu	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	13
Paracambi	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	5
Paraíba do Sul	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	11
Paty do Alferes	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	5
Petrópolis	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	17
Pirai	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	6
Porciúncula	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	12
Quatis	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	3
Quissamã	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	10
Resende	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	15
Rio Bonito	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	12
Rio Claro	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	8
Rio das Flores	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	8
Rio das Ostras	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	9
Santa Maria Madalena	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	7
Santo Antônio de Pádua	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	6
São Francisco de Itabapoana	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	8
São Gonçalo	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	13
São João da Barra	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	8
São José do Vale do Rio Preto	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	3
São Pedro da Aldeia	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	7
São Sebastião do Alto	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	1
Saquarema	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	5
Silva Jardim	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	3
Sumidouro	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	3
Tanguá	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	9
Três Rios	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	8
Valença	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	10
Varre - Sai	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	6
Volta Redonda	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	8

SÃO JOÃO DA BARRA

Serviços Interativos:

Serviços que antes exigiam uma imensa burocracia são agora disponibilizados pela web. Neste âmbito, o sítio governamental disponibiliza ao usuário serviços *on-line*, permitindo que ele interaja com o órgão em questão.

Municípios com sítio interativo	IPTU	ISS	ITBI	Simplex	processos	Saude	Educação	Habitação	Iluminação Pública	Água e Esgoto	Transportes	Obras e Meio Ambiente	Vigilância sanitária	Concursos	Licitações	Ouvitoria	Consulta de pg a fornecedores	Total de interações
Angra dos Reis	***	***	***	***					***						***	***	***	8
Araruama																***		1
Arraial do Cabo																***		1
Barra do Pirai																***		1
Barra Mansa	***											***			***	***		4
Belford Roxo	***				***											***		3
Bom Jesus do Itabapoana																***		1
Cabo Frio																***		1
Campos dos Goytacazes															***	***	***	2
Cantagalo														***	***	***		3
Carapebus																***		1
Carmo														***		***		2
Casimiro de Abreu	***															***		2
Comendador Levy Gasparian																***		1
Conceição de Macabu																***		1
Cordeiro																***		1
Duque de Caxias	***	***	***													***		4
Guapimirim																***		1
Iguaba Grande														***				1
Itaboraí																***		1
Itaguaí	***	***														***		3
Itaperuna																***		1
Itatiaia															***	***		2
Japeri																***		1
Laje do Muriaé																***	***	2
Macaé	***	***														***		3
Mangaratiba	***	***			***													3
Maricá	***	***			***											***		4
Mendes																***		1
Mesquita														***		***		2
Natividade						***										***		2
Nilópolis																***		1
Niterói	***	***	***	***	***										***	***	***	7
Nova Friburgo																***	***	2
Nova Iguaçu		***														***		2
Paracambi																***		1
Paraíba do Sul																***		1
Paraty																***		1
Paty do Alferes																***		1
Petrópolis	***	***	***		***						***			***		***		7
Pirai		***			***											***		3
Porciúncula																***		1
Quatis																***		1
Quissamã																***	***	2
Resende	***															***		1
Rio Bonito		***														***		2
Rio das Flores																***		1
Rio das Ostras	***	***			***									***	***	***		6
Santo Antônio de Pádua																***		1
São Francisco de Itabapoana																***		1
São Gonçalo	***											***				***		3
São João da Barra																***		1
São José do Vale do Rio Preto																***		1
São Pedro da Aldeia	***	***			***											***		4
São Sebastião do Alto																***		1
Saquarema																***		1
Silva Jardim																***		1
Sumidouro																***		1
Tanguá																***		1
Três Rios	***	***													***	***		4
Valença	***	***	***	***												***		5
Varre - Sai																***		1
Volta Redonda	***	***							***						***	***		5

SÃO JOÃO DA BARRA

Serviços Transacionais:

O sítio assume um caráter transacional, onde são possíveis trocas de valores e serviços tais como: pagamento de contas e impostos, educação à distância, matrículas na rede pública, marcação de consultas médicas, compra de materiais, etc. Serviços que anteriormente eram prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados pela Internet.

Municípios com sítio transacional	Impressão de documentos fiscais	Consulta prévia online - alvará provisório	Licitação e pregão	Alvará	Nota Fiscal eletrônica	Educação - matrícula online	Emissão de certidão negativa de débito	Total de transações
Angra dos Reis		1			1			2
Barra Mansa		1						1
Itaboraí					1	1		2
Mangaratiba						1		1
Paraíba do Sul			1					1
Petrópolis	1	1		1		1		4

À guisa de conclusão deste tema, a desburocratização eletrônica, aliada à vontade política por mudança, pode contribuir cada vez mais para aperfeiçoar nossa democracia e estimular o desenvolvimento econômico, bastando para isso que os administradores públicos municipais se empenhem cada vez mais em acompanhar o ritmo das transformações das novas soluções tecnológicas, com alto impacto sobre os serviços ao cidadão e empresas.

O governo eletrônico tem sido um passo fundamental para uma gestão moderna e eficiente, pois é uma ferramenta de capacitação política da sociedade e um importante vetor de aumento de eficiência para o governo proporcionando mais transparência e desenvolvimento. Deve-se destacar que, no estudo de 2002 da FIRJAN, havia apenas 42 municípios fluminenses na web, o que evoluiu em 2005 para 62 e, em agosto de 2006, de acordo com esse estudo, o número subiu para 67 sítios oficiais.

III - INDICADORES SOCIAIS

Um dos Objetivos do Milênio das Nações Unidas é atingir, até 2015, o ensino básico universal, garantindo que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico. Pode-se dizer que a educação afeta as condições de vida da população de várias maneiras. Sob a perspectiva demográfica, níveis educacionais mais elevados estão intimamente relacionados com menores níveis de fecundidade e de mortalidade, em função, por exemplo, do maior acesso e entendimento das pessoas sobre as práticas de planejamento familiar e saúde preventiva. Por outro lado, a já reconhecida relação direta entre educação e rendimentos do trabalho mostra que o aumento do nível educacional da população é fator preponderante na redução da pobreza e das desigualdades sociais. Em suma, uma população mais educada é capaz de participar mais ativamente da vida social, política e cultural do País. Em última instância, a educação interfere diretamente na qualidade de vida e no bem estar das pessoas, representando um valioso instrumento para as políticas de inclusão social.

Proporcionar uma educação cidadã é levar a todos a possibilidade de aquisição contínua de conhecimentos, a formação de hábitos de convivência num mundo plural, a conscientização dos seus direitos e deveres e a compreensão de idéias e valores da sociedade em que vivem. Vale lembrar, ainda, que a educação significa, também, maior conquista da liberdade interior, adquirida à medida em que o indivíduo vai desenvolvendo sua capacidade de discernir, avaliar e decidir.

Cabe reconhecer o quanto o Brasil avançou em direção à democratização do acesso e da permanência dos alunos no Ensino Fundamental, pois, hoje, 97% das crianças estão na escola. Entretanto, avalia-se que o modelo educacional vigente não provocou mudanças efetivas de comportamento para construir uma cidadania solidária, responsável e comprometida com o País e com seu futuro. Apesar da universalização do acesso à 1ª série, a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio está longe de ser universalizada e aqueles que os concluem não têm qualificação compatível com o nível de escolaridade atingido.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é desenvolvido conjuntamente pelos países-membros da OCDE, avaliando globalmente habilidades e conhecimento de jovens de 15 anos que afere até que ponto os alunos próximos do término da educação obrigatória adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a participação efetiva na sociedade. Foram realizadas avaliações em 2000 e 2003. Em 2006 terá sido realizada a terceira edição do Pisa, com 58 países.

De acordo com dados obtidos no sítio <http://www.pisa.oecd.org>, o Pisa de 2000 avaliou somente a verificação da operacionalização de esquemas cognitivos de leitura, no qual o Brasil ficou em último lugar dentre 32 países participantes. Como salienta Cláudio de Moura Castro¹⁵, “o modo como os alunos lêem textos e deles extraem informações básicas para uma reflexão posterior deixa muito a desejar. Nos testes, a maioria parece tentar resolver a questão sem apoio do texto, baseados nas suas opiniões. As escolas brasileiras estão longe de promover nos alunos a competência exigida pelas sociedades

15 - Relatório Nacional do Pisa 2000 – Brasília – Dezembro de 2001, acesso em 25/07/06. Disponível em <http://www.pisa.oecd.org/dataoecd/30/19/33683964.pdf>.

SÃO JOÃO DA BARRA

letradas para o verdadeiro exercício da cidadania”. No Pisa 2003, participaram 41 países. O Brasil ficou em último lugar em matemática, em penúltimo em ciências e em 37º em leitura. Um dos motivos seria justamente o fato de muitos dos alunos que fizeram o teste não terem os nove anos ou mais de estudo adequado para a idade de 15 anos.

Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) patrocinados pelo Ministério da Educação (MEC) já anteciparam a avaliação feita pelo Pisa, sinalizando para a escola, em particular aos professores, a necessidade de mudanças radicais em suas práticas. A grande contribuição do Pisa é referendar essas análises com a perspectiva de uma comparação internacional.

O Saeb é adotado desde 1995, com avaliações bienais. A partir de 2005, ele passou a ser composto por duas avaliações, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A Aneb é realizada por amostragem das redes de ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do Saeb em suas divulgações. Já a Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações.

As provas e os questionários do Saeb 1995 foram aplicados a uma amostra de alunos da 4ª e da 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Integraram esse ciclo de avaliação 90.499 alunos de 2.839 escolas públicas e particulares de todo o País. Para o mesmo público, o Saeb 1997 mobilizou 167.196 alunos de 1.933 escolas. As provas do Saeb 1999 foram aplicadas a uma amostra de alunos representativa do País e de cada uma das 27 unidades da Federação. Nessa aplicação, foram envolvidos 279.764 alunos de 6.890 estabelecimentos de ensino. O Saeb 2001 envolveu 287.719 alunos de 6.935 escolas públicas e particulares. Em 2003, participaram do Saeb cerca de 300 mil alunos de 6.270 escolas. Já em 2005, a Prova Brasil avaliou 3.306.317 alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, distribuídos em 122.463 turmas de 40.920 escolas urbanas com mais de 30 alunos matriculados na série avaliada, em 5.398 municípios.

A Prova Brasil, portanto, expandiu a avaliação feita desde 1995 pelo Saeb. Enquanto este era feito por amostragem e oferecia resultados no âmbito dos estados e redes de ensino, aquela é aplicada a todos os estudantes das séries avaliadas e apresenta médias de proficiência por unidade escolar. Ela foi idealizada com o objetivo de auxiliar os gestores nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. Como o MEC, a partir de 2004, ampliou o Ensino Fundamental para nove anos (cinco anos no primeiro ciclo – Anos Iniciais e quatro anos no segundo – Anos Finais), nas escolas onde o ensino fundamental está organizado em regime de nove anos, a prova foi aplicada nas turmas de 5º e 9º série.

Os resultados da Prova Brasil são apresentados em uma escala de desempenho por disciplina. São nove níveis que explicam o desempenho em Língua Portuguesa: 125, 150, 175 e assim sucessivamente, até o nível 350. Em Matemática, a escala é composta por dez níveis, que vão do 125 ao 375.

SÃO JOÃO DA BARRA

A escala é única para cada disciplina e permite apresentar, em uma mesma métrica, os resultados de desempenhos dos estudantes das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. Pela escala, pode-se verificar que percentual de alunos já construiu as competências e habilidades requeridas para cada uma das séries avaliadas, quantos ainda estão em processo de construção do que seria adequado para a série e quantos estão acima do nível. O desempenho é apresentado em ordem crescente e cumulativa. Estudantes posicionados em nível mais alto da escala já desenvolveram as competências e habilidades deste nível, bem como as dos níveis anteriores. Nos parâmetros estabelecidos para a quarta série, em ambas as disciplinas a nota máxima é 300 pontos. Para os estudantes da oitava série, 350 é a nota máxima para português e 375, para matemática.

Os resultados da 4ª série apontam uma média brasileira de 180,0 pontos em matemática e 172,9 em português. Apenas nove estados ficaram acima da média em matemática e dez, em português. No Estado do Rio de Janeiro, foram avaliados 269 mil alunos de 3.003 escolas de todos os municípios, tendo alcançado na mesma 4ª série o sexto lugar em matemática e o quinto em português, respectivamente com 184,4 e 178,4 pontos em média. Já a 8ª série teve médias brasileiras de 237,5 e 222,6, respectivamente em matemática e português. Onze estados superaram tal média em matemática e dez o fizeram em português. O Estado do Rio de Janeiro ficou em nono lugar nesta 8ª série, com 240,5 pontos em matemática e em terceiro lugar em português, com média de 228,9 pontos.

Tais resultados são extremamente preocupantes, pois a pontuação obtida na 8ª série seria mais adequada para a 4ª série. Em Língua Portuguesa e Matemática, nem 10% dos participantes dos exames atingem o desempenho adequado para seu nível de ensino.

São João da Barra teve, em média, a seguinte pontuação:

Série	Matemática	Português
4ª da rede estadual	185,78	178,60
8ª da rede estadual	240,89	231,26
4ª da rede municipal	170,83	161,15
8ª da rede municipal	243,87	233,10

Para conhecer o resultado de cada escola individualmente, bem como a descrição das competências e habilidades do aluno em cada nível da escala de pontuação, deve-se acessar o sítio <http://provabrasil.inep.gov.br>.

O Enem, por sua vez, é aplicado anualmente aos alunos concluintes e aos egressos (os que já concluíram em outros anos) do ensino médio e tem como objetivo principal oferecer uma referência para que cada estudante possa se auto-avaliar, visando às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos. Não é um simples teste: ele identifica em que área do conhecimento ou competência o participante do ensino médio está mais ou menos apto e onde ele precisa reforçar o seu grau de desenvolvimento. A matriz do Enem é elaborada em cinco competências:

SÃO JOÃO DA BARRA

- Dominar a norma culta da língua portuguesa e fazer uso da linguagem matemática, artística e científica.
- Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

A parte objetiva da prova é constituída por 63 questões de múltipla escolha de igual valor, avaliada numa escala de 0 a 100 pontos, gerando uma nota global que corresponde à porcentagem de acertos em relação às 63 questões propostas. Além disso, é atribuída uma nota, também de 0 a 100, a cada uma das cinco competências avaliadas. Na redação, também há uma nota global de 0 a 100 e uma nota na mesma escala para cada uma das cinco competências aferidas. A nota global é a média aritmética simples das notas por competência.

Um total de 2.199.214 alunos fizeram o Enem em 2005, cerca de 130 mil são cariocas e fluminenses. O desempenho médio na prova objetiva foi de 39,41 e de 55,96 na redação. O Estado do Rio de Janeiro ficou na primeira posição, com notas médias 42,50 e 57,40, respectivamente. A nota global foi 43,930 para o Brasil e 46,335 para o Rio de Janeiro. Apesar dessa superioridade em relação ao resto do país, é baixo o desempenho no Estado, onde somente sete municípios tiveram mais de 50% de aproveitamento, mesmo assim decorrente do bom desempenho de alunos de escolas privadas e não das públicas. São João da Barra teve nota global 36,155.

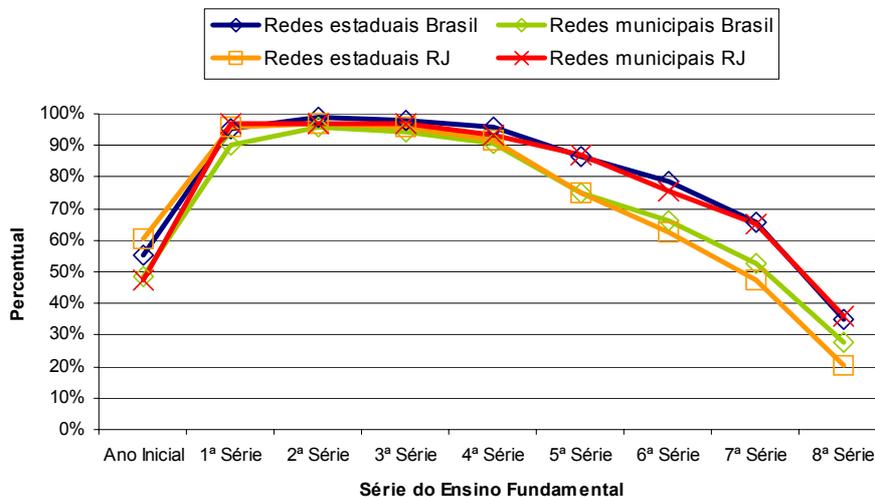
Para conhecer o resultado de cada escola individualmente, deve-se acessar o sítio <http://www.inep.gov.br/basica/enem/default.asp>.

Dados do MEC mostram uma taxa de matrícula bruta no ensino fundamental de 132% em 2000. Tal taxa permite comparar o total de matrículas desse nível de ensino com a população na faixa etária adequada (7 a 14 anos). Um dos graves problemas enfrentados no sistema educacional público das redes estadual e municipal é o elevado número de alunos acima da faixa 14 anos que permanecem no ensino fundamental, seja porque ingressaram tarde, seja porque têm elevada repetência.

No Brasil, 89,9% dos 33.534.561 alunos matriculados no ensino fundamental em 2005 estão nas redes estaduais e municipais. No Estado do Rio de Janeiro, também em 2005, a proporção cai para 80,4% dos 2.479.105 estudantes. O gráfico a seguir apresenta uma comparação entre os alunos dentro da faixa de idade adequada matriculados nessas redes no estado e no país, apontando que nossas redes municipais têm comportamento equivalente às redes estaduais do país e que nossa rede estadual tem o menor percentual de alunos ainda na faixa adequada ao final do ciclo fundamental.

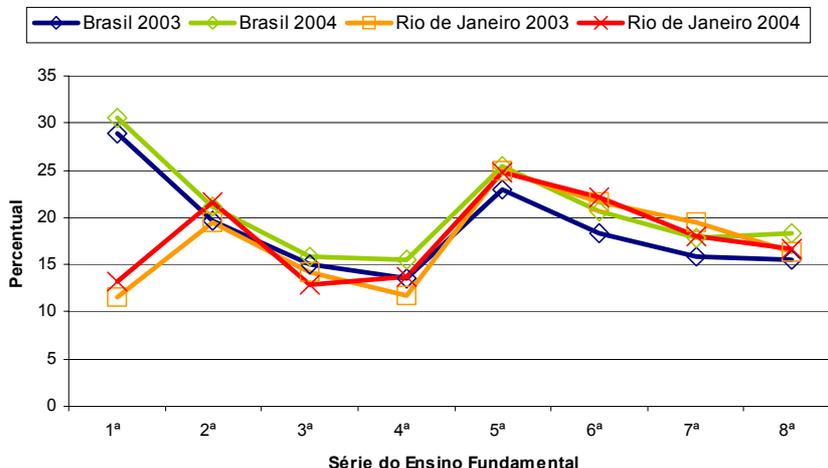
SÃO JOÃO DA BARRA

Percentual de alunos entre 7 e 14 anos de idade por série - Brasil e RJ 2005



Ao comparar o desempenho das taxas de repetência no Estado do Rio com o conjunto do país, pode-se observar que as mesmas são bem menores na primeira série do ensino fundamental, mas permanecem similares nas demais séries, como ilustra o gráfico seguinte:

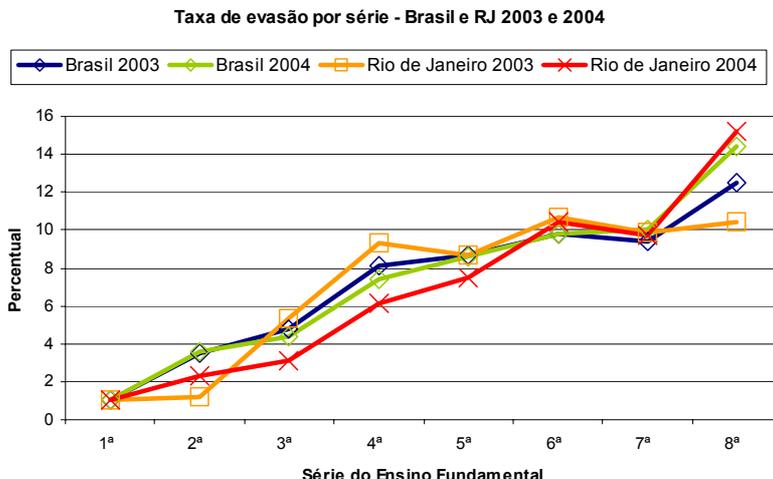
Taxa de repetência por série - Brasil e RJ 2003 e 2004



Segundo dados mais recentes da Unesco, em repetência nossos alunos da 1ª série estão à frente apenas de Gabão, Guiné, Nepal, Ruanda, Madagascar, Laos e São Tomé e Príncipe. A taxa da Argentina é de 10%; a da China e a da Rússia, de 1%; a da Índia, de 3,6%; e a dos países industrializados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é praticamente zero.

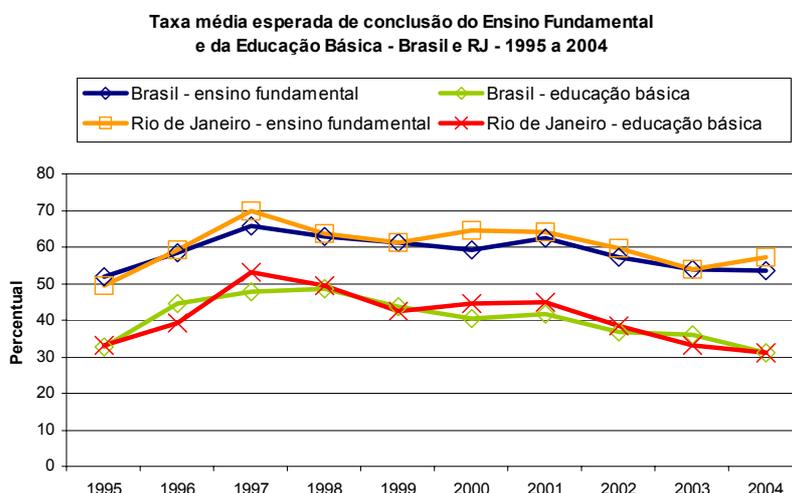
A taxa de evasão é a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que não se matricula no ano t+1. O gráfico seguinte apresenta a taxa de evasão do Estado e do país em 2003 e 2004, demonstrando seu crescimento acentuado a partir da 4ª série.

SÃO JOÃO DA BARRA



Enquanto as taxas de repetência fluminenses permanecem na média dos 18%, aproximadamente outros 7%, em média evadiram da escola em 2004 no Brasil e no Rio de Janeiro.

No gráfico seguinte pode-se verificar o comportamento da taxa média esperada de conclusão do ensino fundamental e da educação básica nos últimos 10 anos, demonstrando que o Rio de Janeiro não difere do quadro do conjunto do país e que a situação vem se agravando. É alarmante que, em 2004, menos de 60% dos alunos tenham concluído o ensino fundamental e somente 31%, o ensino médio.



Os motivos são uma combinação de causas, como desinteresse de pais e alunos pela escola, inadequação dos conteúdos à realidade do aluno, falta de interesse no estudo por parte dos jovens, professores desmotivados ou despreparados, questões relacionadas ao perfil socioeconômico familiar, dificuldades financeiras e gravidez precoce, ou, em virtude da idade mais avançada, passam a freqüentar os cursos de educação de jovens e adultos.

Tais fatos corroboram a necessidade de se investir pesadamente no sistema educacional público e que, para se atingir o Objetivo do Milênio de suprir educação básica

SÃO JOÃO DA BARRA

para todos até 2015, deverá ser planejada com urgência a reestruturação da educação de jovens e adultos.

A realidade das escolas públicas exige uma capacidade ainda maior dos profissionais de educação. Afinal, é preciso ir além dos conteúdos de cada série, suprindo deficiências estruturais decorrentes da pobreza e da falta de escolaridade dos pais. Uma das razões do baixo desempenho dos estudantes brasileiros é a deficiente formação do magistério. Boa parte dos docentes não tem a qualificação mínima exigida para o nível de ensino em que atua. Para enfrentar este problema, o MEC criou o Sistema Nacional de Formação de Professores, com dois projetos de médio prazo: o Pró-Licenciatura e o Pró-Letramento. O Pró-Licenciatura dará a professores de escolas públicas de ensino médio e das séries finais do ensino fundamental que não têm a qualificação exigida pela legislação acesso a cursos superiores em suas áreas de atuação. Até meados de 2007, o MEC deverá matricular, pagar as mensalidades e oferecer ajuda de custo a 150 mil professores em universidades de todas as regiões do País. O segundo programa é o Pró-Letramento, de atualização de conteúdos em Língua Portuguesa e Matemática para professores das séries iniciais do ensino fundamental. Para a formação continuada dos docentes, de agosto de 2005 a 2007 terão sido realizados quatro módulos de atualização pelo MEC, em aulas presenciais e a distância. Em cada um serão formados 100 mil profissionais, chegando a 400 mil ao final do programa.

A transparência ora existente dos resultados da Prova Brasil e do Enem permitem que toda a população acesse pela internet o desempenho de cada escola e que os responsáveis pela pasta da educação no município e no estado e a população-alvo: pais e alunos do estabelecimento de ensino cobrem explicações sobre os motivos que levam instituições equivalentes a terem desempenhos tão díspares e exijam providências para melhorá-los.

- **Educação no estado e no município**

O Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Censo Escolar 2005, tem um total de 2.479.105 alunos matriculados no ensino fundamental, 80,8% estavam em escolas públicas. O contingente da população estudantil que recorre às escolas públicas apresentou crescimento até 2003, mantendo-se estável desde então, como demonstra a tabela a seguir:

Dep. Administrativa	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Federal	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Estadual	27,1%	26,1%	25,6%	24,2%	23,3%	21,9%
Municipal	54,0%	55,2%	55,3%	56,1%	57,2%	58,5%
Particular	18,6%	18,4%	18,7%	19,2%	19,1%	19,2%
Nº total de alunos Ensino Fundamental	2.472.017	2.463.074	2.474.530	2.470.264	2.474.150	2.479.105

Pode-se observar uma constância no número total de matrículas, tendo ocorrido redução expressiva na participação da rede estadual, em movimento inverso à rede municipal, que tem atribuição constitucional de prover o ensino fundamental. Uma das

SÃO JOÃO DA BARRA

razões dessa inversão é o expressivo aumento no número de matrículas no ensino médio, de responsabilidade do Estado, como se verificará a seguir.

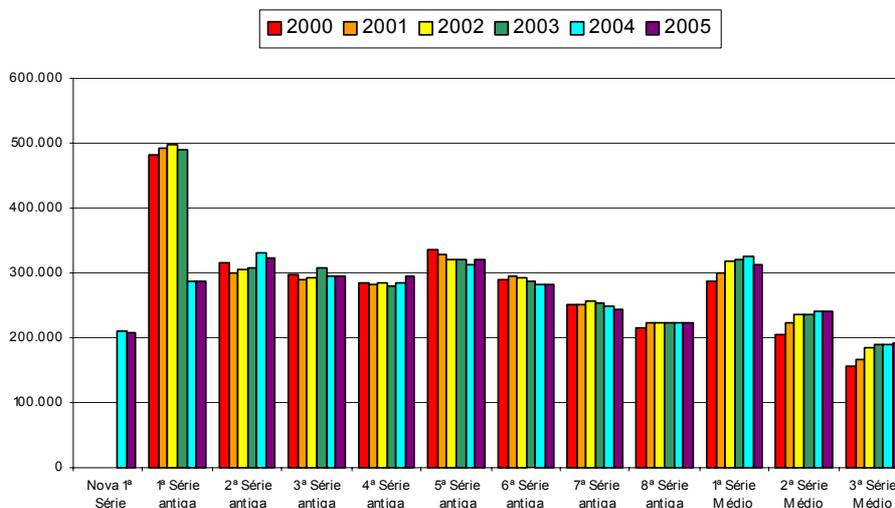
O ano de 2005 teve, em nosso Estado, um total de 759.825 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 82,8% estavam em escolas públicas. Cerca de 84 mil novas vagas foram abertas para o ensino médio entre 2000 e 2005 no nosso Estado, aumentando o número de matrículas em escolas públicas, particularmente da rede estadual, como demonstra a tabela a seguir:

Dep. Administrativa	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Federal	2,4%	2,0%	1,7%	1,6%	1,7%	1,6%
Estadual	71,1%	75,7%	78,2%	78,6%	79,8%	79,8%
Municipal	1,9%	1,7%	1,5%	1,7%	1,5%	1,4%
Particular	24,6%	20,6%	18,6%	18,1%	17,0%	17,2%
Nº total de alunos Ensino Médio	675.369	707.486	746.234	763.817	770.658	759.825

As 480 mil vagas oferecidas pela rede estadual, em 2000, cresceram para 606 mil em 2005, o que configura grande migração de alunos de outras redes para aquela gerida pelo governo do Estado.

Para melhor visualizar a evolução do número de matrículas no ensino básico, o gráfico a seguir é bastante ilustrativo sobre os três pontos críticos de estrangulamento do sistema, que ocorrem nas 1ª e 5ª séries do ensino fundamental, e na 1ª do ensino médio. Em virtude da nova seriação em nove anos, é possível observar uma redução na pressão que ocorria na antiga 1ª série até 2003. Para efeito comparativo do período dos seis anos em análise, e considerando que as escolas privadas não aderiram em peso à nova seriação, enquanto a rede pública, sim, foi mantido no gráfico a seriação antiga.

Total de matrículas nos ensinos fundamental e médio - RJ



SÃO JOÃO DA BARRA

Em um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, com referência ao ano de 2005¹⁶, verifica-se que:

1) Com relação ao quantitativo de escolas:

- Para o Ensino Infantil, há 2.415 estabelecimentos de creche e a rede pública é responsável por 37% deles. A pré-escola soma 6.140 estabelecimentos, sendo que a rede pública responde por cerca de 51%;

- o Ensino Fundamental é disponibilizado em 7.762 escolas, das quais, 66% são públicas;

- o Ensino Médio é encontrado em 1.953 escolas, sendo que cerca de 56% pertencem à rede pública;

- o Ensino de Jovens e Adultos está disponível em 1.479 estabelecimentos, sendo 77% desses públicos;

- a Educação Especial foi disponibilizada em 2.738 unidades, 87% públicas.

2) A quase totalidade das escolas encontra-se em área urbana. Com relação ao total de estabelecimentos, 6% das creches e 16% das pré-escolas estão na zona rural. Da mesma forma, 18% das unidades de ensino fundamental, 4% de ensino médio e 8% de ensino de jovens e adultos.

3) No que diz respeito ao número de matrículas iniciais:

- a Educação Infantil¹⁷ disponibilizou cerca de 511 mil matrículas. Cursam a rede pública 50% do total dos 106.247 alunos de creche e 58% dos 404.629 estudantes de pré-escola;

- no Ensino Fundamental, o total de matrículas nos cinco anos iniciais foi de 1.409.188, dos quais 69% são na rede municipal e 12% na estadual. Os quatro anos finais somaram 1.069.917 matrículas, 45% na rede municipal e 35% na rede estadual;

- no Ensino Médio, o total de matrículas foi de 759.825, 83% feitas na rede pública;

- na educação de jovens e adultos, o número de matrículas foi de 299.126, sendo 239.948 no Ensino Fundamental, 95% na rede pública, e 59.178 no Ensino Médio, apenas 39% na rede pública;

- a educação especial teve, aproximadamente, 42 mil matrículas, 70% na rede pública.

4) Quanto à função docente, o Estado dispõe de 6.472 professores na creche, 43% deles em instituições públicas. São 24.096 docentes na pré-escola, 51% na rede pública. Outros 139.079 lecionam no ensino fundamental, 74% em escolas públicas. Mais 57.152 profissionais dão aulas no ensino médio, 73% nas redes municipal, estadual e federal. Finalmente, 19.369 professores atendem à educação de jovens e adultos, sendo 78% na rede pública, e outros 3.798 lecionam na educação especial, 74% em instituições públicas.

16 - Fonte: Inep/MEC.

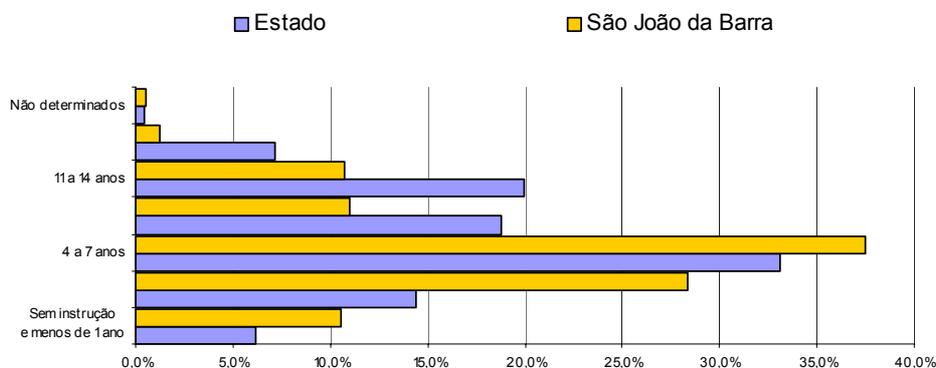
17 - Educação Infantil: Trata-se da primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil é oferecida em creches, ou entidades equivalentes, e pré-escolas.

SÃO JOÃO DA BARRA

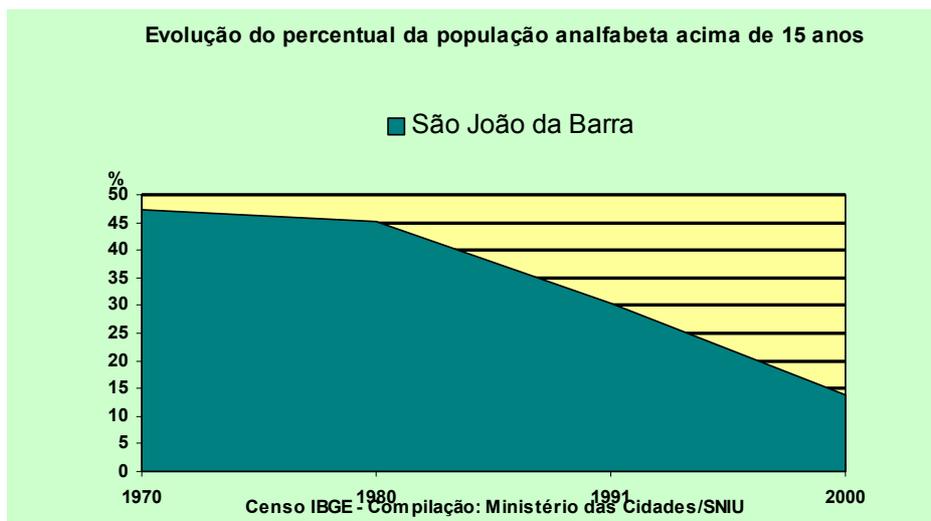
O censo 2004 de educação superior aponta a existência de 118 estabelecimentos de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, 89% particulares. O total de matrículas somava 444.321, sendo 19% em instituições públicas. Já o corpo docente somava 32.770 profissionais, 30% na rede pública.

Apresentamos, a seguir, os indicadores disponíveis do município em estudo ¹⁸. São João da Barra apresenta o seguinte quadro relativo à escolaridade da população, em comparação com o Estado:

**Anos de estudo por população acima de 10 anos de idade
- IBGE - Censo 2000 -**



Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, o país ainda tinha 14% de analfabetos na população com 15 anos ou mais. No Estado do Rio, a média cai para 7% e, em São João da Barra, apresentou a seguinte evolução:



18 - Números de matrículas, professores e escolas de 2000 e 2001 – SEE/CIDE. Dados de 2002 e 2003 foram tabulados a partir do Sistema de Estatísticas Educacionais Edudatabrasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Dados de 2004 e 2005 obtidos diretamente do Inep/MEC.

SÃO JOÃO DA BARRA

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de São João da Barra, em 2004, foi de 8.860 alunos, tendo evoluído para 8.801 em 2005, apresentando ligeira redução (-0,7%) no número de estudantes.

Em um maior nível de detalhamento, apresentamos o quadro dos estabelecimentos de ensino infantil ¹⁹, que engloba creche e pré-escola:

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de creches, professores e matrículas, além do rateio de alunos por professor. A rede municipal responde por 87% das matrículas na creche em 2005.

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
00	7	28	352	12,6	11,1
01	13	25	381	15,2	11,4
02	7	21	426	20,3	11,0
03	9	32	418	13,1	11,4
04	9	27	413	15,3	18,7
05	9	26	460	17,7	16,4

Pode-se verificar que houve alteração no número de unidades escolares. O número de matrículas aumentou, enquanto o corpo docente diminuiu, causando aumento nos índices do rateio aluno/professor no município.

Com relação à pré-escola, o quadro que se apresenta é o seguinte, sendo que a rede municipal é responsável por 86% das matrículas em 2005.

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
00	37	87	1.475	17,0	16,7
01	38	92	1.552	16,9	16,5
02	36	90	1.377	15,3	16,8
03	34	81	1.398	17,3	17,0
04	33	81	1.344	16,6	17,0
05	30	78	1.301	16,7	16,8

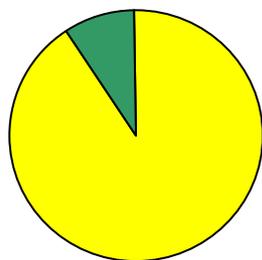
Houve redução no número de unidades escolares, matrículas e corpo docente. Observa-se redução nos índices do rateio aluno/professor no município.

Com relação à qualificação do corpo docente do ensino infantil, os gráficos abaixo ilustram a qualificação dos professores da rede pública:

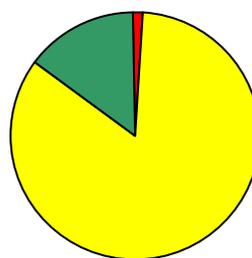
19 - Ensino Infantil: Trata-se da primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

SÃO JOÃO DA BARRA

Formação dos professores da rede municipal
de ensino infantil
Creche - 2005



Formação dos professores da rede municipal
de ensino infantil
Pré-escola - 2005



1º grau
2º grau
3º grau

São João da Barra apresenta o panorama abaixo para o ensino fundamental:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores ²⁰	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
00	43	402	6.138	15,3	19,1
01	42	382	6.147	16,1	18,7
02	43	404	6.388	15,8	18,6
03	43	408	6.362	15,6	18,5
04	41	389	6.135	15,8	18,1
05	40	415	6.069	14,6	17,8

Houve redução no número de alunos do ensino fundamental, tendo havido incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor.

Especificamente em relação à rede estadual, que teve 45% dos alunos matriculados de 2005, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede estadual no Estado
00	14	224	3.691	16,5	19,6
01	14	206	3.593	17,4	18,8
02	14	199	3.651	18,3	18,2
03	14	194	3.432	17,7	19,1
04	13	164	3.078	18,8	18,0
05	10	173	2.718	15,7	16,9

Observa-se, no período, redução no número de alunos na rede estadual do ensino fundamental, acompanhado por diminuição menor no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor. A rede estadual tem, em média, 26,7 alunos por sala de aula nos Anos Iniciais do ensino fundamental (Série inicial à 4ª série) e 30,2 nos Anos Finais (5ª à 8ª série).

20 - O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar da 1ª à 4ª série e da 5ª à 8ª série.

SÃO JOÃO DA BARRA

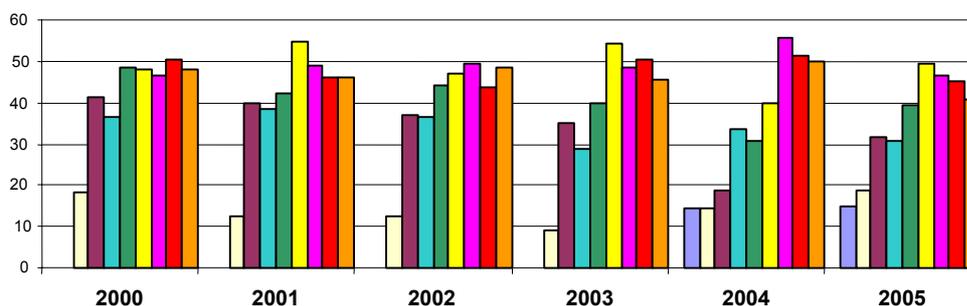
Já na rede municipal, com 49% do volume de matrículas em 2005, os dados seguem na tabela:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede municipal no Estado
00	27	161	2.213	13,7	22,4
01	25	153	2.291	15,0	22,1
02	26	178	2.473	13,9	21,8
03	26	190	2.648	13,9	21,2
04	25	202	2.743	13,6	21,0
05	27	210	2.987	14,2	21,0

Observa-se, no período, aumento no número de alunos na rede municipal do ensino fundamental, acompanhado por menor incremento no quadro de docentes, com piora do rateio de alunos por professor. A rede municipal tem, em média, 20,2 alunos por sala de aula nos Anos Iniciais do ensino fundamental (Série inicial à 4ª série) e 19,8 nos Anos Finais (5ª à 8ª série).

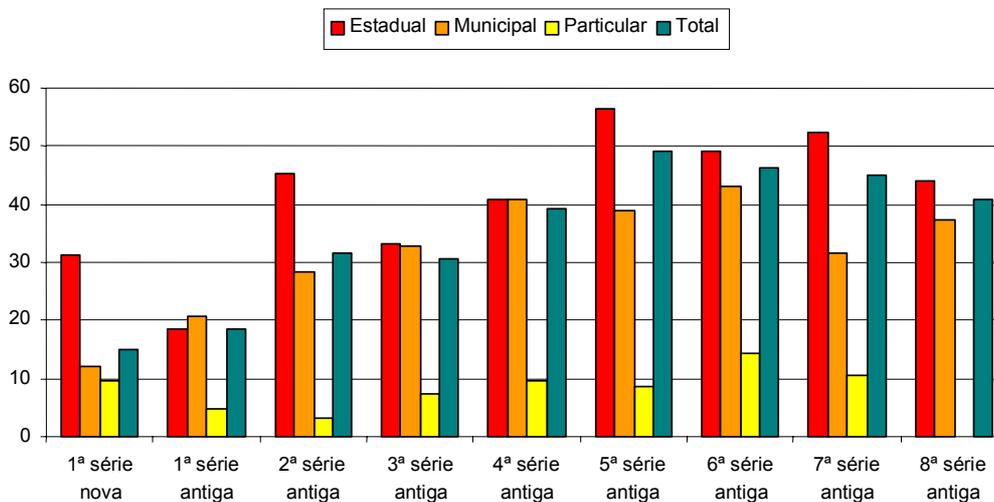
O indicador de distorção de série por idade foi implementado desde 1999 e permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para a série em estudo. O INEP preservou a seriação antiga na apuração deste indicador. Os gráficos a seguir apresentam o nível médio de distorção por série entre 2000 e 2005 e este indicador por rede escolar do município no ano 2005:

Evolução da taxa de distorção série-idade total - Ensino fundamental



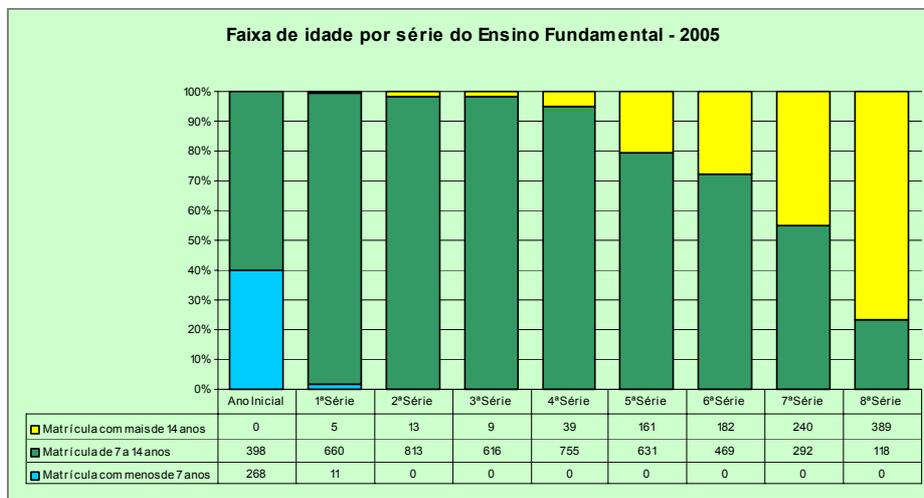
Pode-se observar que este indicador não apresentou tendência de queda no período.

Distorção série-idade ensino fundamental - redes - 2005

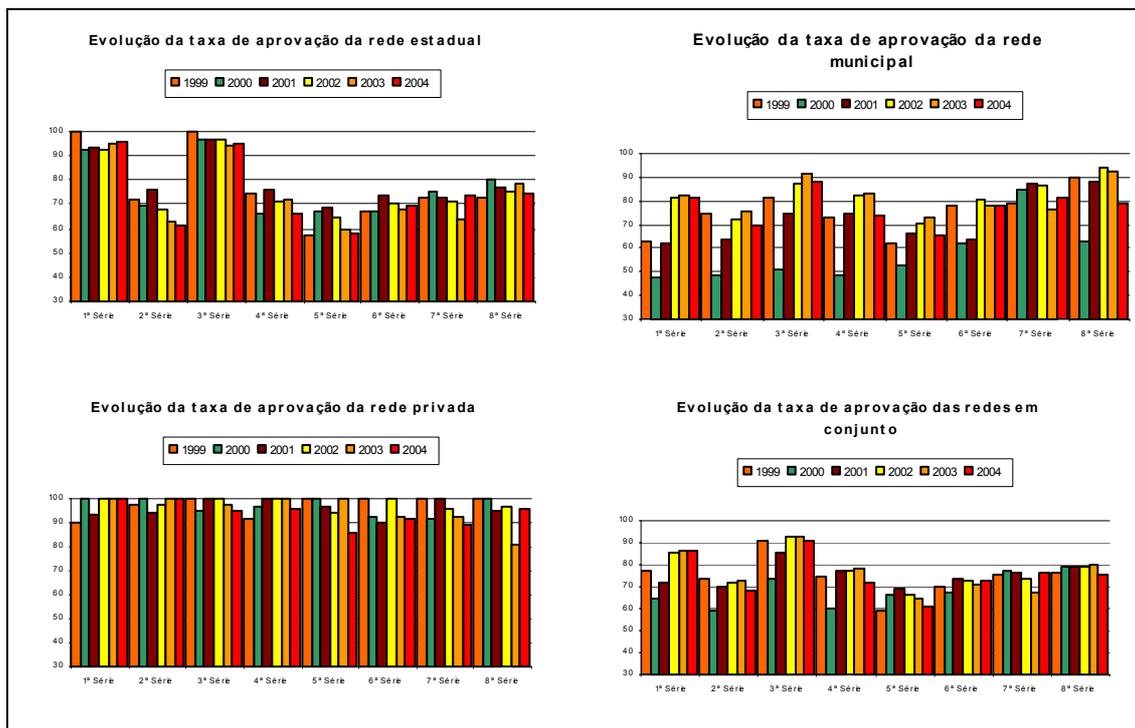


A rede privada tem taxas inferiores às redes públicas, sendo a estadual aquela que apresenta maiores taxas na maioria das séries.

A decorrência principal da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 14 anos, como ilustra o gráfico a seguir:

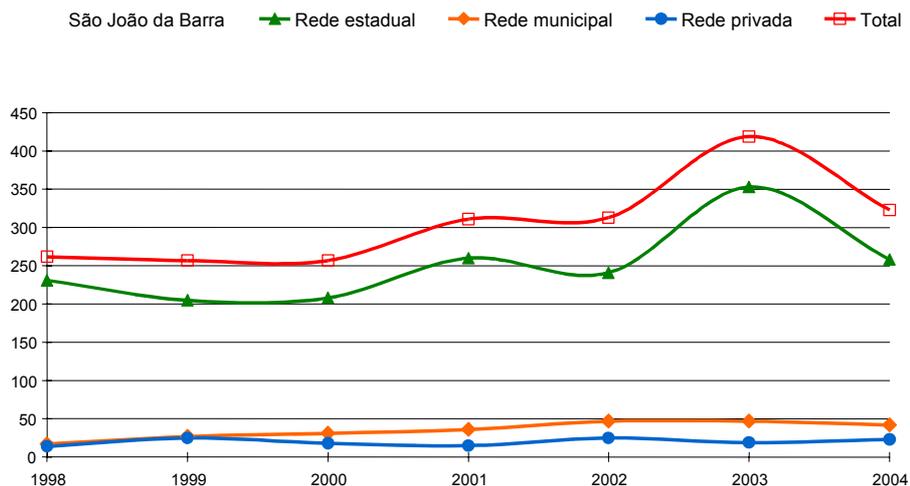


O comparativo dos indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 1999 e 2004 são apresentados nos gráficos a seguir, sendo bastante ilustrativos, onde pode-se observar a hegemonia de aprovação na rede particular e o baixo rendimento da rede pública.



O gráfico a seguir apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental, no período de 1998 a 2004, tempo em que o número de concluintes aumentou em 23,3%:

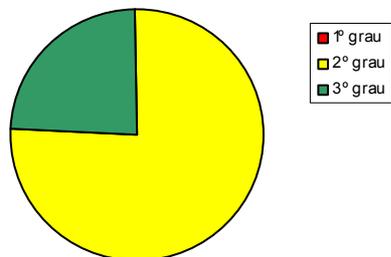
Concluintes no ensino fundamental



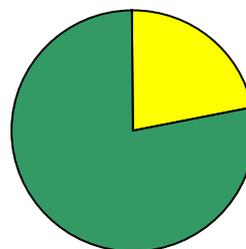
Os gráficos a seguir mostram a formação dos professores das redes públicas no ano de 2005:

SÃO JOÃO DA BARRA

Formação dos professores da rede estadual de ensino fundamental Anos Iniciais - 2005

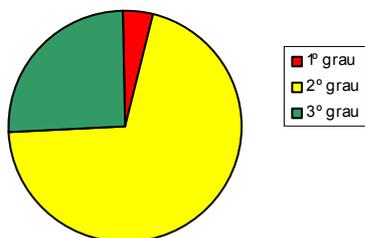


Formação dos professores da rede estadual de ensino fundamental Anos finais - 2005

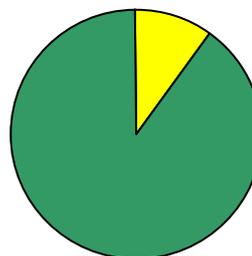


No caso dos professores estaduais no ensino fundamental, observa-se predominância de professores com formação no segundo grau para o primeiro segmento e aumento do número de docentes com graduação no segundo segmento do ensino fundamental, o mesmo ocorrendo no quadro de professores municipais, com diferente distribuição.

Formação dos professores da rede municipal de ensino fundamental Anos Iniciais - 2005



Formação dos professores da rede municipal de ensino fundamental Anos Finais - 2005



Com relação ao **ensino médio**, São João da Barra apresenta o panorama abaixo:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
00	3	51	627	12,3	14,9
01	3	49	671	13,7	14,6
02	4	58	801	13,8	14,9
03	5	55	862	15,7	16,4
04	4	54	968	17,9	15,1
05	7	107	971	9,1	13,3

O aumento no número de matrículas foi acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, propiciando melhora do rateio de alunos por professor.

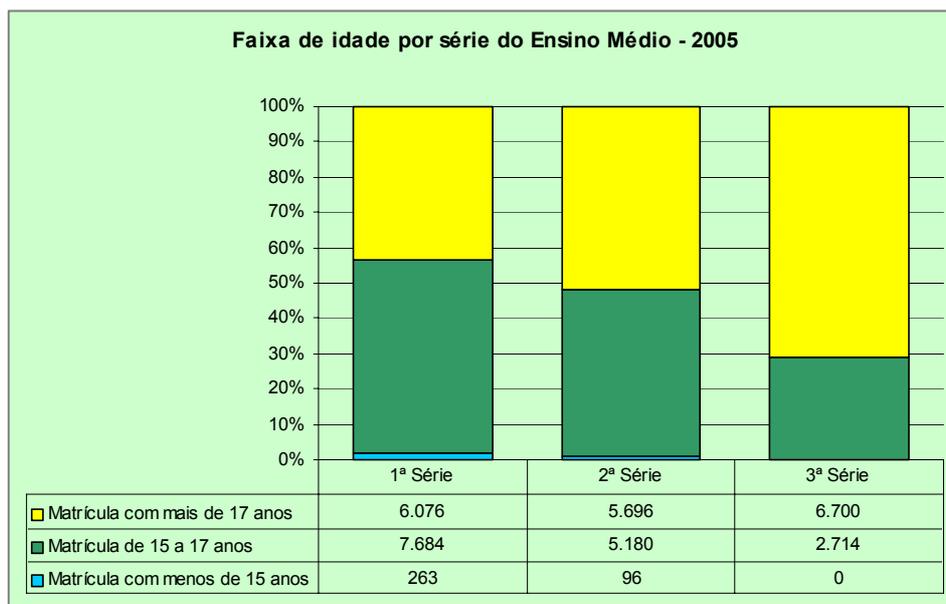
A rede municipal de São João da Barra não oferece o Ensino Médio. Especificamente da rede estadual, com 97% do volume de matrículas em 2005, o quadro que se apresenta é o seguinte:

SÃO JOÃO DA BARRA

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede estadual no Estado
00	2	40	599	15,0	18,5
01	2	37	641	17,3	18,0
02	3	48	760	15,8	18,2
03	4	45	808	18,0	19,9
04	3	43	918	21,3	17,9
05	6	96	939	9,8	15,2

Observa-se, no período, aumento no número de alunos do ensino médio em escolas do Estado, acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor, inferior ao observado no Estado. A rede estadual tem, em média, 30,3 alunos por sala de aula no ensino médio.

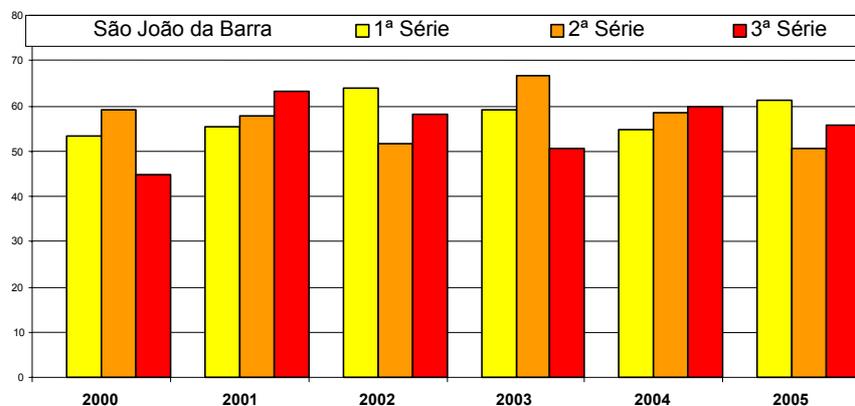
Novamente, a decorrência da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 18 anos, como ilustra o gráfico a seguir:



Os gráficos a seguir apresentam o nível médio de distorção por série entre 2000 e 2005 e a comparação de cada rede escolar do município no ano 2005:

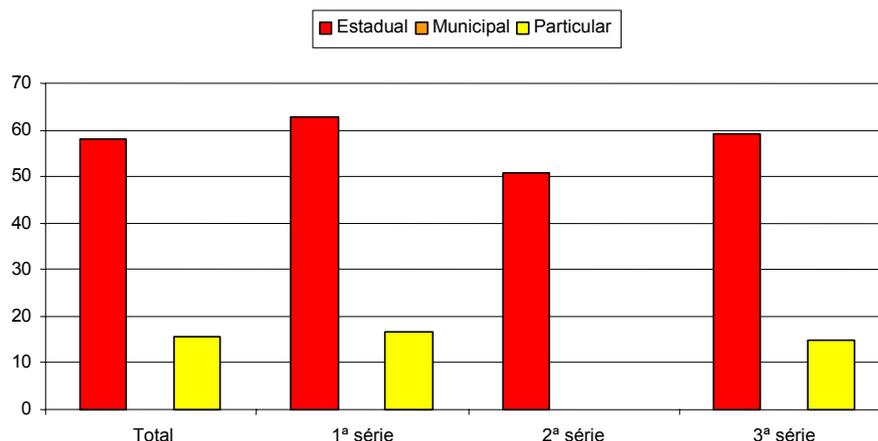
SÃO JOÃO DA BARRA

Evolução da taxa de distorção série-idade total - Ensino médio

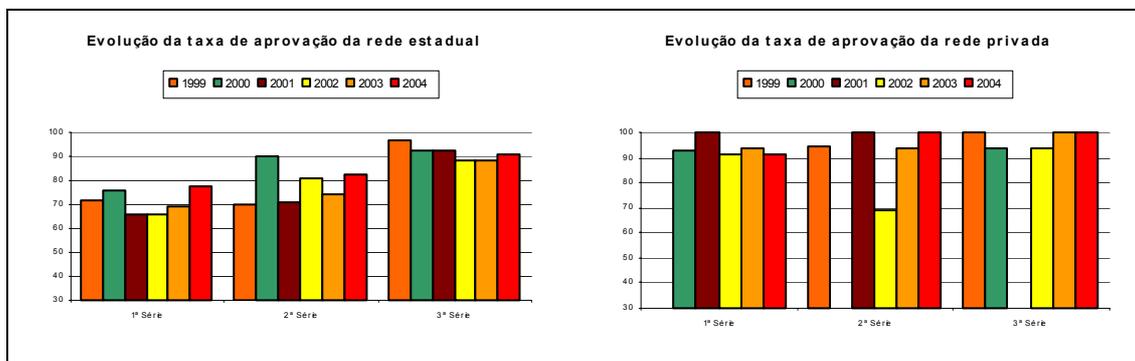


As taxas não apresentaram diminuição ou alteração significativa no período.

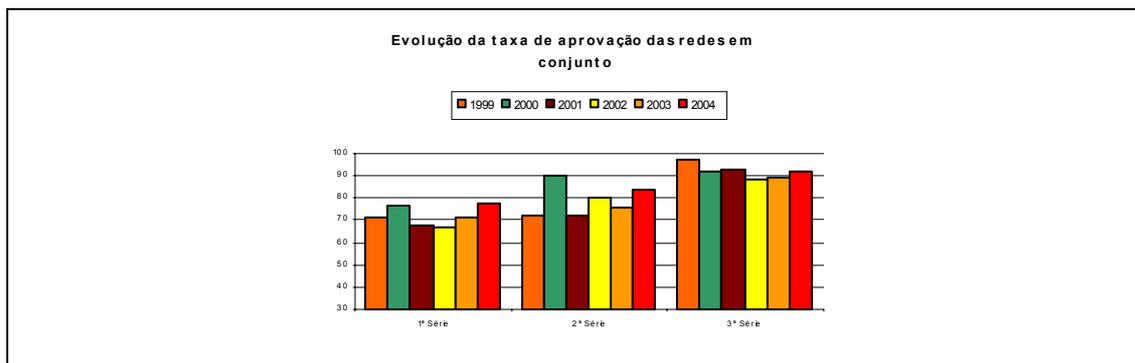
Distorção série-idade ensino médio - redes - 2005



Novamente, a rede privada tem taxas inferiores na distorção série-idade e o comparativo dos indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 1999 e 2004 são apresentados nos gráficos a seguir, sendo bastante ilustrativos:

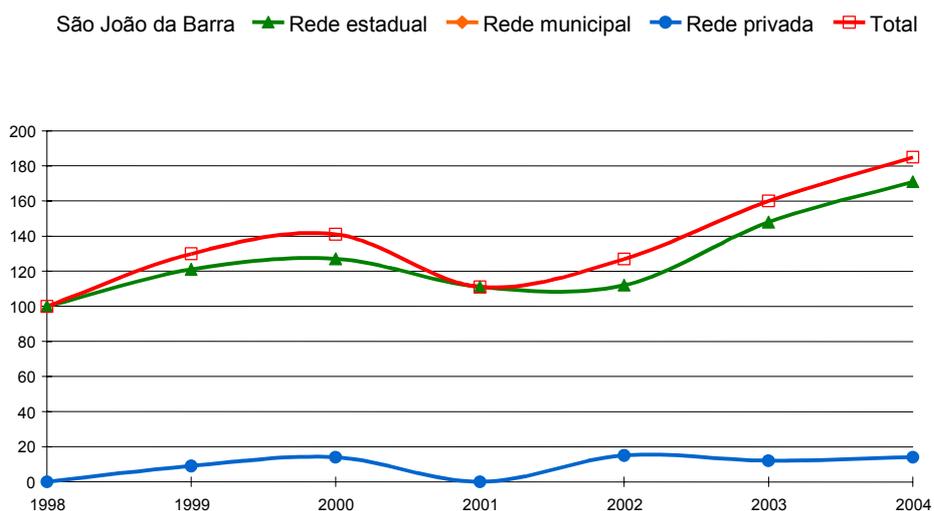


SÃO JOÃO DA BARRA



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso, no período de 1998 a 2004, tempo em que o número de concluintes aumentou em 85,0%:

Concluintes no ensino médio



A formação específica do corpo docente da rede pública é de 100% de profissionais com curso superior.

Quanto ao ensino especial, 197 alunos estavam matriculados em 2005, distribuídos em 5 estabelecimentos.

No ensino de jovens e adultos, São João da Barra tem um total de 398 matrículas em 2005, sendo 53% para o primeiro segmento do ensino fundamental e 47% para o segundo segmento.

O município de São João da Barra não tem instituição de ensino superior.

SÃO JOÃO DA BARRA

- **Saúde**

A Constituição de 1988 assegurou o acesso universal e equânime a serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Destacam-se na viabilização plena desse direito as chamadas Leis Orgânicas da Saúde, nº 8.080/90 e nº 8.142/90, e as Normas Operacionais Básicas – NOB. O Sistema Único de Saúde – SUS opera tanto em nível federal, quanto nas esferas estadual e municipal.

A partir de 1999, houve, em nosso Estado, um declínio significativo de hospitais próprios do INAMPS e federais, reduzidos a apenas seis em 2003. O mesmo ocorreu com hospitais contratados, que passaram de 172, em 1997, para 109 em 2003. O número total de hospitais caiu de 401, em 1997, para 317 em 2003. Por conta disso, o número de leitos contratados caiu de 60 mil para 43,7 mil nos últimos sete anos. As redes estadual e filantrópica também apresentaram redução no número de leitos ofertados. A rede universitária manteve-se praticamente constante e os hospitais municipais e particulares foram os únicos que aumentaram sua oferta.

Em anos recentes, o Ministério e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde desencadearam diversas atividades de planejamento e de adequação de seus modelos assistenciais e de gestão, ponderando criticamente os avanços e os desafios que novas diretrizes organizativas trariam para sua realidade. Em fevereiro de 2002, foi publicada a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002, que amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.

Visando reverter o panorama geral de desigualdades regionais existente no Estado e facilitar o acesso de todo cidadão fluminense a todos os serviços do SUS, inclusive os de maior complexidade, algumas estratégias e instrumentos foram pensados e executados: plena adoção da Programação Pactuada e Integrada – PPI da assistência ambulatorial e hospitalar, via implantação de centrais de regulação para ordenar a oferta de serviços e agilizar o atendimento aos pacientes; assessoria às pactuações intermunicipais de serviços referenciados, por intermédio de apoio direto aos gestores municipais; e apoio à consolidação de fóruns regionais permanentes de negociação.

Este processo possibilitou maior transparência na alocação de recursos em cada município responsável pela assistência aos seus munícipes e aos vizinhos, garantindo o acesso aos pacientes residentes em cidades que não possuem serviços mais complexos (oncologia, hemoterapia, tomografias, diálise etc), de forma que os mesmos estejam acessíveis em cada região do estado.

Para contemplar a perspectiva de redistribuição geográfica de recursos tecnológicos e humanos, foi elaborado o Plano Diretor de Regionalização do Estado²¹, representado pelo seguinte mapa:

21 - Para maiores informações, consulte o site www.saude.rj.gov.br/gestor/Plano_diretor.shtml.



A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) vem desenvolvendo um conjunto de ações com vistas à elaboração de um novo Plano Estadual de Saúde (PES). O processo de construção do PES compreende uma série de aspectos: a construção dos diagnósticos institucional e da situação de saúde no Estado, a definição das metodologias e das matrizes de planejamento estratégico, a mobilização e a participação dos atores implicados, a implementação de estratégias de informação e comunicação e, por fim, a elaboração da metodologia de acompanhamento e avaliação, em suma, da gestão do Plano.

O ponto de partida do processo de planejamento consistiu na avaliação do PES anterior (exercício 2001-2004), resultando na construção de uma nova Agenda Estadual de Saúde, contendo os eixos orientadores para o novo PES. Concomitantemente, foi elaborada uma matriz de indicadores para apoio ao processo de diagnóstico, priorização e tomada de decisão, a partir da qual foi definida a metodologia para as oficinas regionais de planejamento.

Buscou-se, igualmente, integrar os planejamentos setoriais da SES-RJ, de forma a reduzir a fragmentação institucional e aproximar o processo de planejamento das ações concretas de gestão. Isto implica uma repactuação no interior da própria Secretaria de Estado, com o objetivo de integrar as ações de planejamento, vigilância, controle e avaliação e outras atribuições inerentes à gestão plena do Sistema Estadual de Saúde na estrutura mais ampla deste novo Pacto de Gestão.

SÃO JOÃO DA BARRA

O enfoque estratégico de planejamento privilegia a dimensão regional no processo de reorientação do modelo assistencial. Neste sentido, as oficinas de planejamento nas nove Regiões de Saúde do Estado, com a participação de atores dos segmentos técnicos, de gestão e de controle social, desempenham um papel fundamental, como espaço para a definição das prioridades e pactuação das metas de saúde, bem como das ações necessárias para atingi-las.

De acordo com a estratégia adotada, os diversos produtos gerados ao longo do processo de planejamento são incorporados progressivamente ao PES e divulgados para os setores envolvidos e o público em geral através de seu sítio (www.saude.rj.gov.br) criado especificamente com a finalidade de dar mais transparência ao planejamento e, ao mesmo tempo, torná-lo mais dinâmico e participativo.

A programação dos sistemas ambulatorial e hospitalar de atendimento, visa otimizar a utilização dos recursos financeiros do SUS pelos Municípios e pelo Estado, estabelecendo e aperfeiçoando continuamente, em conjunto com os gestores municipais, metodologia de alocação de recursos financeiros que considere, além da população e da capacidade instalada, indicadores de saúde, características locais e regionais, a efetiva utilização dos recursos e o impacto causado pelas ações de saúde desenvolvidas.

A programação dos recursos financeiros é pactuada entre o conjunto de municípios do Estado, partindo de proposta elaborada pela SES/RJ, em conjunto com técnicos indicados pelo COSEMS – Conselho de Secretários Municipais de Saúde, e aprovada pela CIB – Comissão Intergestores Bipartite.

Quando solicitado pelos gestores municipais, são efetuadas revisões oriundas de repactuação da realização de procedimentos, sendo os tetos financeiros publicados mensalmente no Diário Oficial do Estado e disponibilizados na página da SES-RJ na Internet.

Um município pode estar habilitado à condição de Gestão Plena da Atenção Básica, ou de Gestão Plena do Sistema Municipal. Na primeira forma, resumidamente, o município é responsável por:

- Gestão e execução da assistência ambulatorial básica, das ações básicas de vigilância sanitária, de epidemiologia e controle de doenças; Gerência de todas as unidades ambulatoriais estatais (municipal/ estadual/ federal) ou privadas; Autorização de internações hospitalares e procedimentos ambulatoriais especializados; Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS; Controle e avaliação da assistência básica.

A atenção básica deve ser compreendida como o conjunto de ações prestadas às pessoas e à comunidade, com vistas à promoção da saúde e à prevenção de agravos, bem como seu tratamento e reabilitação no primeiro nível de atenção dos sistemas locais de saúde.

Para garantir o custeio das ações básicas em saúde foi implantado em janeiro de 1988, o Piso da Atenção Básica - PAB, que é composto de uma parte fixa destinada à assistência e de parte variável relativa aos incentivos para o desenvolvimento de ações complementares da atenção básica. Concomitantemente, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo um sistema de acompanhamento e uma avaliação da produção de serviços de atenção básica cujo objetivo é avaliar o impacto da implantação do PAB na

SÃO JOÃO DA BARRA

melhoria desses serviços e a sua efetividade, assim como a utilização dos recursos repassados fundo a fundo para os municípios. Este sistema de acompanhamento consiste em um conjunto de metas que são pactuadas anualmente entre as três esferas de governo constituindo o Pacto da Atenção Básica.

A citada NOAS-SUS 01/2002 criou a Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada como uma das condições de gestão dos sistemas municipais de saúde. Agrega às atividades acima o controle da tuberculose, a eliminação da hanseníase, o controle da hipertensão arterial, o controle da *diabetes mellitus*, a saúde da criança, a saúde da mulher e a saúde bucal.

Os indicadores são definidos anualmente pela União e, para 2005, foram estabelecidos os seguintes:

Saúde da Criança

Indicadores Principais: Número absoluto de óbitos em menores de um ano de idade; Taxa de Mortalidade Infantil; Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer; Proporção de óbitos em menores de um ano de idade por causas mal definidas; Taxa de internações por Infecção Respiratória Aguda em menores de 5 anos de idade; Homogeneidade da cobertura vacinal por tetra valente em menores de um ano de idade.

Indicadores Complementares: Número absoluto de óbitos neonatais; Taxa de mortalidade neonatal.

Saúde da Mulher

Indicadores Principais: Taxa de mortalidade materna; Proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal; Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados; Razão entre exames citopatológicos cervicovaginais em mulheres de 25 a 59 anos e a população feminina nesta faixa etária.

Indicadores Complementares: Taxa de mortalidade de mulheres por câncer de colo do útero; Taxa de mortalidade de mulheres por câncer de mama; Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.

Controle da Hipertensão

Indicadores Principais: Taxa de internações por acidente vascular cerebral (AVC); Taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares.

Indicador Complementar: Taxa de internações por insuficiência cardíaca congestiva (ICC).

Controle da Diabetes Mellitus

Indicador Principal: Proporção de internações por cetoacidose e coma diabético mellitus.

Indicador Complementar: Proporção de internações por diabetes mellitus.

Controle da Tuberculose

Indicador Principal: Proporção de abandono de tratamento da tuberculose.

SÃO JOÃO DA BARRA

Indicadores Complementares: Taxa de incidência de tuberculose pulmonar positiva; Taxa de mortalidade por tuberculose.

Eliminação de Hanseníase

Indicadores Principais: Proporção de abandono de tratamento da hanseníase; Taxa de detecção de casos novos de hanseníase.

Indicadores Complementares: Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados; Taxa de prevalência da hanseníase; Proporção do grau de incapacidade I e II registrados no momento do diagnóstico.

Saúde Bucal

Indicadores Principais: Cobertura de primeira consulta odontológica; Razão entre os procedimentos odontológicos coletivos e a população de 0 a 14 anos.

Indicador Complementar: Proporção de exodontias em relação às ações odontológicas básicas individuais.

Gerais

Indicadores Principais: Proporção da população coberta pelo programa de saúde da família (PSF); Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas.

Indicador Complementar: Média mensal de visitas domiciliares por família.

Já na Gestão Plena do Sistema Municipal, objetivamente, o município é responsável por:

- Gestão e execução de todas as ações e serviços de saúde no município; Gerência de todas as unidades ambulatoriais, hospitalares e de serviços de saúde estatais ou privadas; Administração da oferta de procedimentos de alto custo e complexidade; Execução das ações básicas, de média e de alta complexidade de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de doenças; Controle, avaliação e auditoria dos serviços no município; Operação do Sistema de Informações Hospitalares e do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

No Estado do Rio de Janeiro, 76% dos municípios estão na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e o restante está capacitado para a Gestão Plena do Sistema Municipal. A Gestão Plena Estadual ocorre naqueles municípios que ainda não estão aptos para assumir a gestão de seu sistema hospitalar ou, como no caso de Duque de Caxias e Niterói, que têm Gestão Plena do Sistema Municipal e têm uma e quatro unidades, respectivamente, geridas pelo Estado.

O trabalho desenvolvido pelo Programa Saúde da Família – PSF, e dos Agentes Comunitários de Saúde (cidadãos da própria comunidade que são treinados para realizar visitas domiciliares e orientar as famílias) - PACS, busca levar a cada domicílio o acesso ao tratamento e à prevenção das doenças. Essas equipes vão até a casa das pessoas, prestando atenção para reconhecer os principais problemas, evitando deslocamentos desnecessários às Unidades de Saúde e, juntos, procuram as melhores soluções para enfrentar os desafios locais que possam estar determinando os problemas de saúde,

SÃO JOÃO DA BARRA

antes que eles se instalem de modo mais grave. Significa atuar nos momentos precoces iniciais da transmissão de doenças, assim como sobre os riscos sanitários, ambientais e individuais. Junto com a comunidade, cada equipe deve elaborar um plano para enfrentar os principais problemas detectados e trabalhar para desenvolver a educação de saúde preventiva, promovendo a qualidade de vida dos habitantes daquela área.

A equipe de Saúde da Família é multiprofissional, composta por, no mínimo, um médico de família e comunidade, um enfermeiro de saúde pública, um auxiliar de enfermagem e de 4 a 6 agentes comunitários de saúde. Cada equipe trabalha em áreas de abrangência definida, por meio do cadastramento e do acompanhamento de um número determinado de famílias de forma individualizada. Cada equipe de Saúde da Família acompanha de 600 a 1.000 famílias, com limite máximo de 4.500 pessoas por equipe. Cada agente comunitário de saúde acompanha até o máximo de 150 famílias ou 450 pessoas.

A implantação do Programa Saúde da Família depende da decisão política da administração municipal, que deve submeter a proposta ao Conselho Municipal de Saúde e discutir amplamente com as comunidades a serem beneficiadas e toda sociedade organizada local. A Secretaria de Estado de Saúde, juntamente com o Ministério da Saúde, oferecem o apoio necessário à elaboração do projeto e à sua implantação.

Consultado o sítio da Secretaria de Estado de Saúde, em 25/08/06, (http://www.saude.rj.gov.br/Acoes/situacao_psf.shtml), os últimos dados disponíveis referem-se até 2004. Como foram apresentadas a série histórica, bem como a cobertura na edição de 2005 deste estudo, seria repetitivo rerepresentá-los, uma vez que estão disponíveis no sítio www.tce.rj.gov.br.

São João da Barra tem Gestão Plena da Atenção Básica e Gestão Estadual Plena, dispondo de 1 hospital filantrópico conveniado ao SUS. Oferece um total de 90 leitos hospitalares, numa proporção de 3,2 leitos por mil munícipes, enquanto a média no Estado é de 2,9 leitos por cada mil habitantes.

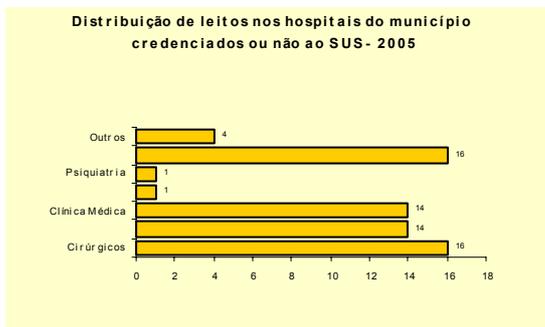
São João da Barra tem suas unidades ambulatoriais distribuídas da seguinte forma:

Centro de saúde	8
Policlínica	1
Ambulatório de unidade hospitalar geral	1
Unidade mista	3
Consultório	1
Outros serviços auxiliares de diagnose e terapia	1
Unidade móvel para atendimento médico/odontológico	1

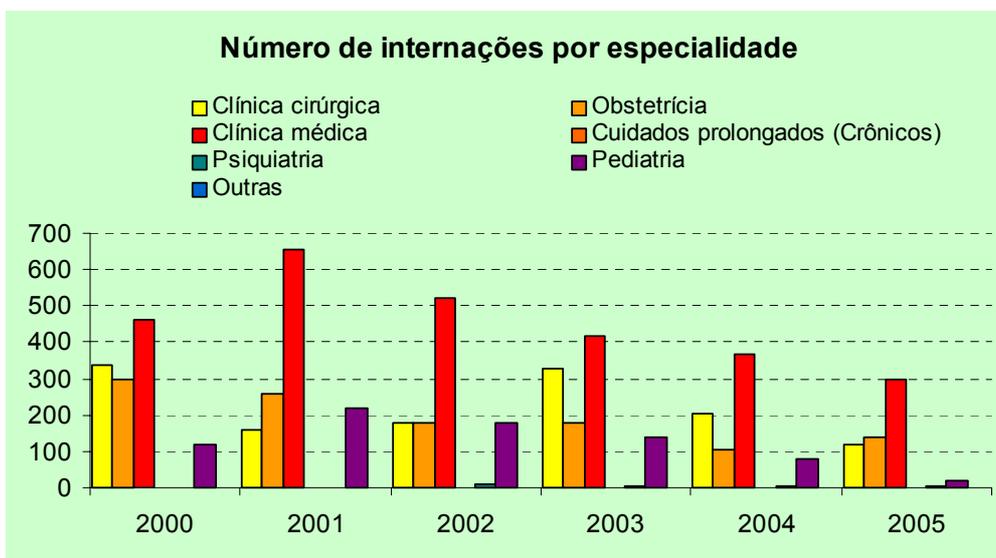
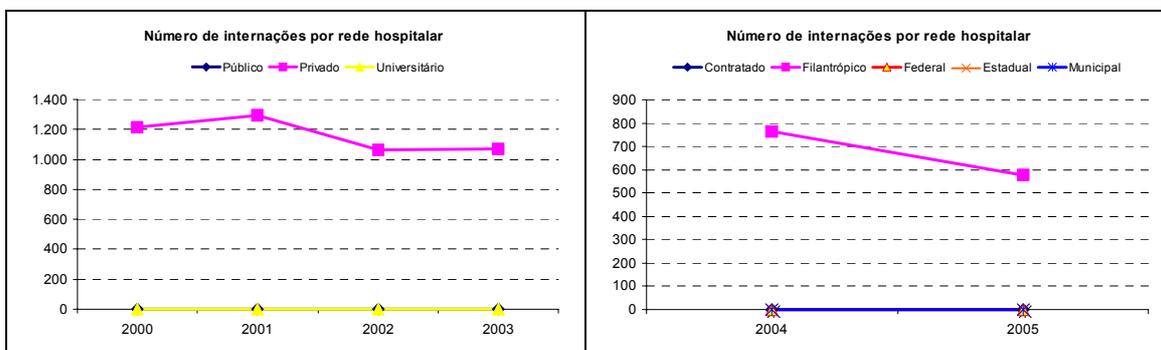
Os gráficos a seguir ²² apresentam um comparativo das especialidades dos leitos.

22 - Fonte: Datasus 2006 – Hospitais, unidades ambulatoriais e leitos por mil habitantes referem-se a julho/2003.

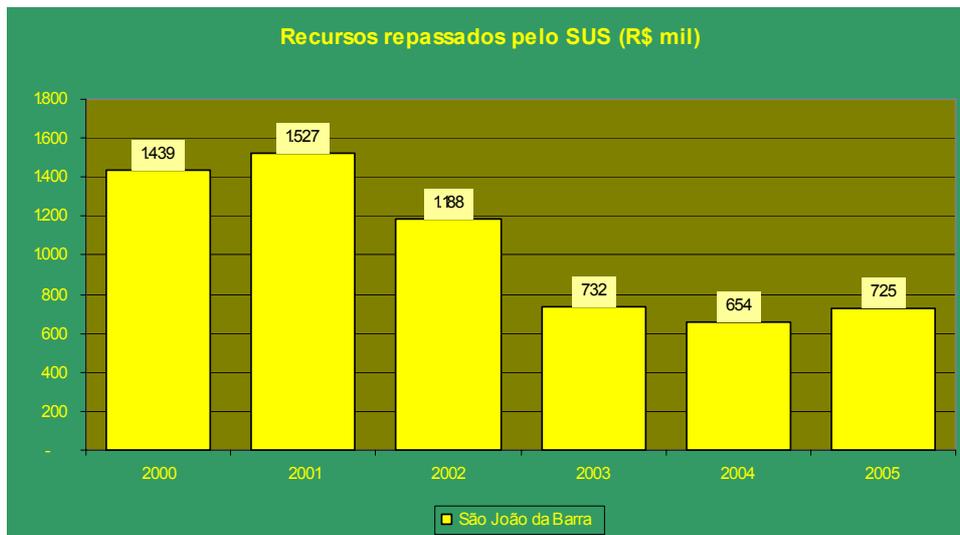
SÃO JOÃO DA BARRA



Os gráficos a seguir apresentam a utilização da rede hospitalar credenciada pelo SUS nos últimos seis anos. As unidades universitárias foram reclassificadas em 2004 para federal, estadual e municipal e, as privadas, em contratado e filantrópico.



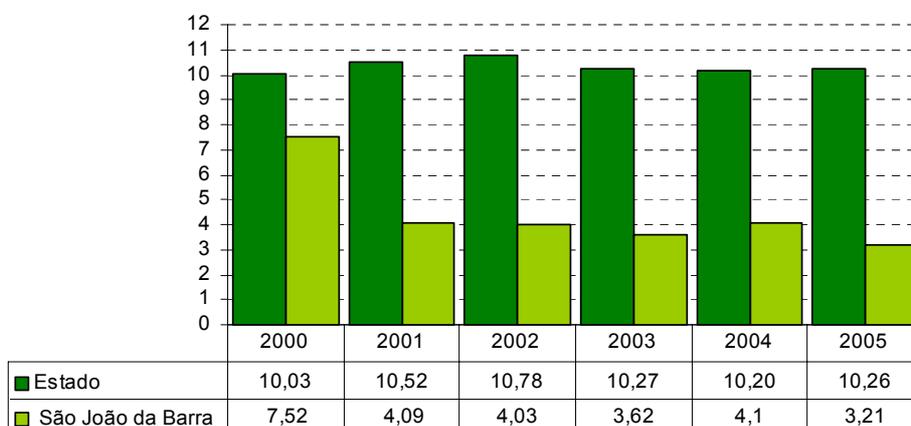
Apresentamos no gráfico a seguir a evolução dos recursos repassados pelo SUS. Os repasses do SUS para o município podem estar sendo contabilizados diretamente no fundo municipal específico, não aparecendo nas finanças municipais da administração direta, objeto do capítulo Indicadores Financeiros.



Observe-se que a notável redução dos repasses do SUS decorre de uma mudança de sistemática de transferências. De acordo com o DATASUS, com relação à Farmácia Básica, as transferências relativas aos estados estão contabilizadas no “município ignorado” do respectivo estado, com exceção da Farmácia Básica, contabilizada nos municípios a que esta verba se destina, apesar de ter sido transferida ao estado. Cabe a este fazer o repasse ao município. Já com relação a procedimentos de alta complexidade e ações estratégicas, as transferências relativas à gestão plena estadual estão contabilizadas no “município ignorado” do respectivo estado. Nesta rubrica, R\$ 33 milhões foram repassados à administração estadual no ano 2000. As cifras subiram para R\$ 50 milhões no ano seguinte, R\$ 157 milhões em 2002, R\$ 329 milhões em 2003, R\$ 311 milhões em 2004, e alcançaram R\$ 817 milhões em 2005, respectivamente 3%, 4%, 11%, 27%, 21% e 46% das transferências totais ao nosso estado, no espírito da Programação Pactuada integrada mencionada anteriormente.

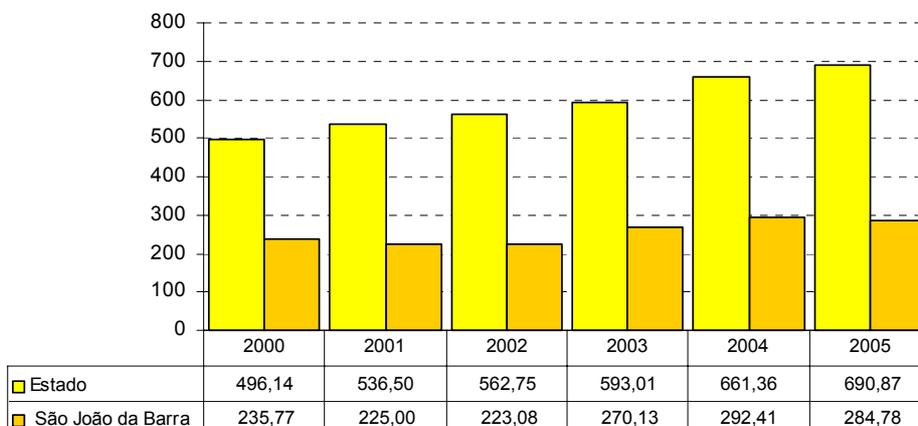
Alguns indicadores podem apontar o nível de eficácia do sistema de saúde local, como os apresentados adiante, mas não refletem as demais ações de vigilância epidemiológica, sanitária, de controle de vetores e de educação em saúde.

Tempo médio de internação (dias)

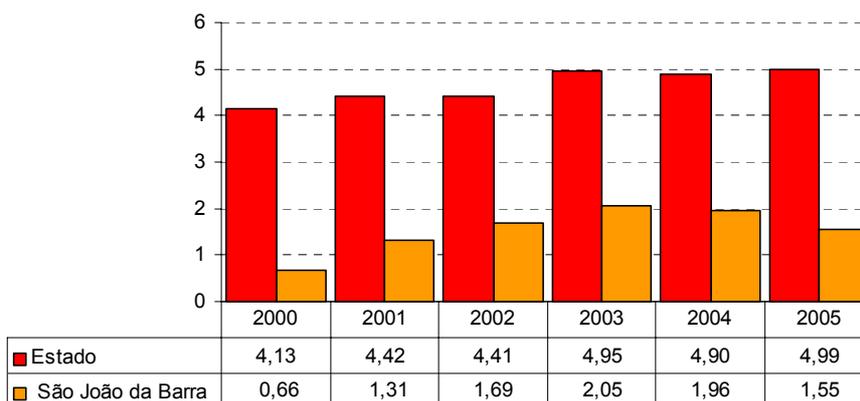


SÃO JOÃO DA BARRA

Valor médio de internação (R\$)



Taxa de mortalidade (por 100 internações)



O Datasus disponibiliza informações coletadas pela Pesquisa Assistência Médico-Sanitária (AMS), realizada pelo IBGE. Estão disponíveis as informações referentes às pesquisas de 1981 a 1990, 1992, 1999 e 2002. Para os anos intermediários faltantes, a AMS não foi realizada, tampouco para 2003, 2004 e 2005. Dados relativos a distribuição de serviços na rede, de grupos de equipamentos e uma análise dos recursos humanos foram apresentados na edição de 2003 deste estudo, disponível no sítio www.tce.rj.gov.br.

• **Mercado de trabalho**

Em 2005, segundo informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, dois dos principais indicadores do mercado de trabalho da RMRJ apresentaram desempenho superior ao observado em 2004.

A taxa de desemprego registrou queda de 1,47 ponto percentual, baixando de 9,03%, em 2004, para 7,72%, em 2005. O segundo indicador a apresentar resultado melhor em 2005 foi o relativo a rendimentos reais, com alta de 2,40%. Em 2004, os rendimentos haviam registrado queda de 0,58%.

SÃO JOÃO DA BARRA

O crescimento do nível de ocupação e o grau de formalização apresentaram, em 2005, resultados inferiores aos assinalados em 2004. O primeiro registrou elevação de 1,43%, ante 2,11%, em 2004. A formalização apresentou, em 2004, índice de 55,66%, proporção inferior às verificadas em 2003 e 2004.

Indicadores do Mercado de Trabalho – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Indicadores	Média			Diferenças (P.P.)			Variação (%)		
	2003	2004	2005	2004/ 2003	2005/ 2004	2005/ 2003	2004/ 2003	2005/ 2004	2005/ 2003
Nível de Ocupação (mil)	4.794	4.895	4.965	-	-	-	2,11	1,43	3,56
Taxa de Desemprego (%)	9,19	9,03	7,72	-0,16	-1,31	-1,47			
Formalização (%)	58,00	58,10	55,66	0,10	-2,44	-2,34			
Rendimentos Reais (R\$)	946,52	941,05	963,61	-	-	-	-0,58	2,40	1,81

O crescimento do nível de ocupação na RMRJ em 2005, de 1,43%, foi o segundo menor resultado entre as seis regiões metropolitanas componentes da PME, à frente somente da Região Metropolitana de Recife, que registrou aumento de 1,16%, no mesmo período. O quadro se mantém quando a comparação engloba os anos de 2003 a 2005, como se observa na tabela a seguir.

Média mensal do número de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas)

Regiões	2003	2004	2005	Variação (%)		
				2004/ 2003	2005/ 2004	2005/ 2003
Total das áreas - PME	18.669	19.259	19.830	3,16	2,96	6,22
Recife	1.258	1.267	1.282	0,68	1,16	1,84
Salvador	1.289	1.335	1.392	3,58	4,26	7,99
Belo Horizonte	1.925	2.011	2.074	4,51	3,09	7,75
Rio de Janeiro	4.794	4.895	4.965	2,11	1,43	3,56
São Paulo	7.785	8.098	8.410	4,03	3,86	8,04
Porto Alegre	1.619	1.654	1.708	2,13	3,30	5,50

Embora o nível de ocupação tenha avançado menos em 2005 do que em 2004, houve uma aceleração considerável do emprego com carteira assinada, que cresceu 3,86%, quase três vezes mais do aumento médio do conjunto de todas as ocupações, na RMRJ. Em 2004, a taxa de crescimento havia sido de 1,52%.

SÃO JOÃO DA BARRA

Média mensal do número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por posição na ocupação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (mil pessoas)

Posição na Ocupação	2003	2004	2005	Variação (%)		
				2004/2003	2005/2004	2005/2003
Total	4.794	4.895	4.965	2,11	1,43	3,57
Com carteira	1.963	1.992	2.069	1,52	3,86	5,43
Sem carteira	985	1.013	1.015	2,86	0,19	3,06
Conta própria	1.083	1.139	1.152	5,22	1,12	6,40
Funcionários Públicos	452	464	465	2,82	0,18	3,01
Empregadoras	282	260	242	-7,92	-6,68	-14,07
Trab. não remunerados	31	27	22	-12,57	-18,75	-28,96

Ao mesmo tempo, cresceram em 2005 menos do que em 2004 as ocupações sem carteira assinada e por conta própria. No primeiro caso, a taxa de crescimento baixou de 2,86% para 0,19% e no segundo, de 5,22% para 1,12%.

O aumento da contratação de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e o decréscimo do nível de contratação das demais modalidades, principalmente dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por conta própria, indicam maior confiança por parte das empresas que contrataram mão-de-obra de maneira mais permanente.

Analisando-se as ocupações por grupos de atividade, verifica-se que as que mais cresceram foram: serviços domésticos (5,06%), construção (4,04%) e administração pública (3,20%). Estas atividades concentram 34,11% do total de ocupados na RMRJ.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por grupo de atividade, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (mil pessoas)

Grupos de Atividade	2003	2004	2005	Variação (%)		
				2004/2003	2005/2004	2005/2003
Total	4.794	4.895	4.964	2,11	1,43	3,56
Indústria extrativa/transformação	613	606	603	-1,14	-0,54	-1,67
Construção	374	371	386	-0,78	4,04	3,23
Comércio	921	930	943	1,01	1,39	2,42
Intermediação financeira	700	720	733	2,94	1,75	4,74
Administração pública	850	866	894	1,86	3,20	5,13
Serviços domésticos	361	394	414	9,02	5,06	14,53
Outros serviços	940	980	966	4,25	-1,43	2,76
Outras atividades	35	28	27	-21,28	-4,50	-24,82

As classes que mais empregam mão-de-obra na Região Metropolitana do Rio de Janeiro são: outros serviços (19,46%) e comércio (19,00%). A primeira apresentou queda no total de ocupados de 1,43% e a segunda, elevação de 1,39% entre 2004 e 2005.

SÃO JOÃO DA BARRA

Os rendimentos reais apresentaram crescimento de 2,40% na RMRJ, em 2005. Em 2004, houve queda de 0,58%. Em 2005, o crescimento dos rendimentos reais na RMRJ superou os registrados nas regiões metropolitanas de São Paulo (2,10%) e Porto Alegre (-0,12%).

**Rendimento mensal efetivamente recebido
pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade**

Regiões Metropolitanas	2003	2004	2005	Variação (%)		
				2004/2003	2005/2004	2005/2003
Total das áreas - PME	990,76	993,16	1015,68	0,24	2,27	2,51
Recife	691,28	668,47	715,16	-3,30	6,98	3,45
Salvador	754,29	757,39	788,21	0,41	4,07	4,50
Belo Horizonte	877,88	886,86	915,13	1,02	3,19	4,24
Rio de Janeiro	946,52	941,05	963,61	-0,58	2,40	1,81
São Paulo	1123,11	1134,22	1158,04	0,99	2,10	3,11
Porto Alegre	974,29	978,18	977,04	0,40	-0,12	0,28

Em pesquisa realizada no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), constata-se que a regionalização do Estado do Rio de Janeiro feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) difere daquela adotada pela PME do IBGE. O objetivo da análise que ora apresentamos é comparar o desempenho do emprego formal das diversas regiões e do próprio município de São João da Barra. Primeiramente, devem ser listados quais municípios pertencem a essas regiões diferenciadas do CAGED/MTE; a saber:

Região CAGED	Municípios que dela fazem parte
Bacia de São João	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Sumidouro
Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis e Paraty
Barra do Pirai	Barra do Pirai, Rio das Flores e Valença
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Cantagalo-Cordeiro	Cantagalo, Carmo, Cordeiro e Macuco
Itaguaí	Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica
Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai
Lagos	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema
Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito
Macaé	Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã
Nova Friburgo	Bom Jardim, Duas Barras, Nova Friburgo e Sumidouro
Rio de Janeiro	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá
Santa Maria Madalena	Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes
Serrana	Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis
Três Rios	Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios
Vale do Paraíba	Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda
Vassouras	Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras

SÃO JOÃO DA BARRA

Foi procedida uma análise da evolução do emprego formal no período de 2000 a 2005 e pode ser verificado na tabela a seguir que algumas dessas regiões apresentaram dinamismo no emprego formal nos últimos seis anos, algumas com surpreendentes resultados. Outras, entretanto, apresentaram desequilíbrio entre seu grau de participação no total da população do Estado e o mesmo grau no número de vagas em 1º de janeiro de 2006 e estão destacadas em laranja na tabela a seguir. Vale salientar que somente a capital responde por 57,5% dos postos de trabalho formais em toda a unidade da federação.

Região	Nº de empregos formais em 1º Janeiro 2000	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Nº de empregos formais em 1º Janeiro 2006	Variação 2005/2000	% da população no Estado (IBGE em 01/07/05)	% aproximado dos empregos formais no Estado
Macacu-Caceribu	7.806	81.571	63.723	17.848	25.654	229%	0,7%	1,0%
Itaguaí	16.359	54.099	41.596	12.503	28.862	76%	1,3%	1,1%
Macaé	45.990	159.512	133.029	26.483	72.473	58%	1,3%	2,8%
Bacia de São João	6.827	26.100	22.675	3.425	10.252	50%	0,6%	0,4%
Baía da Ilha Grande	19.088	65.885	57.079	8.806	27.894	46%	1,1%	1,1%
Santo Antônio de Pádua	6.886	17.635	15.021	2.614	9.500	38%	0,8%	0,4%
Lagos	35.338	108.150	96.816	11.334	46.672	32%	3,0%	1,8%
Campos dos Goytacazes	51.229	153.692	137.263	16.429	67.658	32%	3,6%	2,6%
Três Rios	23.964	82.719	75.850	6.869	30.833	29%	1,0%	1,2%
Itaperuna	16.382	33.965	29.615	4.350	20.732	27%	1,2%	0,8%
Nova Friburgo	34.043	82.190	73.252	8.938	42.981	26%	1,5%	1,7%
Vassouras	12.494	30.630	27.379	3.251	15.745	26%	1,0%	0,6%
Barra do Piraí	18.639	42.679	38.850	3.829	22.468	21%	1,1%	0,9%
Rio de Janeiro	1.629.454	4.315.170	3.990.849	324.321	1.953.775	20%	73,6%	76,0%
Serrana	62.982	164.790	152.602	12.188	75.170	19%	3,1%	2,9%
Vale do Paraíba Fluminense	95.848	240.461	223.851	16.610	112.458	17%	4,4%	4,4%
Cantagalo-Cordeiro	5.638	14.715	13.921	794	6.432	14%	0,4%	0,3%
Santa Maria Madalena	1.173	3.185	3.087	98	1.271	8%	0,2%	0,0%
Totais	2.090.140	5.677.148	5.196.458	480.690	2.570.830	23%	100,0%	100,0%

Fonte: Tabulação própria feita a partir dos dados do CAGED de cada município fluminense

Como já mencionado, São João da Barra pertence à Micro-Região de Campos dos Goytacazes, que abrange, também, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana. O município teve um crescimento populacional da ordem de 3,3% entre 1º de julho de 2000 e a mesma data de 2005, quando atingiu 28.609 habitantes, o que representa 5,2% do contingente populacional de sua Micro-Região. Com relação ao nível de emprego formal, sua evolução e sua participação no número de empregos formais na Micro-Região encontram-se na tabela que segue:

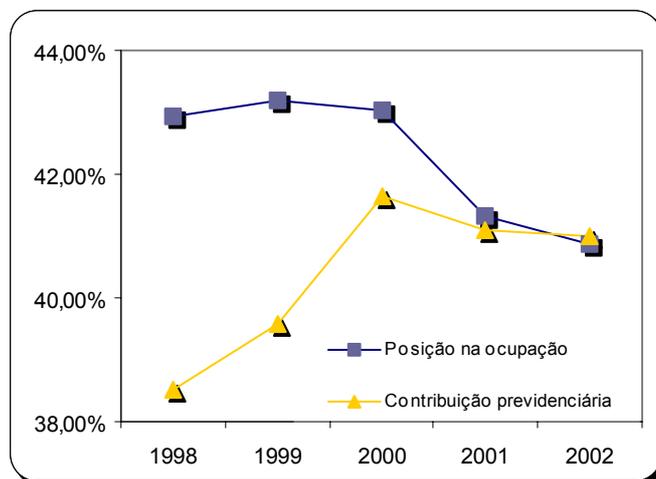
Período: Jan de 2000 a Dez de 2005			
Movimentação	Município		Micro Região
	qtde	%	qtde
Admissões	4.979	3,24	153.692
Desligamentos	4.533	3,3	137.263
Variação Absoluta	446		16.429
Variação Relativa	15,86 %		35,86 %
Número de empregos formais 1º Janeiro de 2006	3.984	5,89	67.658
Total de Estabelecimentos Janeiro de 2006	637	4,65	13.688

Fonte: CAGED, disponível em <http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/PDET/default.asp>

SÃO JOÃO DA BARRA

A informalidade no mercado de trabalho é entendida como a ausência de vínculos cadastrais e contributivos com o poder público por parte da pessoa ocupada. Não há pagamento de encargos no presente nem expectativa de benefícios no futuro por conta desses desembolsos. Apesar de muitos estudos abordarem o assunto, a principal dificuldade relacionada à economia informal é a definição de seus limites.

Existe mais de uma forma para se dimensionar a extensão da informalidade no mercado de trabalho. A mais usual é somar-se a parcela de empregados sem carteira com os trabalhadores por conta própria. São considerados formais, portanto, todos os trabalhadores que têm carteira assinada, os funcionários públicos estatutários e militares e os empregadores. Outro critério é o da contribuição para a Previdência, quando a informalidade é medida por aqueles que não contribuem para qualquer instituto de previdência. O gráfico a seguir aponta uma convergência dos critérios a partir de 2001, não havendo dados mais recentes sobre o tema.



Fonte: CIDE, com base nas PNADs/IBGE

Adotando-se como medida de informalidade a razão entre a soma do número de empregados sem carteira e daqueles que trabalham por conta própria e o total de ocupados, conclui-se que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 2003, 47,9% das pessoas ocupadas encontravam-se nessa condição. Na média das seis regiões metropolitanas incluídas na pesquisa, o grau de informalidade é de 45,5%. Este número possivelmente superestima o grau de informalidade nas regiões metropolitanas porque admite que todos os ocupados por conta própria estejam à margem dos registros oficiais, ao mesmo tempo em que não deixa de alertar sobre a gravidade da situação que se está construindo sobre o futuro de um contingente significativo de pessoas trabalhando na informalidade que não terá cobertura previdenciária quando de sua aposentadoria.

SÃO JOÃO DA BARRA

A situação da informalidade em Minas Gerais, de acordo com as contribuições para a previdência, aparenta ser bem mais grave que as do Rio de Janeiro e de São Paulo, que se apresentam equivalentes neste particular. Vale destacar a gigantesca informalidade em termos nacionais (no conceito contribuição). Estudos do próprio Tribunal de Contas do Estado apontam que, em 2003, as receitas de aposentados e pensionistas do INSS de 3.773 dos 5.562 municípios brasileiros são maiores que o total recebido do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Mais de 60% dos trabalhadores brasileiros encontravam-se na informalidade.

Os estudos também apontam que, no ano 2004, as receitas totais realizadas por 27 prefeituras do Estado do Rio de Janeiro foram inferiores ao valor total emitido para seus cidadãos em benefícios previdenciários, acidentários e assistenciais, excluídos os de aposentados e pensionistas estaduais e municipais. Em 2005, esse número subiu para 28 municípios, incluídos a capital, Barra do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Bom Jesus do Itabapoana, Itaboraí, Itaperuna, Magé, Mendes, Mesquita, Miguel Pereira, Miracema, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Paraíba do Sul, Petrópolis, Queimados, São Fidélis, São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

- **Considerações finais sobre os indicadores sociais**

À guisa de conclusão deste capítulo, salientamos que a oferta de ensino de boa qualidade é requisito para que se possa pensar em justiça social, dando condições para que os indivíduos possam competir em graus semelhantes de igualdade. A educação básica, portanto, é o primeiro instrumento de transformação que abre caminho para a inclusão social e para ações que podem encaminhar à construção de um país menos excludente.

O problema da desigualdade racial e de gênero no Brasil é inegável e agudo. Também necessita ser abordado e solucionado. Uma redução efetiva das desigualdades raciais e sociais ocorreria naturalmente dentro de um processo de qualificação do ensino básico público, responsável por 80% das matrículas nesta fase. Esta certamente é uma empreitada muito mais ambiciosa que qualquer política assistencialista, pois age na raiz do problema e pode efetivamente resolvê-lo a médio prazo.

É importante ressaltar a existência de uma correspondência significativa da demanda de trabalho entre os níveis de educação e as remunerações que as pessoas podem alcançar de acordo com a escolaridade. Isto pode ser visto principalmente quando se compara a série de 1992 a 2004 na tabela a seguir:

Renda real média do trabalho principal por características básicas no Rio de Janeiro ¹ (pessoas com 15 anos ou mais)											
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Sexo											
Homem	932	859	1136	1186	1123	1209	1106	1075	1043	985	968
Mulher	576	531	685	745	765	769	741	714	707	660	660
Raça											
Branco	978	901	1178	1278	1219	1296	1159	1146	1096	1051	1011
Negros(preto e pardo)	522	474	604	628	597	625	618	582	596	555	591
Idade											
15-24	411	339	455	481	479	498	475	452	459	451	425
25-49	903	823	1055	1136	1082	1090	1020	992	964	880	892
50 ou mais	893	874	1204	1150	1184	1387	1234	1158	1085	1080	1002
Escolaridade											
1º grau incompleto	451	400	510	533	521	531	515	483	479	447	451
1º grau completo	670	588	729	732	720	768	694	665	615	566	549
2º grau incompleto	681	576	668	716	667	702	628	575	554	536	548
2º grau completo	998	870	1121	1180	1102	1106	1056	997	916	864	825
Superior incompleto ou mais	2103	2049	2628	2647	2711	2825	2547	2359	2328	2051	1977
Posição na ocupação											
Empregado com carteira	887	777	924	969	956	993	929	882	883	838	827
Militar	1148	934	1377	1443	1389	1601	1538	1741	1510	1662	1384
Funcionário público	1167	1035	1375	1430	1505	1459	1402	1539	1526	1452	1483
Empregado sem carteira	380	360	466	514	487	553	532	544	548	486	489
Conta própria	668	666	919	1095	965	994	906	851	790	720	725
Empregador	2067	2518	3510	3378	3406	3434	3320	2850	2685	2602	2351

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas:

1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

2 - A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000.

Observe-se que, para todas as classes, o pico da renda real média ocorreu no biênio 1997-1998, ocorrendo redução gradual desde então. As desigualdades de gênero e raça também são evidentes em toda a série. À medida que aumenta a escolaridade, a renda média sobe expressivamente em todos os anos, havendo, entretanto, desvantagem para aqueles que têm o 2º grau incompleto quando comparados com aqueles que tem o 1º grau completo. Empregadores, militares e funcionários públicos são os que percebem maior renda média. Já os empregados sem carteira apresentam o menor rendimento por todo o período, sujeitos, ainda, a todas as mazelas da informalidade.

IV - POTENCIALIDADES DOS MUNICÍPIOS E COMPETITIVIDADE ESTADUAL

A Fundação CIDE publicou, em fevereiro de 2006, o Índice de Qualidade dos Municípios – Potencial para o Desenvolvimento II, tratado neste trabalho como IQM-2005, atualizando e aprimorando o primeiro dos IQMs apresentados desde 1998 pela CIDE. Trata-se de um importante instrumento de gestão municipal e estadual, tendo em vista dois aspectos fundamentais: de um lado, apresenta um panorama diversificado em termos de análise de dados sobre todos os municípios do Estado; de outro, pode vir a subsidiar um planejamento mais estratégico, tanto em termos municipais quanto estadual, no sentido de se atingir um desenvolvimento econômico mais equilibrado para o Estado do Rio de Janeiro como um todo.

O Índice de Competitividade Estadual – Fatores (ICE-F), por sua vez, foi publicado em março de 2006 e é apresentado mais adiante neste capítulo. Resultado de um projeto de cooperação técnico-financeira entre a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), o projeto também contou com o apoio do Estado do Rio Grande do Sul. Fatores como qualificação da mão-de-obra, conhecimento e inovação e infra-estrutura foram considerados na apuração de um *ranking* que coloca o Estado do Rio de Janeiro em segundo lugar no país.

- **IQM – Potencial para o desenvolvimento**

Foram adotadas duas vertentes no IQM-2005, em termos de referencial teórico: a Teoria das Localidades Centrais e a formação dos Pólos de Desenvolvimento. Em termos de Localidades Centrais, pode-se destacar a perspectiva de um processo de crescimento que se dá, necessariamente, de forma espontânea. Ou seja, um determinado município tem, por suas características socioeconômicas, um lugar de destaque no âmbito da região que ocupa. Sendo assim, naturalmente ele vai desencadear um processo dinâmico de atração e irradiação do desenvolvimento, envolvendo os municípios e localidades vizinhas. Forma-se aí uma localidade central ligada a uma rede de centros secundários. No Norte e Noroeste Fluminense, Campos dos Goytacazes e Itaperuna são um bom exemplo. Já a teoria dos Pólos de Desenvolvimento preconiza a participação do Estado como o único agente capaz de formular e fomentar determinado processo de crescimento econômico. No Estado do Rio de Janeiro, a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, é o melhor exemplo de emprego deste modelo. Cabe ao Estado, portanto, criar pólos de desenvolvimento nas regiões menos favorecidas, com a função de irradiar o desenvolvimento por toda a área de influência dos centros escolhidos para instalação de tais pólos.

Para atender aos objetivos propostos para esta nova versão do IQM e, além disto, manter a comparabilidade com a versão anterior de 1998, optou-se pela análise dos dados a partir de duas abordagens: a primeira, que estabelece um *ranking* (IQM-*Ranking*), é baseada na utilização de índices padronizados, que variam de 0 a 1 e reproduz a metodologia já utilizada na primeira edição, com ajustes pouco significativos descritos adiante; a segunda vale-se da utilização da Análise Multicritério (IQM-Multicritério) para permitir a comparação do município com ele próprio, em dois momentos (IQM-1998 e IQM-2005), classificando os municípios em categorias, quanto ao potencial de desenvolvimento.

Metodologia do IQM – Ranking

Foi definida uma classificação geral de todos os municípios. Esta classificação foi obtida a partir de sete grupos (ou cestas) de indicadores, com pesos diferentes: centralidade e vantagem locacional, qualificação da mão-de-obra, riqueza e potencial de consumo, facilidades para negócios, infra-estrutura para grandes empreendimentos, dinamismo e cidadania. Cada grupo de indicadores abordou um aspecto das condições básicas consideradas necessárias ao desenvolvimento, num total de 37 variáveis. Cada um destes grupos foi, por sua vez, composto de um número variado de indicadores, ou critérios, cada qual representando uma característica tida como relevante para a composição do indicador em questão. A cada um, também foram atribuídos pesos diferentes. Para a presente atualização, procurou-se utilizar a metodologia da primeira publicação, suprimindo-se somente o indicador INT, que indicava a facilidade de acesso à Internet no município.

Grupos e Respectivos Indicadores

Grupo	Critério	Informações utilizadas	Fontes	Ano	Peso
Centralidade e vantagem locacional – CEN (peso 10)	CVA	Valor Adicionado Fiscal do Comércio Varejista, distância entre as sedes municipais e população	Secretaria de Estado de Fazenda e DER	2003	10
	CON	Concessionárias de veículos e população	Montadoras e CIDE	2005	7
	ONI	Linhas de ônibus intermunicipais e população	DETRO e IBGE	nd	9
	MES	Matrículas no Ensino Superior (graduação, mestrado e doutorado) e população	MEC, CAPES e CIDE	2003	6
	CAT	Valor Adicionado Fiscal do Comércio Atacadista e população	Secretaria de Estado da Receita e IBGE	2003	8
Qualificação da mão-de-obra – QMA (peso 9)	CES	Chefes de domicílios – total e com 11 ou mais anos de estudo	IBGE	2000	10
	ALF	População de 15 anos ou mais (total e alfabetizada)	IBGE	2000	7
	PRO	Conclusões em cursos do SENAC e do SENAI e população de 15 anos ou mais	SENAI, SENAC e CIDE	2003	8
	TEC	Matrícula em cursos técnicos de 2º grau e população de 15 anos ou mais	Secretaria de Estado de Educação e IBGE	nd	9
Riqueza e potencial de consumo – RIQ (peso 9)	CRA	Chefes de domicílios – total e com renda de 20 ou mais salários mínimos	IBGE	2000	9
	PIB	PIB <i>per capita</i>	CIDE	2002	10
	ENE	Consumo de energia elétrica residencial e população	LIGHT, CERJ, CENF e CIDE	2003	7
	DEP	Depósitos bancários e população	Banco Central e CIDE	2003	8
	FMU	Despesas municipais e população	Tribunal de Contas do Estado e CIDE	2002	6
Facilidades para negócios – FAC (peso 8)	BAN	Agências bancárias e população	Banco Central e CIDE	2003	9
	TEL	Terminais telefônicos instalados e população	Telemar, Vesper e CIDE	2003	8
	COR	Agências e postos dos Correios e população	Empresa de Correios e Telégrafos e CIDE	2003	7
	SEB	Balcão SEBRAE	SEBRAE	2005	5
	HOT	Meios de hospedagem e população	IBGE e CIDE	2001	6
	INC	Legislação de incentivos fiscais para instalação de empresas	FIRJAN	2002	10
Infra-estrutura para grandes empreendimentos – IGE (peso 8)	ROD	Rodovias de pista dupla	DER e CIDE	2005	8
	FER	Ferrovias	Rede Ferroviária Federal e CIDE	2005	7
	AER	Aeroportos	DAC	2005	5
	GAS	Gasodutos	Petrobras e CIDE	2005	6
	LIN	Linhas de transmissão de energia elétrica	LIGHT e CIDE	2005	9
DIS	Distritos, condomínios, pólos e parques industriais	CODIN e CIDE	nd	10	

SÃO JOÃO DA BARRA

Grupo	Critério	Informações utilizadas	Fontes	Ano	Peso
Dinamismo – DIN (peso 7)	CRE	População em 1991 e em 2000	IBGE	2000	8
	B24	Terminais bancários de serviço 24 horas e população	Banco 24 Horas, Bradesco, Itaú, Unibanco e CIDE	2005	6
	VEI	Veículos novos e população	DETRAN e CIDE	2003	7
	OPC	Valor das operações de crédito e população	Banco Central e CIDE	2003	9
	PIC	Taxa de crescimento do PIB municipal entre 2001 e 2003	CIDE	2003	10
Cidadania – CID (peso 6)	ENS	Matrículas no ensino básico e população de 5 a 19 anos de idade	Secretaria de Estado de Educação e CIDE	2003	9
	LEI	Leitos em clínicas básicas, na rede hospitalar credenciada pelo SUS e população	Secretaria de Estado de Saúde e CIDE	2005	8
	SEG	Policiais civis e militares e população	Secretaria de Estado de Segurança Pública e CIDE	2004	7
	CUL	Teatros, cinemas, bibliotecas e museus e população	SEBRAE	2001	6
	JUS	PROCON e Defensoria Pública	PROCON e Defensoria Pública Geral do Estado	nd	8
	DOM	Domicílios servidos por rede geral de abastecimento de água, com instalação sanitária e lixo coletado	IBGE	2000	10

Os resultados no Ranking

As mudanças de colocação, subindo ou descendo no *ranking*, representam alterações nas posições relativas dos municípios entre si. Ou melhor, a descida ou subida de colocação de um município não implica necessariamente na piora ou melhora de suas condições. Pode ser porque suas melhorias tenham sido em escala muito inferior às de outros ou porque tenham permanecido com as condições idênticas às do cálculo anterior.

Ranking dos Municípios no IQM – 1998/2005

Municípios	1998		2005		Diferença 1998 - 2005
	Valor	Ranking	Valor	Ranking	
Angra dos Reis	0,3421	22	0,3587	23	-1
Aperibé	0,2328	43	0,1304	79	-36
Araruama	0,3508	18	0,3359	29	-11
Areal	0,2125	56	0,1836	60	-4
Armação dos Búzios	0,2402	40	0,3818	18	22
Arraial do Cabo	0,1774	67	0,2444	45	22
Barra do Pirai	0,3085	27	0,3397	28	-1
Barra Mansa	0,3876	12	0,4164	14	-2
Belford Roxo	0,2107	57	0,1594	70	-13
Bom Jardim	0,1487	75	0,1578	71	4
Bom Jesus do Itabapoana	0,3514	17	0,3469	26	-9
Cabo Frio	0,3919	11	0,4308	13	-2
Cachoeiras de Macacu	0,1820	64	0,2650	40	24
Cambuci	0,1991	60	0,1444	77	-17
Campos dos Goytacazes	0,4245	9	0,4585	9	0
Cantagalo	0,2358	42	0,1958	58	-16
Carapebus	0,1489	74	0,1595	69	5
Cardoso Moreira	0,1017	81	0,0864	82	-1
Carmo	0,2074	59	0,1148	81	-22
Casimiro de Abreu	0,4705	6	0,4618	8	-2
Comendador Levy Gasparian	0,2216	53	0,1761	61	-8
Conceição de Macabu	0,2521	36	0,2220	51	-15
Cordeiro	0,2500	37	0,2394	47	-10
Duas Barras	0,1343	77	0,1485	74	3
Duque de Caxias	0,3505	19	0,4528	10	9

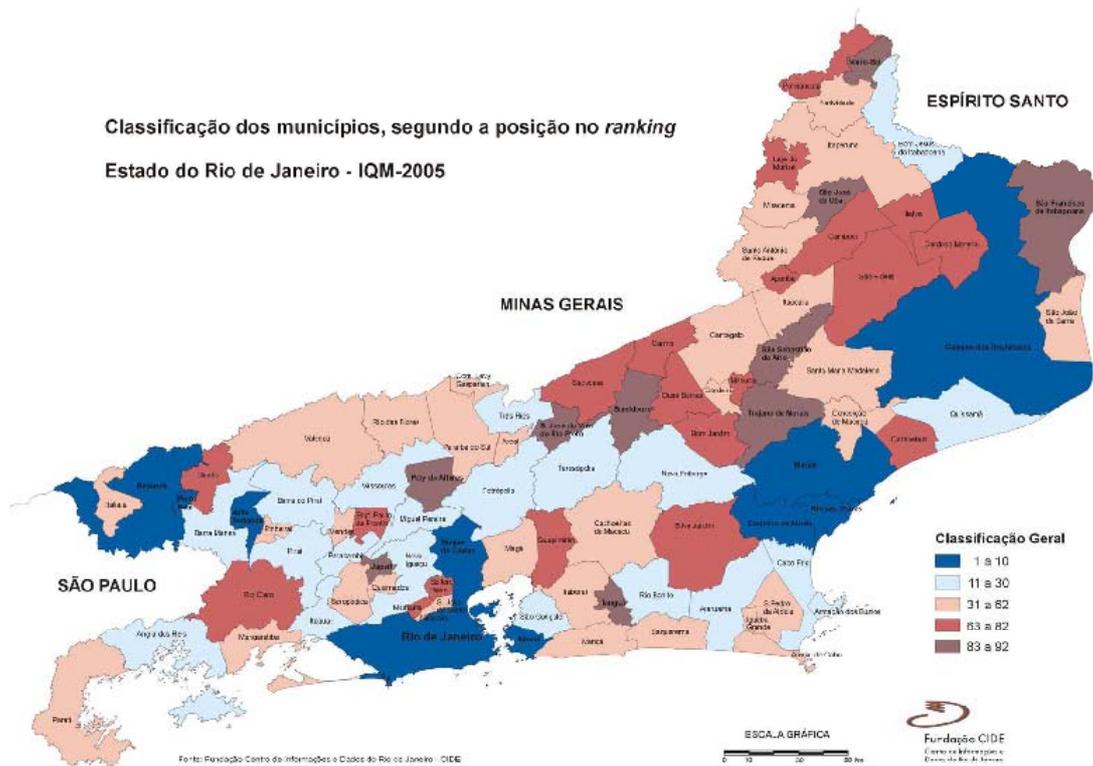
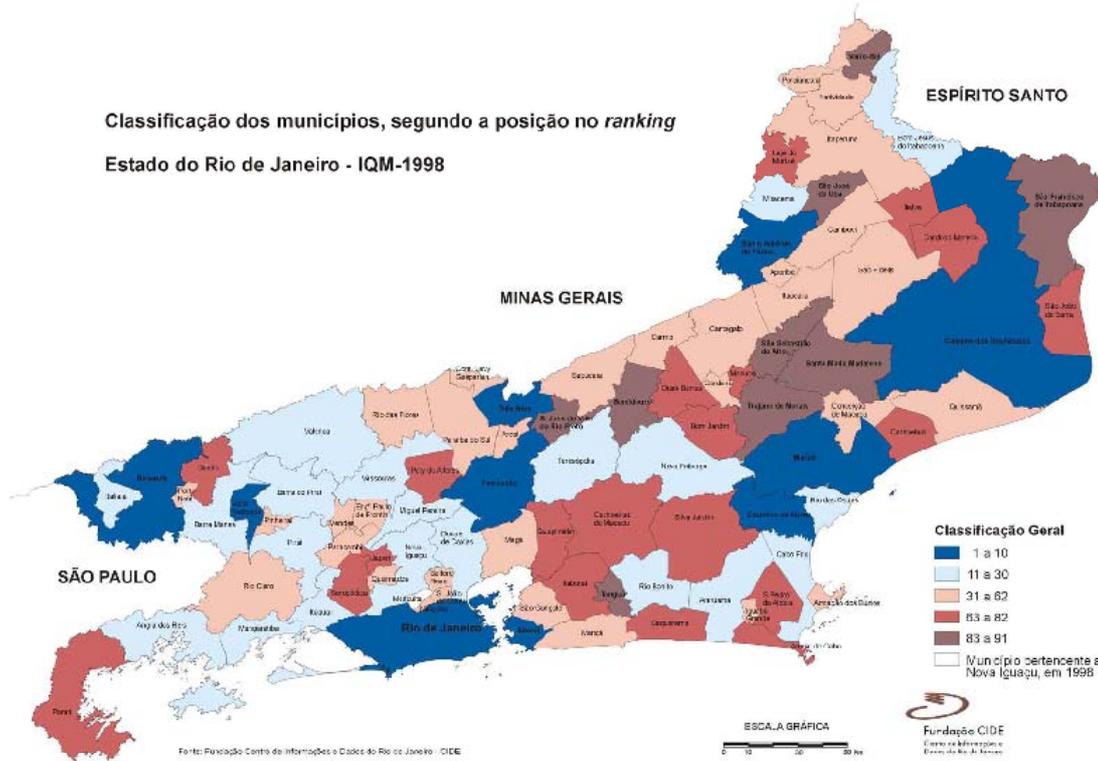
SÃO JOÃO DA BARRA

Municípios	1998		2005		Diferença 1998 - 2005
	Valor	Ranking	Valor	Ranking	
Engenheiro Paulo de Frontin	0,1954	61	0,1514	73	-12
Guapimirim	0,1560	72	0,1698	64	8
Iguaba Grande	0,2285	47	0,3150	32	15
Itaboraí	0,1769	68	0,2402	46	22
Itaguaí	0,3504	20	0,3735	20	0
Italva	0,1628	70	0,1518	72	-2
Itaocara	0,2548	35	0,1996	56	-21
Itaperuna	0,2575	34	0,3316	31	3
Itatiaia	0,3693	15	0,2896	38	-23
Japeri	0,0929	82	0,0749	87	-5
Laje do Muriaé	0,1145	80	0,1214	80	0
Macaé	0,4789	5	0,6386	3	2
Macuco	0,1637	69	0,1475	75	-6
Magé	0,2283	48	0,2577	42	6
Mangaratiba	0,2979	29	0,2785	39	-10
Maricá	0,2369	41	0,3012	35	6
Mendes	0,2900	31	0,2199	52	-21
Mesquita	*	*	0,1719	63	*
Miguel Pereira	0,3702	14	0,3492	25	-11
Miracema	0,3459	21	0,2897	37	-16
Natividade	0,2250	50	0,1967	57	-7
Nilópolis	0,2616	33	0,2354	49	-16
Niterói	0,7090	2	0,8129	2	0
Nova Friburgo	0,3090	26	0,3637	21	5
Nova Iguaçu	0,3269	24	0,4053	16	8
Paracambi	0,2296	46	0,3464	27	19
Paraíba do Sul	0,2480	38	0,2248	50	-12
Parati	0,1810	65	0,2074	54	11
Paty do Alferes	0,1260	78	0,0863	83	-5
Petrópolis	0,4666	7	0,4323	12	-5
Pinheiral	0,2281	49	0,2393	48	1
Piraí	0,3759	13	0,4358	11	2
Porciúncula	0,2093	58	0,1464	76	-18
Porto Real	0,2171	55	0,4664	7	48
Quatis	0,1604	71	0,1678	65	6
Queimados	0,2426	39	0,2446	44	-5
Quissamã	0,2309	45	0,3528	24	21
Resende	0,6022	3	0,5464	5	-2
Rio Bonito	0,3012	28	0,3608	22	6
Rio Claro	0,2226	52	0,1631	68	-16
Rio das Flores	0,2689	32	0,2109	53	-21
Rio das Ostras	0,3327	23	0,5189	6	17
Rio de Janeiro	1,0000	1	1,0000	1	0
Santa Maria Madalena	0,0704	86	0,1878	59	27
Santo Antônio de Pádua	0,3931	10	0,2927	36	-26
São Fidélis	0,2203	54	0,1644	67	-13
São Francisco de Itabapoana	0,0000	91	0,0000	92	-1
São Gonçalo	0,2311	44	0,3748	19	25
São João da Barra	0,1512	73	0,1742	62	11
São João de Meriti	0,2227	51	0,2599	41	10
São José de Ubá	0,0302	89	0,0269	89	0
São José do Vale do Rio Preto	0,0848	83	0,0599	88	-5
São Pedro da Aldeia	0,1837	63	0,3060	33	30
São Sebastião do Alto	0,0781	84	0,0821	86	-2
Sapucaia	0,1852	62	0,1337	78	-16
Saquarema	0,1791	66	0,2029	55	11
Seropédica	0,1371	76	0,2523	43	33
Silva Jardim	0,1188	79	0,1674	66	13
Sumidouro	0,0250	90	0,0043	91	-1
Tanguá	0,0583	87	0,0845	85	2
Teresópolis	0,3635	16	0,3356	30	-14
Trajano de Moraes	0,0727	85	0,0860	84	1
Três Rios	0,4324	8	0,4044	17	-9
Valença	0,2934	30	0,3027	34	-4
Varre-Sai	0,0425	88	0,0213	90	-2
Vassouras	0,3134	25	0,4101	15	10
Volta Redonda	0,4980	4	0,5619	4	0

Nota: * Quando da elaboração do IQM-1998, o Município de Mesquita ainda fazia parte de Nova Iguaçu.

SÃO JOÃO DA BARRA

Seguem abaixo os mapas comparativos da classificação dos dois IQMs:



SÃO JOÃO DA BARRA

No IQM-2005, do total dos 92 municípios fluminenses, apenas sete mantiveram a classificação anterior, enquanto 48 municípios desceram na ordem de classificação. Dez municípios subiram em mais de vinte posições, enquanto sete caíram neste mesmo patamar.

É interessante observar que, no IQM-2005, não se encontra um único município representante do Noroeste Fluminense entre os vinte primeiros colocados. O mesmo não aconteceu no IQM-1998, que registrou dois municípios desta Região de Governo: Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana. A própria relação dos vinte primeiros colocados, por Região de Governo, alterou-se em seis posições, conforme se pode observar no quadro abaixo:

1998			2005		
Regiões de Governo e municípios	IQM	Ranking	Regiões de Governo e municípios	IQM	Ranking
Região Metropolitana			Região Metropolitana		
Rio de Janeiro	1,0000	1	Rio de Janeiro	1,0000	1
Niterói	0,7090	2	Niterói	0,8129	2
Duque de Caxias	0,3505	19	Duque de Caxias	0,4528	10
Nova Iguaçu	0,3269	24	Nova Iguaçu	0,4053	16
São Gonçalo	0,2311	44	São Gonçalo	0,3748	19
Região Noroeste Fluminense			Região Noroeste Fluminense		
Santo Antônio de Pádua	0,3931	10	Bom Jesus do Itabapoana	0,3469	26
Bom Jesus do Itabapoana	0,3514	17	Santo Antônio de Pádua	0,2927	36
Região Norte Fluminense			Região Norte Fluminense		
Macaé	0,4789	5	Macaé	0,6386	3
Campos dos Goytacazes	0,4245	9	Campos dos Goytacazes	0,4585	9
Região Serrana			Região Serrana		
Petrópolis	0,4666	7	Petrópolis	0,4323	12
Teresópolis	0,3635	16	Teresópolis	0,3356	30
Região das Baixadas Litorâneas			Região das Baixadas Litorâneas		
Casimiro de Abreu	0,4705	6	Rio das Ostras	0,5189	6
Cabo Frio	0,3919	11	Casimiro de Abreu	0,4618	8
Araruama	0,3508	18	Cabo Frio	0,4308	13
Armação dos Búzios	0,2402	40	Armação dos Búzios	0,3818	18
Rio das Ostras	0,3327	23	Araruama	0,3359	29
Região do Médio Paraíba			Região do Médio Paraíba		
Resende	0,6022	3	Volta Redonda	0,5619	4
Volta Redonda	0,4980	4	Resende	0,5464	5
Barra Mansa	0,3876	12	Porto Real	0,4664	7
Piraí	0,3759	13	Piraí	0,4358	11
Itatiaia	0,3693	15	Barra Mansa	0,4164	14
Porto Real	0,2171	55	Itatiaia	0,2896	38
Região Centro-Sul Fluminense			Região Centro-Sul Fluminense		
Três Rios	0,4324	8	Vassouras	0,4101	15
Miguel Pereira	0,3702	14	Três Rios	0,4044	17
Vassouras	0,3134	25	Miguel Pereira	0,3492	25
Região da Costa Verde			Região da Costa Verde		
Itaguaí (*)	0,3504	20	Itaguaí	0,3735	20

(*) Em 1998, Itaguaí fazia parte da Região Metropolitana.

SÃO JOÃO DA BARRA

No outro extremo, isto é, nas últimas colocações no *ranking*, encontram-se municípios de todas as regiões, menos as do Médio Paraíba e da Costa Verde. Estes não se beneficiaram dos surtos de crescimento promovidos pelas indústrias automobilística e de petróleo e gás. A relação dos vinte últimos colocados, por Região de Governo, teve trocas em sete posições, conforme se pode observar no quadro a seguir:

1998 (*)			2005		
Regiões de Governo e municípios	IQM	Ranking	Regiões de Governo e municípios	IQM	Ranking
Região Metropolitana			Região Metropolitana		
Tanguá	0,0583	87	Japeri	0,0749	87
Japeri	0,0929	82	Tanguá	0,0845	85
Seropédica	0,1371	76	Guapimirim	0,1698	64
Guapimirim	0,1560	72	Seropédica	0,2523	43
Região Noroeste Fluminense			Região Noroeste Fluminense		
São José de Ubá	0,0302	89	Varre-Sai	0,0213	90
Varre-Sai	0,0425	88	São José de Ubá	0,0269	89
Laje do Muriaé	0,1145	80	Laje do Muriaé	0,1214	80
Cambuci	0,1991	60	Aperibé	0,1304	79
Porciúncula	0,2093	58	Cambuci	0,1444	77
Aperibé	0,2328	43	Porciúncula	0,1464	76
Região Norte Fluminense			Região Norte Fluminense		
São Francisco de Itabapoana	0,0000	91	São Francisco de Itabapoana	0,0000	92
Cardoso Moreira	0,1017	81	Cardoso Moreira	0,0864	82
Carapebus	0,1489	74	Carapebus	0,1595	69
São João da Barra	0,1512	73	São João da Barra	0,1742	62
Região Serrana			Região Serrana		
Sumidouro	0,0250	90	Sumidouro	0,0043	91
Santa Maria Madalena	0,0704	86	São José do Vale do Rio Preto	0,0599	88
Trajano de Moraes	0,0727	85	São Sebastião do Alto	0,0821	86
São Sebastião do Alto	0,0781	84	Trajano de Moraes	0,0860	84
São José do Vale do Rio Preto	0,0848	83	Carmo	0,1148	81
Duas Barras	0,1343	77	Macuco	0,1475	75
Bom Jardim	0,1487	75	Duas Barras	0,1485	74
Macuco	0,1637	69	Bom Jardim	0,1578	71
Carmo	0,2074	59	Santa Maria Madalena	0,1878	59
Região das Baixadas Litorâneas			Região das Baixadas Litorâneas		
Silva Jardim	0,1188	79	Silva Jardim	0,1674	66
Região Centro-Sul Fluminense			Região Centro-Sul Fluminense		
Paty do Alferes	0,1260	78	Paty do Alferes	0,0863	83
Sapucaia	0,1852	62	Sapucaia	0,1337	78
Engenheiro Paulo de Frontin	0,1954	61	Engenheiro Paulo de Frontin	0,1514	73

(*) Em 1998, Mesquita ainda fazia parte de Nova Iguaçu e o somatório dos municípios era de 91.

No caso específico de São João da Barra, o município evoluiu da 73ª posição em 1998 para a 62ª em 2005. Quanto à evolução nos grupos de indicadores:

- No quesito centralidade e vantagem locacional (CEN), que representa a capacidade que o município possui de estabelecer vínculos com os mercados vizinhos, seja pela sua importância regional, seja pela sua localização geograficamente

SÃO JOÃO DA BARRA

privilegiada, sua colocação no *ranking* em 2005 era a 67^a, numa variação de 3 posições acima da apurada em 1998.

- Já a qualificação da mão-de-obra (QMA) representa o padrão de formação educacional da população, do ponto de vista da especialização e profissionalização. Consideram-se o atual estágio e as condições apresentadas para sua evolução. São João da Barra estava em 67^o lugar em 2005, 5 posições acima da apurada em 1998.

- Riqueza e potencial de consumo (RIQ) demonstra a riqueza existente no município, representada pela sua produção e pelo nível de rendimento de seus habitantes. O município se posicionou na 31^a posição em 2005, 23 posições acima da apurada em 1998.

- Quanto às facilidades existentes para a operação das empresas e seus funcionários (FAC), demonstrou estar em 47^o lugar em 2005, 29 posições acima da apurada em 1998.

- Infra-estrutura para grandes empreendimentos (IGE) demonstra a presença, no município, de condições favoráveis à implantação e operação de empresas de grande porte. São João da Barra alcançou o 83^o lugar em 2005, -13 posições em relação a 1998.

- Dinamismo da economia local (DIN), é representado pela existência de alguns serviços especializados e pelo nível de suas atividades. Sua posição em 2005 era a 46^a em relação ao conjunto dos 92 municípios fluminenses, -21 posições em relação a 1998.

- Cidadania (CID) representa as condições de atendimento às necessidades básicas da população do município (saúde, educação, segurança, justiça e lazer). Nesse aspecto, São João da Barra estava em 23^o lugar em 2005, 12 posições acima da apurada em 1998.

IQM – Multicritério

A abordagem está fundamentada nos conceitos do Auxílio Multicritério à Decisão, que vêm sendo desenvolvidos para lidar com problemas que envolvam múltiplos critérios ou indicadores e análises subjetivas.

Metodologia do IQM – Multicritério

Ao invés de um *ranking* dos municípios em função de suas condições para o desenvolvimento, pôde-se qualificá-los em classes ordenadas. Para isso, adotou-se uma metodologia com base na análise multicritério, considerando os mesmos indicadores utilizados no cálculo do IQM – *Ranking*. Desta forma, podem-se comparar os resultados de cada município com relação à sua evolução frente aos demais, bem como em relação à sua situação nos dois momentos (IQM-1998 e IQM-2005).

SÃO JOÃO DA BARRA

Os resultados pela análise Multicritério

As classes de referência são definidas por limites inferiores e superiores, sendo A para os dez primeiros colocados de cada um dos 37 critérios; B para os que se encontram entre o 11º e o 30º; C para aqueles entre 31º e 62º; D na faixa de 63º a 82º; e E para os dez últimos. A classificação global dos municípios em uma das cinco classes foi definida a partir de um algoritmo fundamentado nos conceitos do Auxílio Multicritério à Decisão.

Os resultados apurados nos dois anos analisados apresentaram as seguintes frequências por classe:

CLASSES	FREQUÊNCIAS	
	1998	2005
A	3	4
B	16	31
C	53	49
D	17	7
E	2	0

A tabela a seguir mostra que dois terços dos municípios permaneceram na mesma classe. Apenas Paty do Alferes mudou para classe inferior (de C para D). Macaé subiu de B para A, quinze outros municípios passaram de C para B, doze passaram de D para C, Quissamã passou de D para B e dois passaram de E para D.

Classificação pela Análise Multicritério – 1998/2005

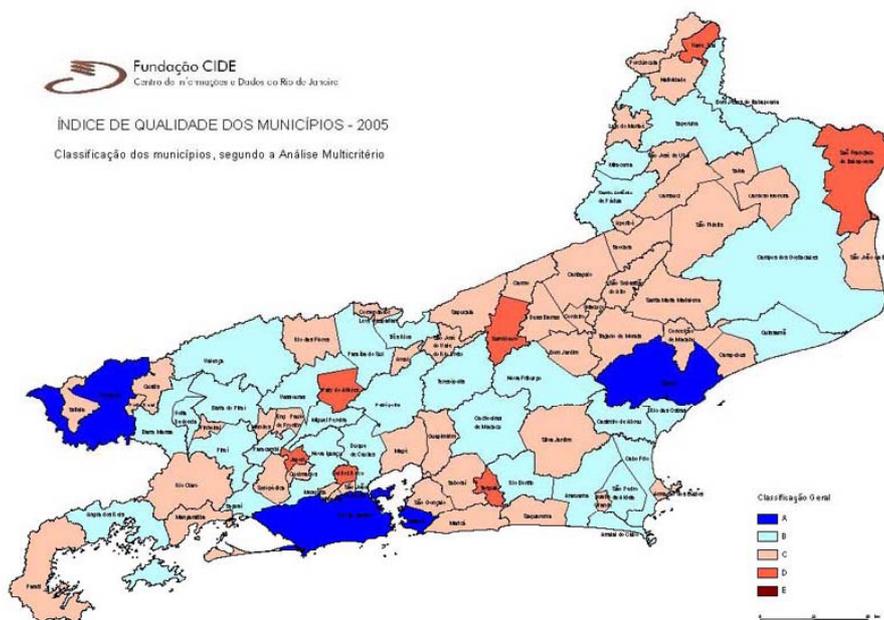
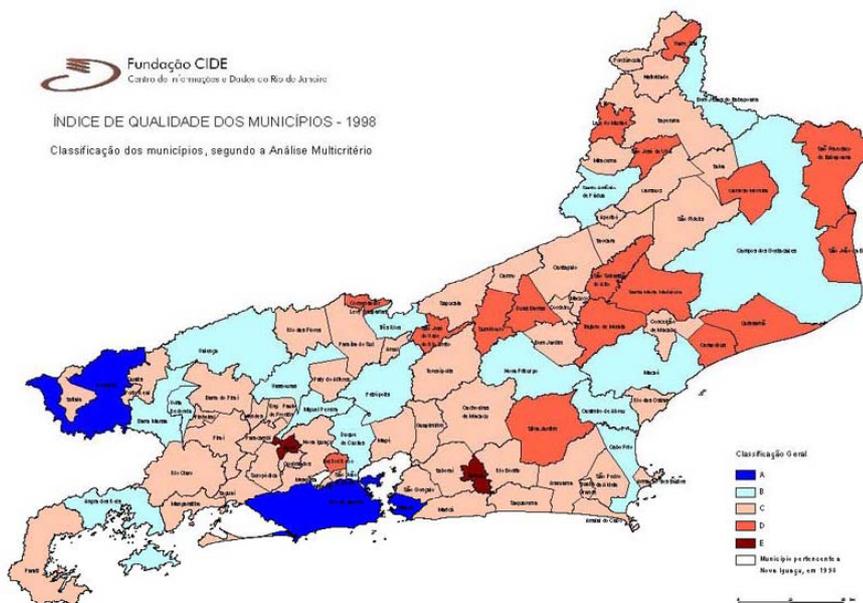
Municípios	Classes	
	1998	2005
Niterói, Resende, Rio de Janeiro	A	A
Macaé	B	A
Angra dos Reis, Barra Mansa, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Petrópolis, Santo Antônio de Pádua, Três Rios, Valença, Vassouras, Volta Redonda	B	B
Araruama, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Itaperuna, Miracema, Nova Iguaçu, Paracambi, Paraíba do Sul, Piraí, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Teresópolis	C	B
Quissamã	D	B
Aperibé, Areal, Armação dos Búzios, Bom Jardim, Cambuci, Cantagalo, Carmo, Conceição de Macabu, Cordeiro, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Italva, Itaocara, Itatiaia, Macuco, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mendes, Natividade, Nilópolis, Paraty, Pinheiral, Porciúncula, Porto Real, Quatis, Queimados, Rio Claro, Rio das Flores, São Fidélis, São Gonçalo, São João de Meriti, Sapucaia, Saquarema, Seropédica	C	C
Carapebus, Cardoso Moreira, Comendador Levy Gasparian, Duas Barras, Laje do Muriaé, Santa Maria Madalena, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Silva Jardim, Trajano de Moraes	D	C
Mesquita	*	C
Paty do Alferes	C	D
Belford Roxo, São Francisco de Itabapoana, Sumidouro, Varre-Sai	D	D
Japeri, Tanguá	E	D

Nota: * O Município de Mesquita pertencia a Nova Iguaçu, em 1998.

A observação dos mapas com a distribuição dos municípios pelas classes mostra que grande parte da Região Serrana e do Noroeste Fluminense destaca-se por se apresentar em classe inferior diante dos municípios das demais Regiões de Governo. Está também nestas Regiões grande parte dos municípios com as piores classificações

SÃO JOÃO DA BARRA

no *ranking*. É um dado muito importante para os que lidam com a gestão pública. Uma situação de maior equilíbrio no espaço territorial será possível por meio de interferências políticas planejadas e somente o Estado reúne condições suficientes para a propagação do desenvolvimento econômico, criando mudanças exógenas à lógica de mercado.



São João da Barra apresentou o seguinte comportamento nos grupos de indicadores:

SÃO JOÃO DA BARRA

Indicador	Classe em 2005	Classe em 1998
Centralidade e vantagem locacional	D	D
Qualificação da mão-de-obra	C	E
Riqueza e potencial de consumo	B	D
Facilidades para negócios	B	D
Infra-estrutura para grandes empreendimentos	C	C
Dinamismo	C	C
Cidadania	A	B

A nova dinâmica territorial do estado

O IQM-2005 confirma uma nova configuração na estrutura socioespacial do Rio de Janeiro. As ações de empresas e grupos do mundo globalizado, bem como as novas posturas adotadas pelos agentes sociais e políticos locais, vêm gerando novos processos de industrialização no interior fluminense e novas formas de relação/integração entre os municípios, originando novas economias regionais fora do núcleo metropolitano, cujos carros-chefe são a atividade extrativa no Norte Fluminense, que responde pelo grande salto quantitativo na economia do Estado do Rio de Janeiro nos últimos oito anos e a indústria automobilística no Médio Paraíba, principal exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, do benefício causado pelo fluxo de capitais externos materializados em investimentos produtivos. A implantação, em Resende, da fábrica da Volkswagen, cuja produção de ônibus e caminhões se iniciou em 1996, e, em Porto Real, da PSA Peugeot-Citroën, que passou a produzir automóveis em 2001, contribuiu para um significativo aumento do produto estadual, além de estimular inúmeros outros empreendimentos, estabelecendo uma nova estrutura industrial na região, em complementaridade com a indústria siderúrgica e metalúrgica instalada em Volta Redonda e Barra Mansa.

Numa escala menor, algumas atividades industriais, o comércio e/ou a prestação de serviços vêm promovendo a dinamização de outras economias em espaços mais restritos. Como exemplos, cite-se Nova Friburgo e Petrópolis, com destaque, respectivamente, para as indústrias de vestuário e têxtil.

Apesar de todos os avanços observados no setor secundário, comércio e serviços continuam juntos detendo a maior participação na economia fluminense, em termos de valor adicionado. Em particular, as atividades de alojamento e alimentação têm aproveitado o bom desempenho do turismo para crescer. Cada vez mais a capital do Estado divide com outros municípios do interior a preferência dos visitantes. Fluxos significativos podem ser constatados nas regiões do Médio Paraíba, Costa Verde e das Baixadas Litorâneas. Deve-se salientar que, em alguns casos, a falta de infraestrutura é o principal fator limitante para o completo desenvolvimento do setor. O estado de conservação de diversas rodovias, com ênfase nas administradas pelo Governo Federal, tem dificultado o crescimento do turismo em diversas áreas de grande potencial no Estado do Rio de Janeiro.

SÃO JOÃO DA BARRA

O estudo chama a atenção para algumas transformações que se estão processando no interior da Região Metropolitana e em outros pontos do Estado, decorrentes de iniciativas do poder público ou de ações de atores sociais ou políticos locais, induzindo mudanças nas relações entre as cidades, tais como: o desenvolvimento e o fortalecimento da rede de oferta de bens e serviços, com a implantação de hipermercados, universidades, clínicas, cadeias de *fast-food* e lojas em Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Vassouras; a reativação da indústria naval em Niterói e São Gonçalo; a ampliação da REDUC e a inauguração do Pólo Gás-Químico em Duque de Caxias.

Na tabela a seguir, apresentamos os vinte primeiros do *ranking* de 2005 e sua relação com as atividades econômicas de destaque:

Atividades	Municípios
Atividades secundárias e terciárias diversas (Região Metropolitana)	Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo.
Atividade industrial: metal-mecânica (Médio Paraíba)	Barra Mansa e Volta Redonda, Resende, Porto Real e Pirai.
Atividade extrativa: petróleo e gás (Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas)	Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Macaé e Rio das Ostras.
Atividades secundárias e terciárias diversas (outras Regiões)	Itaguaí, Petrópolis, Três Rios e Vassouras.

A capital continua sendo o principal centro produtor e distribuidor de bens e serviços de todo o Estado, além de ser sede do Governo Estadual e de diversas instituições públicas e privadas. Possui uma excepcional centralidade, gerada e reforçada por fatores relacionados à sua evolução histórica, política e econômica, podendo-se destacar o traçado dos principais eixos viários do Estado, que convergem para a cidade.

Os municípios das Regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas fazem parte da mais nova região que se estrutura e se consolida no Estado – a Região do Petróleo e do Gás. Os municípios da Região das Baixadas Litorâneas, que já vinham apresentando mudanças na sua dinâmica territorial com o incremento das atividades imobiliárias e do turismo, refletindo-se no crescimento do setor terciário, vivem agora novo impacto, desta vez em decorrência da influência de Macaé, que possui toda a infra-estrutura para a atividade extrativa da Bacia de Campos. Receberam uma grande quantidade de empresas produtoras de bens e de serviços, atraindo um grande fluxo demográfico. Muitos trabalhadores com emprego formal em Macaé residem em outros municípios da região, como Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Armação dos Búzios e até mesmo Santa Maria Madalena.

O estudo aponta que o grande desafio das administrações municipais dessas Regiões tem sido prover uma estrutura de bens e serviços públicos capaz de receber um aporte tão grande e quase instantâneo de pessoas físicas e jurídicas. Neste sentido, o fenômeno tem discriminado duas realidades municipais antagônicas. Há os que recebem recursos de *royalties* que pouco contribuem, ainda que indiretamente, para a produção de petróleo. A situação destes é bastante confortável, pois gozam dos benefícios da extração sem sofrer as conseqüências de pressões geradas a partir de

SÃO JOÃO DA BARRA

demandas adicionais por serviços públicos. Como principais exemplos, podem ser citados os municípios de Carapebus, Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Armação dos Búzios. Por outro lado, Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio das Ostras têm sofrido um impacto considerável da atividade extrativa, quer pela demanda direta por bens e serviços não exclusivos, quer pela especulação em alguns mercados, em especial o imobiliário. Neste contexto, posição intermediária é ocupada por Quissamã, destino de considerável aporte de recursos do petróleo, que tem experimentado um grau significativo de transformações, a ponto de não só subir 21 posições no *ranking*, como também apresenta a mudança de maior destaque na classificação pela Análise Multicritério.

Foram observados, através dos resultados da Análise Multicritério, que, diferentemente das regiões comentadas anteriormente, muitos municípios, apoiados em ações estritamente locais dentro dos seus limites administrativos e aproveitando-se do potencial local, têm conseguido melhorar suas condições, embora em grau insuficiente para uma boa performance no *ranking*. Essas melhoras foram suficientes para fazê-los passar para uma classe superior.

Mudando a direção da observação dos resultados pela Análise Multicritério, isto é, passando-se para a verificação dos municípios situados na classe D, já que nenhum município foi classificado como E em 2005, constata-se, a exemplo dos resultados do *ranking*, que a grande maioria pertence às Regiões Serrana, Norte e Noroeste Fluminenses, que não conseguiram se beneficiar com o crescimento das economias regionais abordadas anteriormente.

• ICE-F - Índice de competitividade estadual – fatores

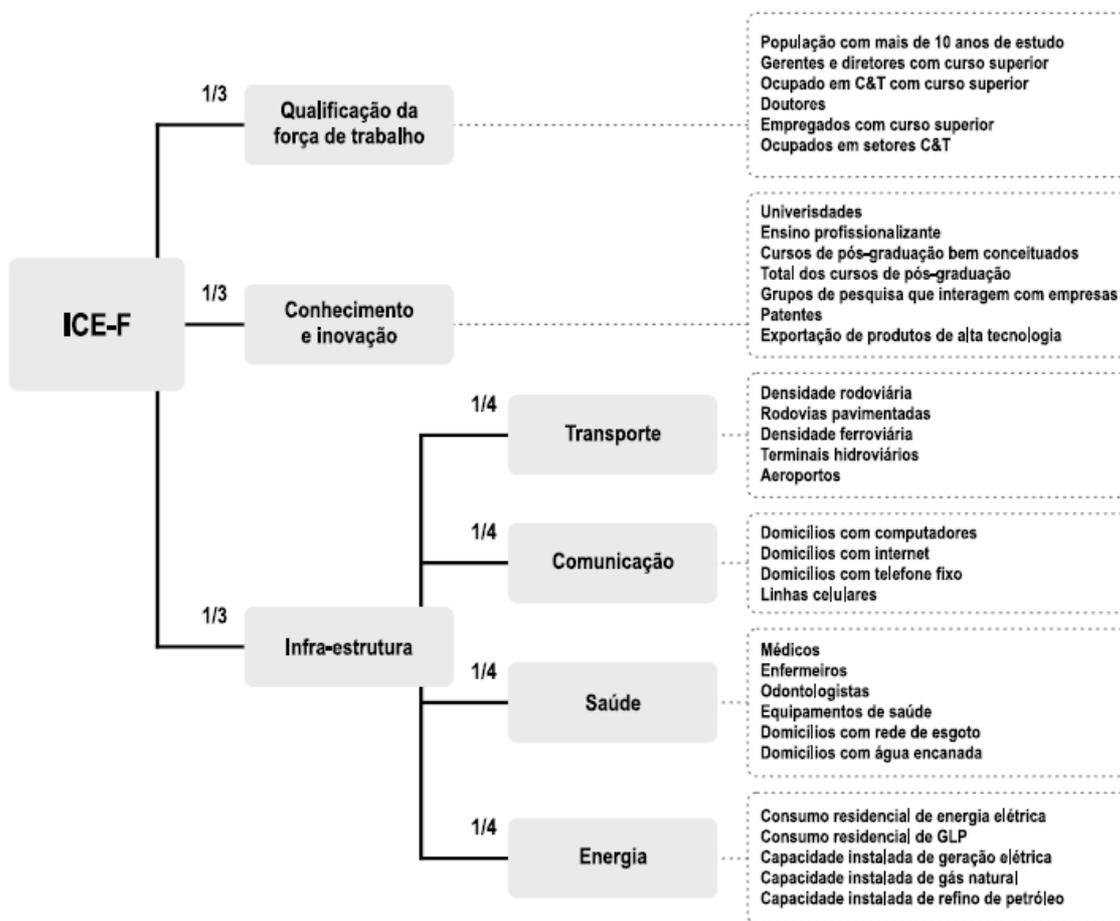
O ICE-F foi desenvolvido sob a abordagem do diamante da competitividade de Michael Porter, que vislumbra os determinantes da competitividade em uma perspectiva multidimensional, sintetizada em quatro eixos: condições dos fatores produtivos, condições de demanda, indústrias correlatas e de apoio e estratégia, estrutura e rivalidade das firmas. Em última instância, países ou regiões que apresentam os melhores atributos nesses quatro eixos teriam, potencialmente, um melhor nível de competitividade e, por conseguinte, um melhor nível de padrão de vida para seus cidadãos.

O índice privilegia a natureza multidimensional do trabalho de Porter, organizando 34 variáveis em grupos de fatores produtivos relacionados com a competitividade: qualificação da força de trabalho, conhecimento e inovação e infraestrutura. Os sub-índices calculados para esses três grupos são ponderados para compor o indicador sintético sobre as condições dos fatores produtivos em cada unidade da federação.

O ICE-F pode ser visto como um índice-síntese de um sistema de indicadores, cujo conjunto de informações estatísticas busca expressar as condições dos fatores produtivos associados ao conceito de competitividade. O índice é dividido em três grupos: qualificação da força de trabalho, conhecimento e inovação e infra-estrutura (dividido em quatro subgrupos - transporte, comunicação, saúde e energia). Na base

SÃO JOÃO DA BARRA

desses grupos e subgrupos encontram-se as variáveis ou indicadores datados de 2002 a 2005 que são ponderados para representar o ICE-F.



Os resultados numéricos absolutos e o *ranking* do ICE-F e de seus grupos, são apresentados na tabela a seguir, onde pode-se observar que os cinco estados melhor posicionados são, respectivamente, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Paraná. Já os cinco com pior posicionamento são, respectivamente, Acre, Roraima, Piauí, Rondônia e Maranhão.

SÃO JOÃO DA BARRA

UF	ICE-F		Qualificação da força de trabalho		Conhecimento e inovação		Infra-estrutura	
	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank
São Paulo	0,849	1	0,903	2	0,834	1	0,809	2
Rio de Janeiro	0,792	2	0,866	3	0,698	2	0,811	1
Distrito Federal	0,744	3	0,949	1	0,511	7	0,772	3
Rio Grande do Sul	0,711	4	0,720	4	0,692	3	0,722	5
Paraná	0,696	5	0,717	5	0,647	4	0,724	4
Santa Catarina	0,648	6	0,708	6	0,573	6	0,662	6
Minas Gerais	0,589	7	0,567	8	0,594	5	0,608	8
Mato Grosso do Sul	0,506	8	0,619	7	0,313	16	0,586	9
Espírito Santo	0,475	9	0,482	11	0,333	12	0,610	7
Pernambuco	0,436	10	0,529	10	0,357	8	0,423	13
Paraíba	0,432	11	0,540	9	0,356	9	0,399	14
Sergipe	0,408	12	0,459	12	0,258	20	0,505	10
Rio Grande do Norte	0,400	13	0,365	19	0,344	10	0,491	12
Goiás	0,401	14	0,394	15	0,302	17	0,506	11
Amazonas	0,385	15	0,426	13	0,330	13	0,400	15
Ceará	0,352	16	0,387	16	0,336	11	0,331	22
Mato Grosso	0,343	17	0,402	14	0,262	19	0,366	19
Bahia	0,341	18	0,327	20	0,317	15	0,377	18
Amapá	0,329	19	0,309	22	0,320	14	0,359	20
Tocantins	0,312	20	0,367	18	0,232	26	0,336	21
Pará	0,299	21	0,377	17	0,235	24	0,284	23
Alagoas	0,299	22	0,266	24	0,248	21	0,382	17
Acre	0,299	23	0,323	21	0,285	18	0,287	24
Roraima	0,295	24	0,279	23	0,222	27	0,382	16
Piauí	0,237	25	0,211	25	0,242	23	0,257	25
Rondônia	0,225	26	0,177	26	0,234	25	0,265	26
Maranhão	0,192	27	0,154	27	0,246	22	0,176	27

O Estado do Rio de Janeiro está em segundo lugar no *ranking* geral de competitividade, assim como no grupo conhecimento e inovação. Encontra-se em terceiro na qualificação da força de trabalho e em primeiro na infra-estrutura, o que nos leva a retomar outros aspectos abordados no estudo do IQM Potencial para o Desenvolvimento II a respeito desse tema em que o Rio de Janeiro ficou à frente de todos os demais estados.

SÃO JOÃO DA BARRA

• Os principais eixos viários

De acordo com os dados da Fundação CIDE, a infra-estrutura viária e de transportes do Estado do Rio de Janeiro é das melhores do país. Tomando-se como referência o ano de 2003, verifica-se que a malha rodoviária totalizava 26 mil quilômetros e a ferroviária em operação, cerca de 1,5 mil km. O Estado contava ainda com seis aeroportos operando com transporte de carga e/ou passageiros: Internacional Tom Jobim, Santos Dumont, Jacarepaguá, Campos, Macaé e Cabo Frio; cinco portos: Rio, Niterói, Angra, Sepetiba e Forno; e três terminais marítimos: TEBIG-Terminal da Baía da Ilha Grande, TORGUÁ-Terminais e Oleodutos do Rio de Janeiro e Guanabara e Terminal da Ilha Guaíba.

As rodovias representam o principal meio de circulação de pessoas e mercadorias no Estado. Em 2003, a malha rodoviária principal, formada pelas rodovias federais e estaduais, somava 8,2 mil km. Deste total, 4,9 mil km (cerca de 60%) encontravam-se pavimentados, além de 592,40 km correspondentes a trechos já duplicados.

Os principais eixos viários do Estado são as rodovias federais BR-040, BR-101, BR-116, BR-356 e BR-393, assim como as estaduais RJ-106, RJ-116, RJ-145, RJ-155 e RJ-186.



O IQM-1998 destacou as rodovias BR-116 (Rodovia Presidente Dutra, no trecho Rio-São Paulo) e BR-040 (Rio-Juiz de Fora) como os principais eixos viários do Estado, dado que estas vias estavam ligadas diretamente ao desenvolvimento da maior parte dos municípios melhor posicionados no ranking da época. Estas rodovias continuam a ser os

SÃO JOÃO DA BARRA

eixos em torno dos quais se encontra grande parte dos municípios melhor classificados no IQM-2005. A BR-116 é o eixo que interliga os dois estados de maior PIB do país – São Paulo e Rio de Janeiro. Esta rodovia atravessa os municípios do pólo metal-mecânico do Estado. A BR-040 constituiu, a partir da segunda metade do século XX, um novo eixo de industrialização no Estado, destacando-se, na Baixada Fluminense, a instalação da REDUC e de indústrias petroquímicas, e, na serra, indústrias relacionadas aos setores de alimentos e metal-mecânico em Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Três Rios.

A análise dos dados relativos ao IQM-2005 permite apontar, além das rodovias identificadas na pesquisa anterior, a BR-101, no trecho Rio-Campos dos Goytacazes, como mais um eixo rodoviário de destaque no Estado. Seu traçado corta ou permite acesso a um novo bloco de municípios bem posicionados no *ranking* atual, principalmente àqueles ligados à atividade de exploração de petróleo e gás, como Macaé e Campos dos Goytacazes. Este trecho da rodovia, conhecido como BR-101 Norte, situado a leste da Baía de Guanabara, só passou a se constituir num eixo a serviço da dinamização da economia das regiões das Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense a partir da inauguração da Ponte Rio-Niterói, em 1974, quando o crescimento da Região das Baixadas Litorâneas foi acentuado em virtude do mercado imobiliário relacionado ao turismo na Região dos Lagos. Mais recentemente, a consolidação desse trecho da rodovia como um eixo estratégico de crescimento desta porção do Estado está ligada às atividades de extração do petróleo e gás e empreendimentos industriais, de comércio e serviços complementares e de apoio.

Como rota alternativa para a região de Cabo Frio e Macaé, convém lembrar a RJ-106, duplicada entre São Gonçalo e Maricá. Esta rodovia serve aos municípios litorâneos situados a leste da Baía de Guanabara e, em Macaé, se liga à BR-101 Norte. É, desta forma, importante instrumento para a atividade turística da região, além de atender às necessidades da população no seu deslocamento inter e intra-regional.

Os números obtidos no IQM-2005, confirmados pelas pesquisas desenvolvidas no campo pela equipe da Fundação CIDE, possibilitam inferir que dois eixos secundários merecem menção. O primeiro e mais conhecido é formado pelas rodovias BR-393 (Rodovia Lúcio Meira) e RJ-186. Este eixo liga a Rodovia Presidente Dutra, na altura de Barra Mansa, à cidade de Bom Jesus do Itabapoana na Região Noroeste Fluminense. É um percurso muito utilizado por quem se desloca do sul do país em direção à BR-116 Norte (em direção aos estados do Nordeste), à região sul do Espírito Santo e à BR-101 Norte, além das fronteiras do Estado do Rio de Janeiro. Alguns municípios com destaque no IQM e que não fazem parte dos grupos daqueles ligados ou influenciados pelo petróleo no Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas ou pela indústria automobilística no Médio Paraíba estão situados ao longo desse eixo. Embora estejam em posições intermediárias no *ranking*, apresentam bons resultados pela Análise Multicritério, todos posicionados na classe B. São eles: Vassouras e Três Rios, classificados entre os vinte primeiros do *ranking* em 2005, além de Barra do Piraí, Paraíba do Sul, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana.

O segundo eixo que se desenha como potencial para o desenvolvimento de novas áreas liga a mesma BR-393, no entroncamento com a BR-116 Norte na altura de Sapucaia, à BR-101, nas proximidades de Macaé. Este eixo, formado por trechos de diferentes rodovias estaduais (RJ-182, RJ-174, RJ-146, RJ-172, RJ-116 e RJ-160), serve

SÃO JOÃO DA BARRA

de rota para transporte de carga do Vale do Paraíba para a região do petróleo, atendendo a municípios serranos impactados positivamente pelo crescimento de Macaé. Nessa condição, vale lembrar o município de Santa Maria Madalena, que já conta com um número expressivo de imóveis cujos proprietários são pessoas egressas de Macaé. Este município apresenta melhoras significativas em relação ao estudo de 1998, tanto no *ranking* (sobe mais de 10 posições, passando da 86ª para a 59ª) quanto na classe (passa de D para C).

O surgimento desse eixo pode também estar influenciando positivamente, mesmo que de forma discreta, a economia dos municípios de Trajano de Moraes e São Sebastião do Alto, dado que, embora continuem posicionados, pelos *rankings* (1998 e 2005), entre os vinte últimos, apresentam resultados mais favoráveis na Análise Multicritério, passando da classe D para a C.

Ainda à espera de recursos federais para a sua implementação, o arco rodoviário da Região Metropolitana do Rio fará a ligação do Porto de Sepetiba, em Itaguaí, à BR-101 em Itaboraí. Passa por Seropédica e precisa ter construído trecho entre Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Lá ele cruza com a BR-040, juntando-se à BR-116 em Magé, e segue para Guapimirim, chegando a Itaboraí no trevo de Manilha.

A rede viária desempenha papel muito importante na circulação dos insumos e da produção, motivo pelo qual a sua manutenção e expansão devem-se constituir em objetivos permanentes por parte do poder público. O conceito “regular” foi atribuído à situação geral das rodovias do Estado pela 10ª Pesquisa Rodoviária – 2005, da Confederação Nacional do Transporte – CNT, cuja pesquisa conclui que “é necessário ter maior agilidade na definição de programas de recuperação. Somente com o planejamento de investimentos haverá ganhos de qualidade significativos, principalmente nas rodovias estaduais. Sem isso, dar-se-á a continuidade da perda de competitividade brasileira frente aos outros países, o que acaba por gerar empecilhos consideráveis que podem incapacitar o Brasil para o mundo moderno.”

V - INDICADORES ECONÔMICOS

Em 2005, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a preços de mercado, registrou expansão de 2,3% em relação a 2004. Este resultado foi 2,6 pontos percentuais inferior ao contabilizado em 2004. Apesar da desaceleração, a taxa de crescimento registrada em 2005 ainda é superior à média dos últimos dez anos, de 2,2%. Em valores correntes, o PIB medido a preços de mercado alcançou R\$ 1.937,6 bilhões. O PIB *per capita* a preços correntes, resultante do quociente entre o PIB total e a população residente, estimada em 184,2 milhões de habitantes, atingiu R\$ 10.520 em 2005.

- **Economia do Estado do Rio de Janeiro**

Depois de registrar, por dois anos consecutivos, taxas de crescimento inferiores à média do país, a economia do Estado do Rio de Janeiro destacou-se em 2005 pela elevação de seu nível de produção de bens e serviços. Estimativas preliminares realizadas pela FGV indicam que o PIB fluminense cresceu 4,62%, o dobro da taxa de crescimento computada pelo IBGE para a economia brasileira.

A principal contribuição a esta retomada veio da indústria extrativa mineral, setor que vem ganhando participação na economia fluminense de forma avassaladora. Entre 1998 e 2003, a parcela do PIB do Estado com origem nesta indústria avançou de menos de 5% para mais de 25%, permanecendo neste patamar em 2004 e 2005, ano em que a atividade extrativa expandiu-se a uma taxa próxima de 15%. A combinação de uma taxa de crescimento tão elevada com uma participação tão ampla, responsável por cerca de dois terços do aumento do PIB fluminense, é a explicação para a importância do papel desempenhado pelo setor.

Com este resultado, o Estado do Rio de Janeiro passou a ter, em 2005, um PIB estimado em R\$ 236,2 bilhões, o equivalente a 12,2% do PIB nacional. A tabela a seguir apresenta a evolução do PIB fluminense em valores monetários, sua participação na economia nacional e a taxa de crescimento real. Os dados até 2003 são calculados pelo IBGE. Os de 2004 e 2005 são estimados pela FGV.

Produto Interno Bruto (PIB), Estado do Rio de Janeiro

Ano	Preços Correntes (R\$ Milhões)	Part. % RJ x Brasil	Taxa de Crescimento Real (%)
1996	86.758	11,1	2,03
1997	97.674	11,2	1,08
1998	100.651	11,0	2,52
1999	114.419	11,7	1,76
2000	137.877	12,5	2,89
2001	148.033	12,3	1,23
2002	170.114	12,6	4,67
2003	190.384	12,2	-0,10
2004	208.694	11,8	1,31
2005	236.239	12,2	4,62

Nas próximas páginas serão apresentados e comentados os resultados de duas importantes atividades econômicas desenvolvidas no Estado: indústria e comércio varejista. Em seguida, serão reunidas e consolidadas informações disponíveis sobre os demais setores que compõem o PIB fluminense. Conjugadas, estas informações compõem a estimativa preliminar de 4,62% para o crescimento do PIB do Estado, em 2005. A participação de cada atividade no PIB é fornecida pelo IBGE, em seu site, na seção relativa a Contas Regionais. O último dado divulgado se refere ao ano de 2003.

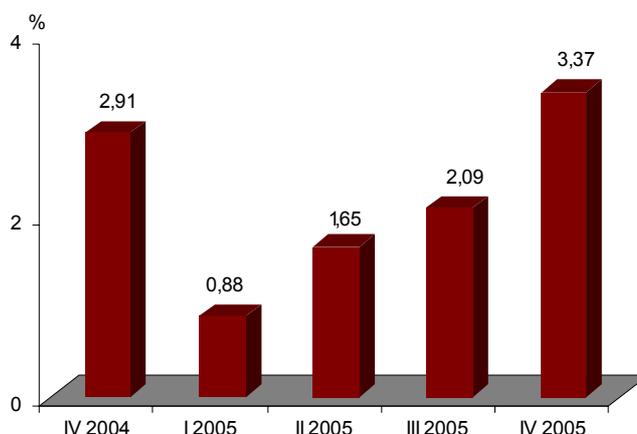
Produção industrial

Com a expansão continuada da atividade de extração de petróleo e gás natural no Estado do Rio de Janeiro, a parcela industrial do PIB fluminense, cujos quatro subsetores componentes são: extrativa, transformação, construção e serviços industriais de utilidade pública, alcançou 52,56%, em 2003, de acordo com as contas regionais calculadas pelo IBGE. Dessa forma, considerando sua composição completa, a indústria volta a ser o setor majoritário da economia estadual, tendo a extrativa na dianteira.

A indústria fluminense cresceu 2,02%, em 2005, na comparação com o ano anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Regional, do IBGE. A taxa é inferior à de 2004, de 2,44%, e também à nacional, de 2005, de 3,13%. A desaceleração industrial, no entanto, foi muito mais potente em outras regiões do que no Rio de Janeiro, visto que a produção nacional havia assinalado acréscimo de 8,30%, em 2004. Enquanto o recuo na taxa de crescimento fluminense, em 2005, foi de apenas 0,42 ponto percentual, em âmbito nacional esta diminuição montou a 5,17 pontos percentuais.

O gráfico a seguir apresenta as taxas de crescimento da produção industrial fluminense, ao longo do ano. No primeiro trimestre, o crescimento foi modesto, de 0,88%, mas foi se acelerando progressivamente, até alcançar 3,37%, no quarto. Nos dois últimos trimestres do ano, a taxa de crescimento da indústria fluminense superou a nacional.

Indicador de Produção, Indústria Geral no Estado do Rio de Janeiro
Variações percentuais em relação a igual trimestre do ano anterior



Fonte: IBGE

Comparações inter-regionais

Com taxa de crescimento no ano de 2005 de 2,02%, o Estado do Rio de Janeiro ocupou a oitava posição no ranking das maiores expansões, à frente de Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul. Na liderança, pelo segundo ano consecutivo, figura o Estado do Amazonas, com expansão de 12,1%. A média nacional, de acordo com este indicador, situou-se em 3,1%. Em 2004, ainda que com uma taxa de crescimento ligeiramente maior que a de 2005, o Estado do Rio de Janeiro ficou na décima terceira e última posição.

Isso mostra que a economia fluminense foi capaz de se sustentar melhor do que a maioria dos estados em um ambiente de enfraquecimento geral da atividade industrial. Tanto é assim que dos 12 estados que sofreram redução em suas taxas de crescimento, entre os 13 pesquisados, o Rio de Janeiro foi o que acusou a menor retração. Ceará e Santa Catarina registraram recuos de mais de 10 pontos percentuais em suas taxas de crescimento.

**Produção Industrial em Estados
Selecionados – Variações Percentuais (*)**

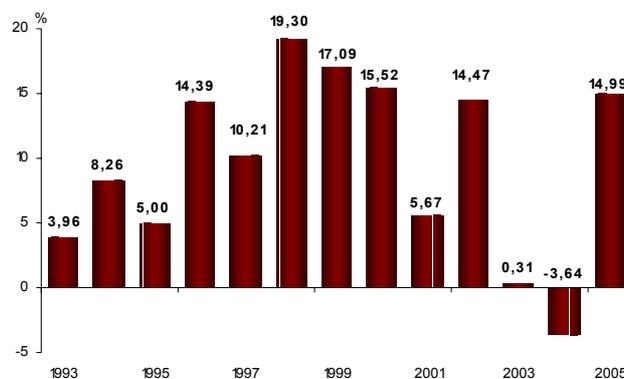
Locais	2004	2005	Aceleração em p.p.
BRASIL	8,30	3,13	-5,17
Amazonas	12,96	12,07	-0,89
Pará	10,45	3,81	-6,64
Ceará	11,85	-1,56	-13,41
Pernambuco	4,76	2,98	-1,78
Bahia	10,06	4,09	-5,97
Minas Gerais	5,98	6,33	0,35
Espírito Santo	5,12	1,38	-3,74
Rio de Janeiro	2,44	2,02	-0,42
São Paulo	11,78	3,76	-8,02
Paraná	10,07	0,79	-9,28
Santa Catarina	11,40	0,08	-11,32
Rio Grande do Sul	6,39	-3,54	-9,93
Goiás	8,40	3,23	-5,17

(*) Em relação ao ano anterior.
Fonte: IBGE/DPE/Coordenação de Indústria

Indústria extrativa

Em 2005, a indústria extrativa registrou acréscimo de 14,99%, em relação a 2004. Vale lembrar que, durante o ano de 2004, a produção da indústria extrativa registrou decréscimo de 3,6%, devido a paralisações em plataformas da bacia de Campos. Em 2003, a produção deste segmento industrial, quase que exclusivamente representado por petróleo e gás, já havia interrompido sua trajetória de expansão acelerada, à taxa média de 13,7% ao ano, entre 1995 e 2002, como se observa no gráfico a seguir. Ao longo de 2005, a produção teve um início ainda hesitante, crescendo apenas 3,21%, no primeiro trimestre, para em seguida deslanchar, assinalando taxas sempre superiores a 15%, beneficiando-se, em parte, da base de comparação deprimida.

Indicador de Produção, Indústria Extrativa do Estado do Rio de Janeiro - Variações percentuais em relação ao ano anterior



Fonte: IBGE

Indústria de transformação

A indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro registrou queda de 0,62%, em 2005, resultado significativamente inferior à taxa de 3,76% observada em 2004. Dos 12 setores, sete apresentaram decréscimo em seus respectivos volumes de produção em 2005. A maior queda se verificou no setor borracha e plástico, onde a produção foi 25,79% menor que a do ano anterior. O setor perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza sofreu desaceleração de 23,23 p.p., a maior entre os nove segmentos a registrar, em 2005, taxas inferiores a 2004. A indústria farmacêutica no Rio de Janeiro recuou 3,81%, num ano em que o setor, em âmbito nacional, registrou expansão de 14,43%.

Em compensação, o setor de minerais não metálicos, embora em desaceleração, registrou a maior taxa de crescimento em 2005, 19,98%. Situação semelhante se verificou com os setores têxtil e de veículos automotores, com taxas de 15,93% e 14,94%. Vale destacar ainda o setor de alimentos, que assinalou aumento de 10,4%, acelerando-se 7,35 p.p., em relação a 2004, ao mesmo tempo em que o setor, na média nacional, cresceu apenas 0,6%.

Indicador de Produção, Indústria de Transformação por setores Estado do Rio de Janeiro - Variações percentuais

	2004	2005
Indústria de transformação	3,76	-0,62
Alimentos	3,05	10,4
Bebidas	11,03	2,03
Têxtil	20,2	15,93
Edição, impressão e reprodução de gravações	-7,39	-5,33
Refino de petróleo e álcool	6,16	-2,07
Farmacêutica	-0,13	-3,81
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	9,37	-13,86
Outros produtos químicos	-4,03	-1,99
Borracha e plástico	-5,51	-25,79
Minerais não metálicos	23,21	19,98
Metalurgia básica	0,97	-7,18
Veículos automotores	23,24	14,94

Fonte: IBGE

SÃO JOÃO DA BARRA

As maiores contribuições positivas para a taxa de crescimento foram dadas pelos setores minerais não metálicos, veículos automotores e alimentos: 0,96 p.p., 0,81 p.p. e 0,74 ponto percentual. Estas contribuições positivas foram sobrepujadas pelas influências negativas dos setores com produção declinante, entre os quais estão metalurgia básica, borracha e plástico e edição, impressão e reprodução de gravações. Estes três segmentos foram responsáveis pelas seguintes parcelas na composição da taxa global da indústria de transformação: -0,95 p.p., -0,92 p.p. e -0,41 ponto percentual.

Consolidando-se os resultados anuais, conclui-se que o crescimento da indústria fluminense em 2005 se deve à recuperação da atividade extrativa, que, ao crescer 14,99%, contribuiu com 2,54 p. p. para a formação da taxa global da indústria. Por ter registrado queda de produção de 0,62%, a indústria de transformação foi responsável por uma parcela de -0,52 ponto percentual. Somadas as contribuições, tem-se a taxa de crescimento da indústria geral do Estado do Rio de Janeiro em 2005, de 2,02%. Estes percentuais serão utilizados mais à frente, na estimativa do PIB estadual.

Indicador de Produção da Indústria, por setores – 2005
Estado do Rio de Janeiro e Brasil, Composição em pontos percentuais

	Rio de Janeiro	Brasil
Veículos automotores	0,81	0,6
Minerais não metálicos	0,96	0,1
Refino de petróleo e álcool	-0,31	0,11
Bebidas	0,13	0,19
Têxtil	0,25	-0,06
Alimentos	0,74	0,08
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-0,33	0,07
Metalurgia básica	-0,95	-0,12
Farmacêutica	-0,32	0,44
Borracha e plástico	-0,92	-0,05
Outros produtos químicos	-0,16	-0,09
Edição, impressão e reprodução de gravações	-0,41	0,48
Indústrias Extrativas	2,54	0,51
Subtotal	2,03	2,26
Máquinas e equipamentos	-	-0,08
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	-	0,45
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-	-0,01
Celulose, papel e produtos de papel	-	0,13
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	0,18
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-	0,21
Outros	-	-0,01
Subtotal	-	0,87
Total	-	3,13

Fonte: IBGE

A contribuição conjunta das 12 atividades da indústria de transformação, incluídas no indicador de produção do Rio de Janeiro, mais a extrativa mineral, para o crescimento do setor no Estado teve magnitude semelhante à contribuição para o crescimento da indústria no país. As influências individuais, todavia, se diferenciaram, como ilustra o caso da indústria extrativa, contribuindo cinco vezes mais para o crescimento industrial do Rio de Janeiro do que para o do Brasil. Estas 12 atividades explicam pouco mais de dois

SÃO JOÃO DA BARRA

terços da expansão da indústria brasileira. O restante provém de setores que não operam no Rio de Janeiro, como material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações que, em 2005, contribuiu com 0,45 p.p. para o crescimento da indústria em âmbito nacional.

Ainda com respeito à indústria fluminense, a FIRJAN divulgou indicadores mostrando crescimento de 6,91% nas vendas reais, em 2005. O crescimento das vendas em percentual superior ao da produção indica alguma recuperação de margens por parte das empresas bem como a redução de estoques, que se acumularam na primeira parte do ano.

**Indicadores de Atividade da Indústria
do Estado do Rio de Janeiro**

Indicador	2005/2004
Vendas reais	6,91
Massa salarial	6,03
Pessoal Ocupado	2,89
Horas Trabalhadas	4,56

Fonte: FIRJAN

É necessário também fazer menção à indústria naval, que não está representada no indicador conjuntural do IBGE. Depois de prolongada crise, a indústria naval registrou produção de R\$ 1.721,9 milhões, em 2003, segundo a última Pesquisa Industrial Anual, do IBGE. Esta cifra corresponde a 3,10% do valor da produção total da indústria fluminense e supera as referentes à fabricação de máquinas e equipamentos, de automóveis e camionetas e de caminhões e ônibus.

Uma medida do vigor da atividade deste setor é dada pelo avanço do nível de emprego formal. Segundo o MTE, depois de crescer vertiginosamente entre 2000 e 2003, quintuplicando o seu nível, o emprego formal continua a aumentar a taxas sempre superiores a 10% ao ano. Ao final de 2005, estavam registrados 13.960 trabalhadores com carteira na indústria naval fluminense.

**Emprego formal na indústria naval
do Estado do Rio de Janeiro**

	Total	% Brasil	Crescimento (%)
2000	2.064	44,5	...
2003	11.010	76,5	75,7*
2004	12.490	75,3	13,4
2005	13.960	75,9	11,8

Fonte: MTE

*Taxa anual média entre 2000 e 2003

Comércio varejista

Em 2005, a taxa de crescimento do volume de vendas do comércio varejista do Estado do Rio de Janeiro foi de 4,13%, 2,71 p.p. abaixo do resultado obtido em 2004. Na comparação entre as taxas anuais de crescimento, o Rio de Janeiro ocupou novamente a

SÃO JOÃO DA BARRA

22ª posição, como já havia ocupado em 2004, à frente dos seguintes estados: Minas Gerais (23ª), Mato Grosso (24ª), São Paulo (25ª), Paraná (26ª) e Rio Grande do Sul (27ª).

**Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista,
Comparações Interregionais**

	2004	2005
Brasil	9,25	4,76
Acre	16,99	21,4
Alagoas	13,04	16,05
Amapá	1,76	5,26
Amazonas	18,27	20,18
Bahia	8,21	7,08
Ceará	8,52	16,05
Distrito Federal	9,05	12,81
Espírito Santo	16,23	11,22
Goiás	5,47	16,56
Maranhão	15,37	23,03
Mato Grosso	22,41	2,78
Mato Grosso do Sul	14,23	7,31
Minas Gerais	10,16	3,96
Pará	7,67	12,28
Paraíba	7,99	28,51
Paraná	11,28	-0,97
Pernambuco	7,24	13,98
Piauí	3,2	22,22
Rio de Janeiro	6,84	4,13
Rio Grande do Norte	11,91	23,58
Rio Grande do Sul	7,68	-2,1
Rondônia	22,24	11,03
Roraima	-8,67	8,89
Santa Catarina	12,51	4,26
São Paulo	8,92	2,11
Sergipe	6,22	28,22
Tocantins	7,02	32,86

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Seis das oito atividades que compõem o indicador de volume de vendas do comércio varejista fluminense apresentaram crescimento. A maior taxa correspondeu ao ramo equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, que cresceu 97,41%. O setor de móveis e eletrodomésticos cresceu 9,84%, 13 pontos percentuais abaixo do resultado de 2004, de 22,83%. O pior resultado do comércio varejista fluminense no ano foi observado no ramo de combustíveis e lubrificantes, cuja queda de 12,46%, acumulada até o terceiro trimestre, se ampliou para 13,96%, praticamente o dobro da média nacional referente a esta atividade, que registrou recuo de 7,40%.

**Volume de Vendas do Comércio Varejista
no Estado do Rio de Janeiro - Variações Percentuais**

Atividades	2004	2005
Comércio Varejista	6,84	4,13
Combustíveis e Lubrificantes	-0,76	-13,96
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,33	3,61
Hipermercados e Supermercados	5,58	1,84
Tecidos, vestuário e calçados	-1,96	5,82
Móveis e Eletrodomésticos	22,80	9,84
Artigos Farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,84	3,20
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,76	-1,54
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	5,33	97,21
Outros Artigos de uso pessoal e doméstico	5,58	10,78

Fonte: IBGE

As atividades de indústria e comércio comentadas anteriormente correspondem a aproximadamente 48% do PIB fluminense. Para se completar a estimativa da taxa de crescimento de 2005 será preciso reunir indicadores sobre o desempenho dos demais setores.

Agropecuária

A atividade agropecuária responde por menos de 1% do PIB fluminense, uma contribuição que fica muito aquém dos quase 10% da média nacional.

A lavoura canavieira, principal atividade agrícola desenvolvida no Estado, com uma participação de cerca de 30% no valor da produção das lavouras, sofreu uma retração de 12,5% da produção.

Das outras cinco lavouras selecionadas para representar a atividade agropecuária fluminense, apenas uma apresentou queda de produção, a mandioca, com - 2,70%. Em compensação, a produção de tomate cresceu 4,28% e a de café, 2,50%.

Consideradas as taxas de crescimento e o peso relativo destas seis lavouras, chega-se a um resultado consolidado de -3,40%, que será usado para fins de estimativa do PIB fluminense de 2005.

Produção agrícola no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil (em mil t)

	2004	2005	Variação %	Peso	Influência
Cana de Açúcar	8.653,50	7.571,90	-12,50	36,49	-4,57
Tomate	203,20	211,90	4,28	29,27	1,24
Mandioca	178,10	173,30	-2,70	10,16	-0,28
Banana	160,90	161,80	0,56	11,51	0,05
Café	15.494,00	15.882,00	2,50	6,65	0,16
Laranja	68,80	68,90	0,15	5,92	0,00
Indicador				100,00	-3,40

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e Produção Agrícola por Município - IBGE

SÃO JOÃO DA BARRA**Construção**

Em 2005, o PIB do setor da construção registrou aumento de 1,3%, considerando-se o país como um todo. O resultado representou nova desaceleração, após crescimento de 5,3%, em 2004. No Rio de Janeiro, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC), o consumo do produto foi de 3.208.460 toneladas, com aumento de 3,75%, em relação a 2004. No plano nacional, verificou-se alta de 4,42%.

Uma evidência de que o Rio de Janeiro pode ter se saído melhor do que o resto do país é o aumento do nível de emprego na construção. De acordo com o IBGE, nas seis regiões metropolitanas que fazem parte da PME, o número de pessoas ocupadas nesta atividade cresceu 2,02%, em 2005. Ao mesmo tempo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o crescimento foi de 4,03%.

Para efeito de cálculo do PIB do Rio de Janeiro, será usado como indicador de crescimento da construção a taxa de variação atribuída ao setor no PIB brasileiro, corrigida pela diferença de aumento do nível de emprego entre o Estado e o país. Vale dizer, a taxa estimada de crescimento da atividade no Estado será de 2,6%.

Serviços industriais de utilidade pública (SIUP)

O desempenho desta atividade no Rio de Janeiro em 2005 será representado pelo consumo dos seguintes itens: gás encanado, água e energia elétrica. A partir de dados da Fundação CIDE, apresentados na tabela a seguir, o PIB do setor SIUP fluminense registrou decréscimo de 5,2%. Este percentual resulta da média geométrica simples das três taxas de variação mencionadas na tabela.

Consumo de Energia Elétrica, Água e Gás Encanado no Rio de Janeiro, 2003 e 2004

	2004	2005	Var %
Consumo de energia elétrica (Gwh) (r)	25.423	20.498	-19,38
Consumo de água (mil m ³)	639.965	596.505	-6,79
Consumo de gás encanado (mil m ³) (r)	3.185.240	3.615.156	13,50

Fonte: Fundação CIDE

Comunicações

O setor de comunicações, cuja participação no PIB do Rio de Janeiro era da ordem de 2% em 2003, é tradicionalmente representado, para efeito de cálculo do PIB, pelo número de pulsos telefônicos.

Na ausência desta informação, optou-se por replicar para o Rio de Janeiro, a taxa de crescimento observada para o país, de 0,1%, segundo dados do IBGE.

Transportes

O indicador mais apropriado para se estimar o desempenho regional do setor de transportes no Brasil é o consumo de óleo diesel, uma vez que grande parte dos meios de transporte se utiliza deste combustível. Em 2005, segundo dados da ANP, as vendas de óleo diesel no Rio de Janeiro cresceram 1,74%, invertendo uma seqüência de dois anos de taxas negativas e superando o resultado nacional, de -0,04%.

Vendas de óleo diesel (mil m³)

Ano	Brasil		Rio de Janeiro	
	1.000 m ³	% a.a.	1.000 m ³	% a.a.
2001	37.025	5,33	2.178	8,39
2002	37.668	1,74	2.253	3,45
2003	36.805	-2,29	2.185	-3,04
2004	39.148	6,37	2.139	-2,08
2005	39.134	-0,04	2.176	1,74

Fonte: ANP

Serviços

O desempenho regional do setor serviços é avaliado, na presente estimativa, por meio da evolução do nível de emprego, segundo dados do CAGED, do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Em 2005, o nível de emprego no setor de serviços no Estado do Rio de Janeiro elevou-se 5,01%, taxa um pouco inferior à do setor em termos nacionais, de 5,87%. Considerando que o nível de produtividade do trabalho no setor de serviços é o mesmo no Estado e no país e que as duas taxas de crescimento do emprego são relativamente próximas, será usado como indicador para efeito de estimativa do crescimento do PIB fluminense o mesmo percentual usado pelo IBGE para o setor no plano nacional, de 2,0%.

Administração pública

Por convenção metodológica adotada pelo IBGE no cálculo das Contas Nacionais, as taxas de variação do conjunto de atividades exercidas pelas administrações públicas são estimadas através do crescimento populacional. Dessa forma, admitiu-se para este setor, que representa aproximadamente 16,5% do PIB regional, segundo dados de 2003 do IBGE, um crescimento de 1,3% no Rio de Janeiro, em 2005.

Estimativa do crescimento do PIB

A tabela a seguir sintetiza as informações relativas a esta estimativa, produzida preliminarmente, para o crescimento do PIB do Estado do Rio de Janeiro, em 2005.

SÃO JOÃO DA BARRA

Síntese das contribuições setoriais ao crescimento da economia fluminense em 2005

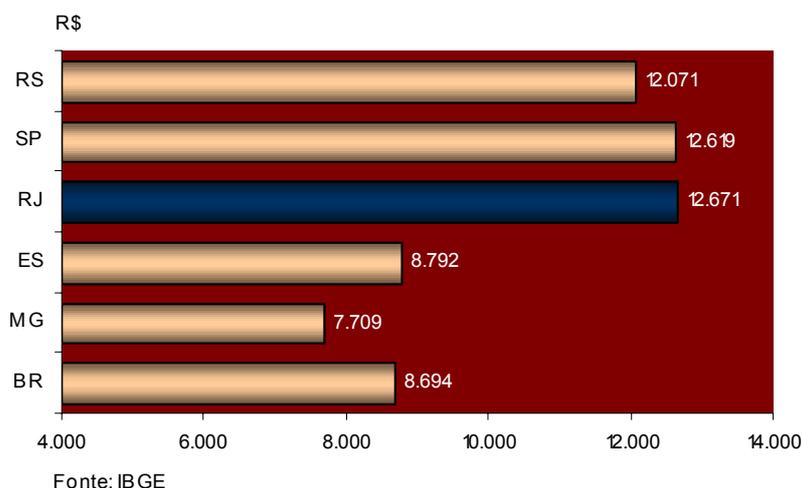
	Taxa de Crescimento (%)	Participação no PIB (%)	Contribuição (pontos percentuais)
Agropecuária	-3,40	0,57	-0,02
Indústria Extrativa	14,98	25,95	3,89
Indústria de Transformação	-0,62	17,24	-0,11
Construção	2,60	5,93	0,15
SIUP	-5,16	3,44	-0,18
Comércio	4,13	5,01	0,21
Comunicações	0,10	1,96	0,00
Transportes	1,74	1,94	0,03
Serviços	2,00	21,49	0,43
Administração Pública	1,30	16,47	0,21
Total (PIB)	4,62	100	4,62

Fonte: IBGE, Fundação CIDE, SNIC

• PIB per capita

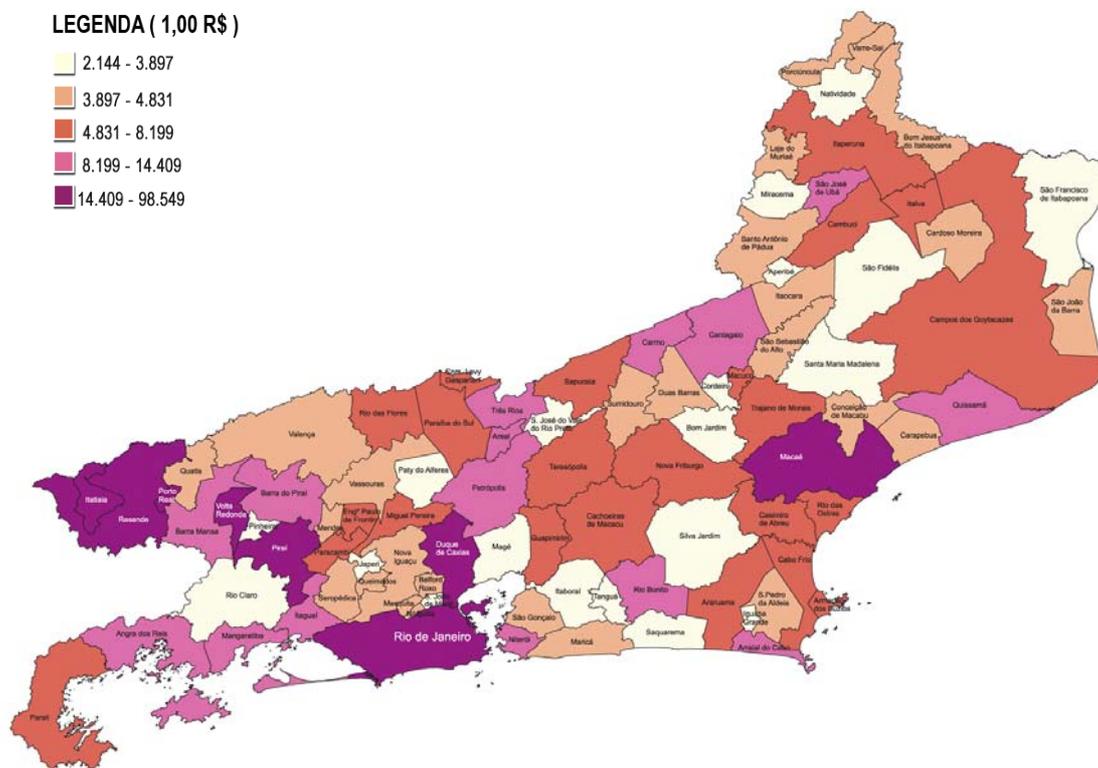
Em 2003, último ano para o qual existem estimativas do IBGE, que permitem comparações, o PIB *per capita* do Rio de Janeiro era o maior entre os estados, atrás apenas do Distrito Federal. Em comparação à média nacional, o PIB fluminense por habitante era 45,7% superior. Em relação a São Paulo, a superioridade era de apenas 0,4%. Estimativa preliminar, feita pela FGV, com base numa população residente de 15.383.407 habitantes, segundo o IBGE, dá conta de um PIB *per capita* para o Estado do Rio de Janeiro de R\$ 15.357 em 2005.

PIB per capita, Brasil e estados selecionados - 2003



O mapa a seguir apresenta a geografia do PIB *per capita* no Estado do Rio de Janeiro. As áreas com padrão de vida mais alto se encontram mais ao sul, nos eixos das rodovias Rio-São Paulo e Rio-Juiz de Fora. Ao norte, destaca-se Macaé, devido à atividade de extração de Petróleo. Os dados se referem a 2003, mas a repartição espacial é relativamente estável, oscilando pouco num intervalo de um a dois anos.

SÃO JOÃO DA BARRA



Fonte: CIDE

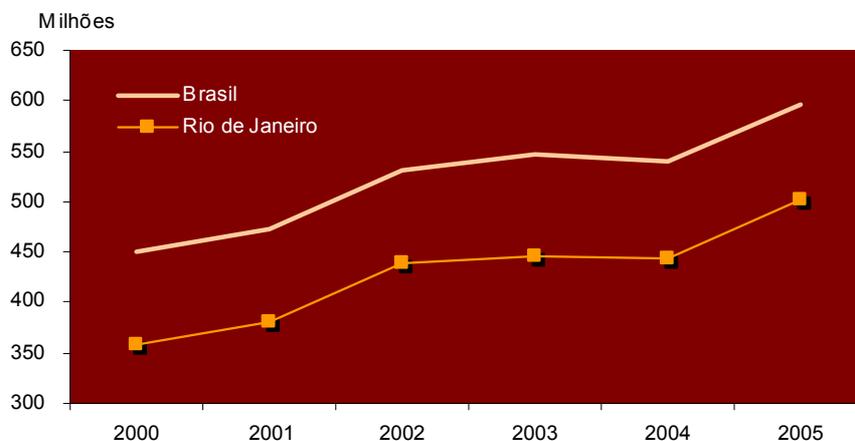
- **Petróleo e derivados**

A participação fluminense sobre o total de petróleo extraído no país subiu mais de dois pontos percentuais, passando de 81,96% para 84,15%. O bom desempenho em 2005 decorreu da entrada em operação de novas plataformas de petróleo já no fim de 2004, em substituição à plataforma P-36, que afundou devido a uma explosão. O acidente com a P-36, que na época era a maior plataforma de petróleo do mundo, capaz de processar 180 mil barris de petróleo por dia, e o atraso na sua substituição acabaram por reduzir a produção de 2004, potencializando a elevação de 2005, que tem o ano anterior como base de comparação.

O gráfico a seguir mostra a evolução na produção de petróleo, entre 2000 e 2005, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Observa-se que, em 2003 e 2004, a produção ficou praticamente estacionada, apresentando inclusive, em 2004, pequena queda na comparação com 2003. O crescimento de 2005 interrompe esta fase e devolve à produção fluminense a dinâmica que havia se tornado característica da atividade, durante mais de 10 anos.

SÃO JOÃO DA BARRA

Produção de Petróleo em barris

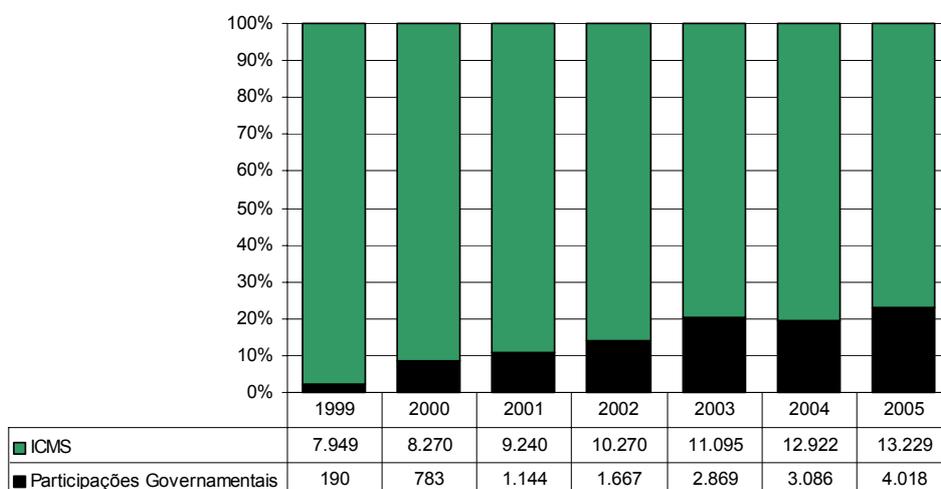


Fonte: ANP

Assim como o petróleo, a produção de gás natural no Estado do Rio de Janeiro apresentou forte aumento, de 17,53%, em 2005. Este aumento foi bem superior ao apresentado pela produção nacional, que cresceu 4,29%, fazendo com que a participação fluminense sobre o total da produção brasileira de gás natural avançasse de 39,94% para 45,01%.

A retomada na produção de petróleo teve impacto direto nas finanças do Estado do Rio de Janeiro, pelo aumento do repasse de participações governamentais, que tornaram-se, em 2005, a segunda maior fonte de receitas fiscais para o Estado, atrás apenas do ICMS. A importância da receita das participações governamentais resta evidenciada também quando comparada à receita de ICMS, principal receita própria do Estado, como consta no gráfico a seguir.

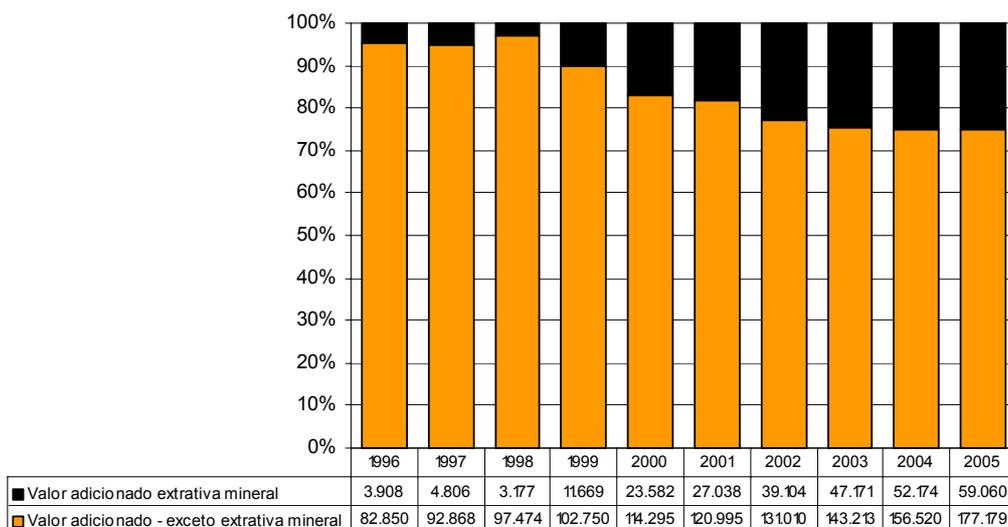
Proporção entre ICMS e Participações Governamentais do Estado do Rio de Janeiro – 1999/2005



SÃO JOÃO DA BARRA

O próximo gráfico demonstra a tendência de aumento do valor adicionado pela indústria extrativa mineral no PIB estadual nos últimos dez anos, uma evolução espetacular de 4,4% para 25% do total da riqueza gerada no Estado. Os dados até 2003 são do IBGE e os de 2004/2005 são estimados pela FGV, admitindo-se que a indústria extrativa mineral coincida com a extração de petróleo e gás.

PIB-RJ e valor adicionado pela indústria extrativa mineral
Preços correntes - 1996/2005



Ao mesmo tempo em que a indústria extrativa se reergue, a de transformação demonstra fragilidade. No Rio de Janeiro, este conjunto de atividades sofreu decréscimo de 0,6% em seu nível de produção, depois de registrar elevação de 3,7%, em 2004. Em âmbito nacional, a indústria de transformação enfrentou uma desaceleração ainda mais severa que a do Rio de Janeiro. Sua taxa de crescimento baixou de 8,5%, em 2004, para 2,7%, em 2005.

A diferença de mais de três pontos percentuais entre a taxa nacional e a fluminense, em 2005, se explica por dois efeitos. O primeiro foi o desempenho mais modesto no Rio de Janeiro daquelas atividades estabelecidas simultaneamente no Estado e no restante do país, onde a comparação é possível. Um bom exemplo é a indústria farmacêutica, com expansão de mais de 14%, no plano nacional, e queda de quase 4%, nas unidades localizadas no Rio de Janeiro.

O segundo efeito foi a contribuição dos segmentos que não estão estabelecidos no Estado. Exemplos são a produção de equipamentos eletrônicos e de informática que, sem ter tido um ano brilhante, conseguiram se afirmar positivamente. É verdade que o indicador calculado pelo IBGE não inclui a indústria naval, sediada em mais de dois terços no Rio de Janeiro e com aumentos anuais de nível de emprego sempre superiores aos 10%. De todo modo, o desnível entre a taxa fluminense e a nacional pode ser entendido como um sintoma de baixa diversificação do parque industrial do Estado.

SÃO JOÃO DA BARRA

• Desempenho econômico regional e local

Os números definitivos e abertos por município em 2005 somente estarão disponíveis no próximo ano, cabendo, portanto, analisar os dados do PIB estadual, regional e local até 2004. A Fundação CIDE utiliza metodologia diversa daquela adotada pelo IBGE e pela FGV, apresentada na introdução deste capítulo.

O PIB do Estado em 2004, a preços básicos, de acordo com a CIDE, foi de R\$ 233,7 bilhões, dos quais a capital e a Bacia de Campos participaram com 65,6% do total.

A capital do Estado, com PIB a preços básicos de R\$ 109,1 bilhões em 2004, liderou em todos os setores da economia estadual naquele ano, com exceção da agropecuária.

Na agropecuária, destacam-se, pela ordem: Campos dos Goytacazes, Teresópolis, Barra do Piraí, Sumidouro, Nova Friburgo e Trajano de Moraes.

Quanto à extração de outros minerais, Rio de Janeiro tem 44 vezes a produção do segundo colocado, Quatis, seguidos por Itaguaí e São Francisco de Itabapoana. Em outro patamar estão São Gonçalo, Seropédica, Macaé, Cantagalo e Tanguá.

A indústria de transformação é mais presente na capital, em Duque de Caxias e Volta Redonda. Niterói, Porto Real, Resende, Belford Roxo e Barra Mansa são outros municípios que têm mais de R\$ 1 bilhão de produção na indústria de transformação.

O comércio atacadista é mais forte na capital e em Duque de Caxias, seguidos de Macaé, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Mesquita e Campos dos Goytacazes. Já o comércio varejista tem Rio de Janeiro 12 vezes superior a Niterói, que está à frente de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis, Macaé e Campos.

A construção civil tem a capital oito vezes maior que o segundo colocado: São Gonçalo. Nova Iguaçu e Mesquita são fortes produtores, seguidos de Petrópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Niterói e Belford Roxo.

Nos serviços industriais de utilidade pública, a capital é cinco vezes maior que Piraí, seguida por Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Carmo.

Nos transportes, após a capital, Duque de Caxias retoma a liderança, seguido por Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo, e Volta Redonda.

As comunicações apresentam destaque a capital, 14 vezes maior que Niterói, seguido por Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis, e Volta Redonda.

Mais de oitenta por cento das instituições financeiras concentram sua produção na capital, seguida por Niterói, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Volta Redonda, Macaé, São Gonçalo, Petrópolis e Nova Friburgo.

Quanto aos aluguéis, após a capital, têm maior produção São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, seguidos de Niterói, Belford Roxo, São João de Meriti e Campos dos Goytacazes.

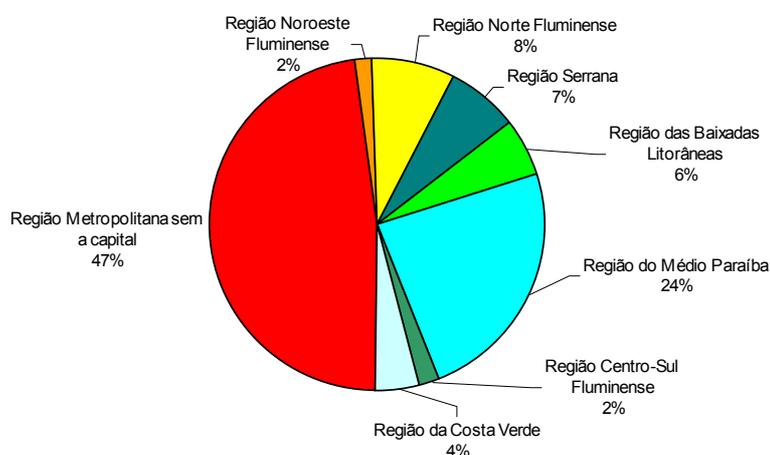
Em outros serviços, a capital é 23 vezes mais forte que cada um dos três primeiros colocados, com produto equivalente, casos de Macaé, Niterói e Duque de Caxias. Seguem Petrópolis, Volta Redonda e Campos dos Goytacazes.

SÃO JOÃO DA BARRA

A administração pública na capital é 17 vezes mais forte que em Niterói. Seguem Duque de Caxias, São Gonçalo e Campos dos Goytacazes. Em outro patamar estão Angra dos Reis, Petrópolis, São Pedro da Aldeia, Nova Iguaçu, Volta Redonda e Seropédica.

Para uma melhor visualização da participação das regiões na economia estadual, depuramos no gráfico a seguir as participações da capital e da Bacia de Campos, reduzindo-se o PIB para aquilo que foi produzido apenas nos demais municípios, ou seja, 34,4% dos R\$ 233,7 bilhões apurados pela Fundação CIDE.

Participação das regiões no PIB 2004
(excluída a capital e a Bacia de Campos - R\$ 80 bilhões)



Dos 18 municípios com PIB a preços básicos acima de R\$ 1 bilhão em 2004, oito pertencem à Região Metropolitana (pela ordem: capital, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Mesquita), dois à Região Norte (Macaé e Campos), outros dois representam a Região Serrana (Petrópolis e Nova Friburgo), a Região do Médio Paraíba traz quatro municípios (Volta Redonda, Resende, Porto Real e Barra Mansa), e a Região da Costa Verde apresenta apenas um: Angra dos Reis.

Naquele mesmo ano, dez municípios tiveram PIB entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão, sendo quatro da Região Metropolitana (Magé, Itaboraí, Queimados e Nilópolis); Teresópolis representa a Região Serrana; Barra do Piraí e Itatiaia, o Médio Paraíba; Cabo Frio e Rio Bonito, a Região das Baixadas Litorâneas; e taguaí, a Região da Costa Verde.

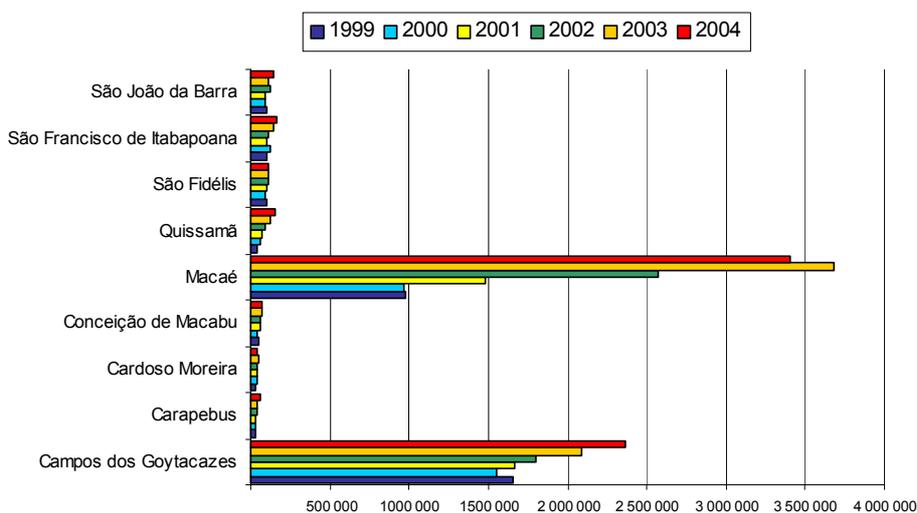
Entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões de PIB, encontravam-se 18 municípios: Seropédica, Paracambi e Japeri da Região Metropolitana; Cantagalo e Carmo da Região Serrana; Valença do Médio Paraíba; Araruama, Rio das Ostras, Cachoeiras de Macacu, Maricá, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Casimiro de Abreu e Armação dos Búzios da Região das Baixadas Litorâneas; Mangaratiba da Região da Costa Verde; Três Rios e Paraíba do Sul da Região Centro-Sul; e Itaperuna da Região Noroeste.

Entre R\$ 100 e R\$ 200 milhões haviam 14 municípios; entre R\$ 50 e R\$ 100 milhões, outros 22; e dez produziram menos de R\$ 50 milhões.

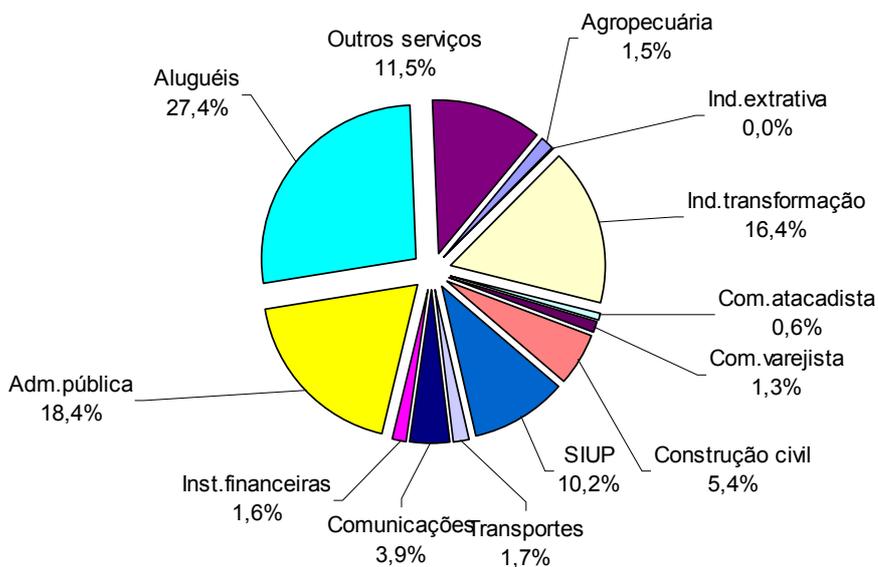
SÃO JOÃO DA BARRA

No gráfico que segue, pode-se verificar os desempenhos dos municípios da região de São João da Barra, entre 1999 e 2004.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

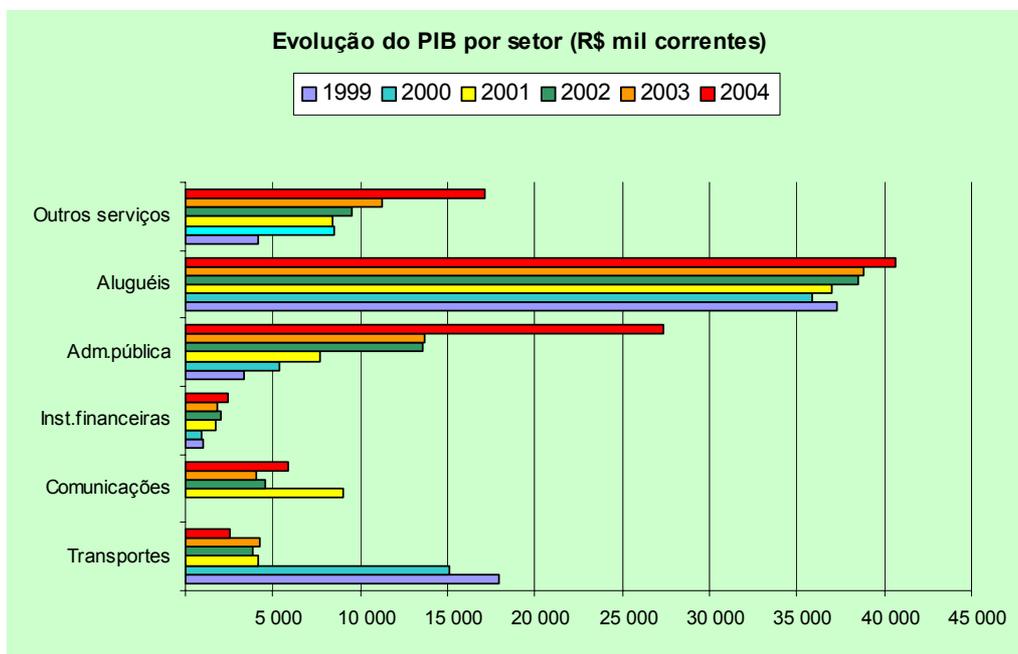
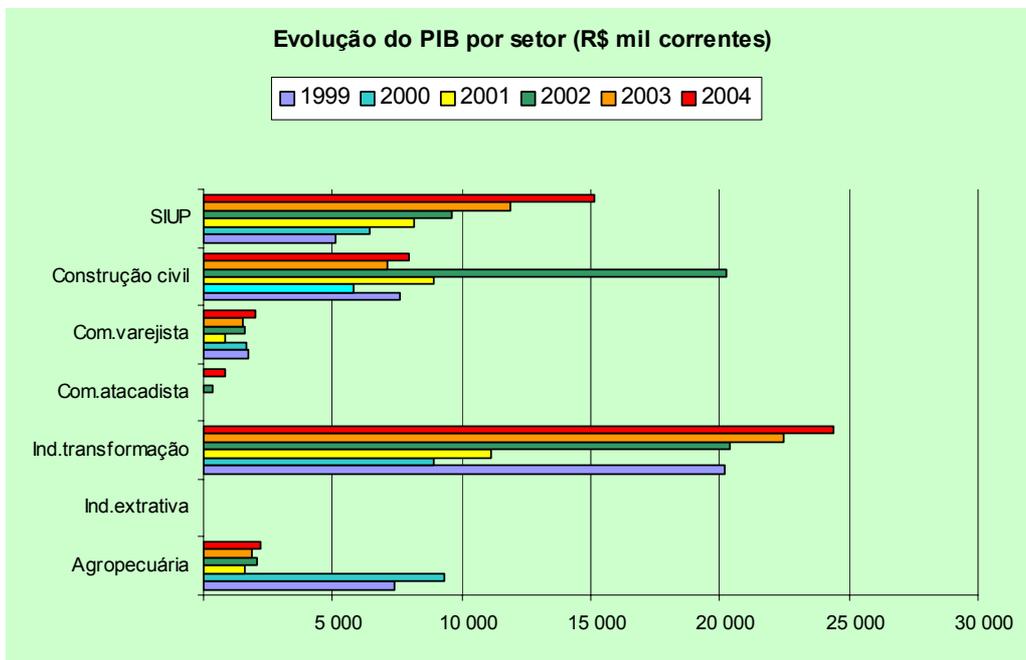


A composição do PIB de São João da Barra, em 2004, corresponde ao gráfico a seguir:



SÃO JOÃO DA BARRA

Já a produção dos setores apresentou os seguintes desempenhos no período 1999-2004²³:



23 - Em 1999 e 2000, o setor Transportes engloba Comunicações. Em 1999, o setor Indústria de transformação engloba Indústria extrativa. Dados setoriais sem imputação de intermediação financeira.

SÃO JOÃO DA BARRA

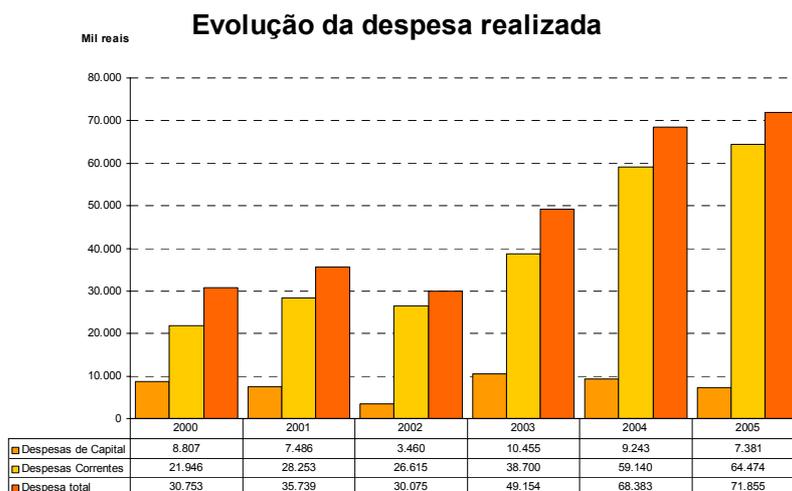
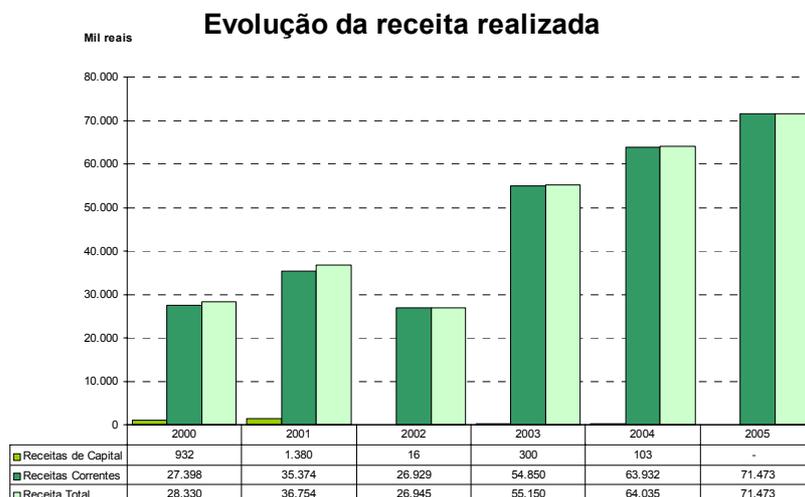
Para concluir o presente capítulo, a tabela a seguir apresenta a produção por setor econômico em São João da Barra no ano 2004 e sua posição frente aos demais 91 municípios do Estado.

Setor	Produção (mil reais)	Ranking 2004
Agropecuária	2.180	66 ^o
Extração de outros minerais	1	65 ^o
Indústria de transformação	24.385	35 ^o
Comércio atacadista	846	49 ^o
Comércio varejista	1.983	71 ^o
Construção civil	7.948	63 ^o
Serviços industriais de utilidade pública	15.129	49 ^o
Transportes	2.498	60 ^o
Comunicações	5.843	50 ^o
Instituições financeiras	2.393	56 ^o
Administração pública	27.329	29 ^o
Aluguéis	40.672	46 ^o
Outros serviços	17.121	52 ^o
Total dos setores	148.329	
Imputação de intermediação financeira	-5.482	
PIB a preços básicos	142.847	56 ^o

VI - INDICADORES FINANCEIROS ²⁴

O presente capítulo atém-se tão-somente à análise do desempenho econômico-financeiro da administração direta do município, com base em números fornecidos pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ. A administração direta pode não contemplar todas as receitas recebidas por outros órgãos municipais diretamente fundo a fundo ou via receita própria de entidades da administração indireta.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2000 a 2005 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

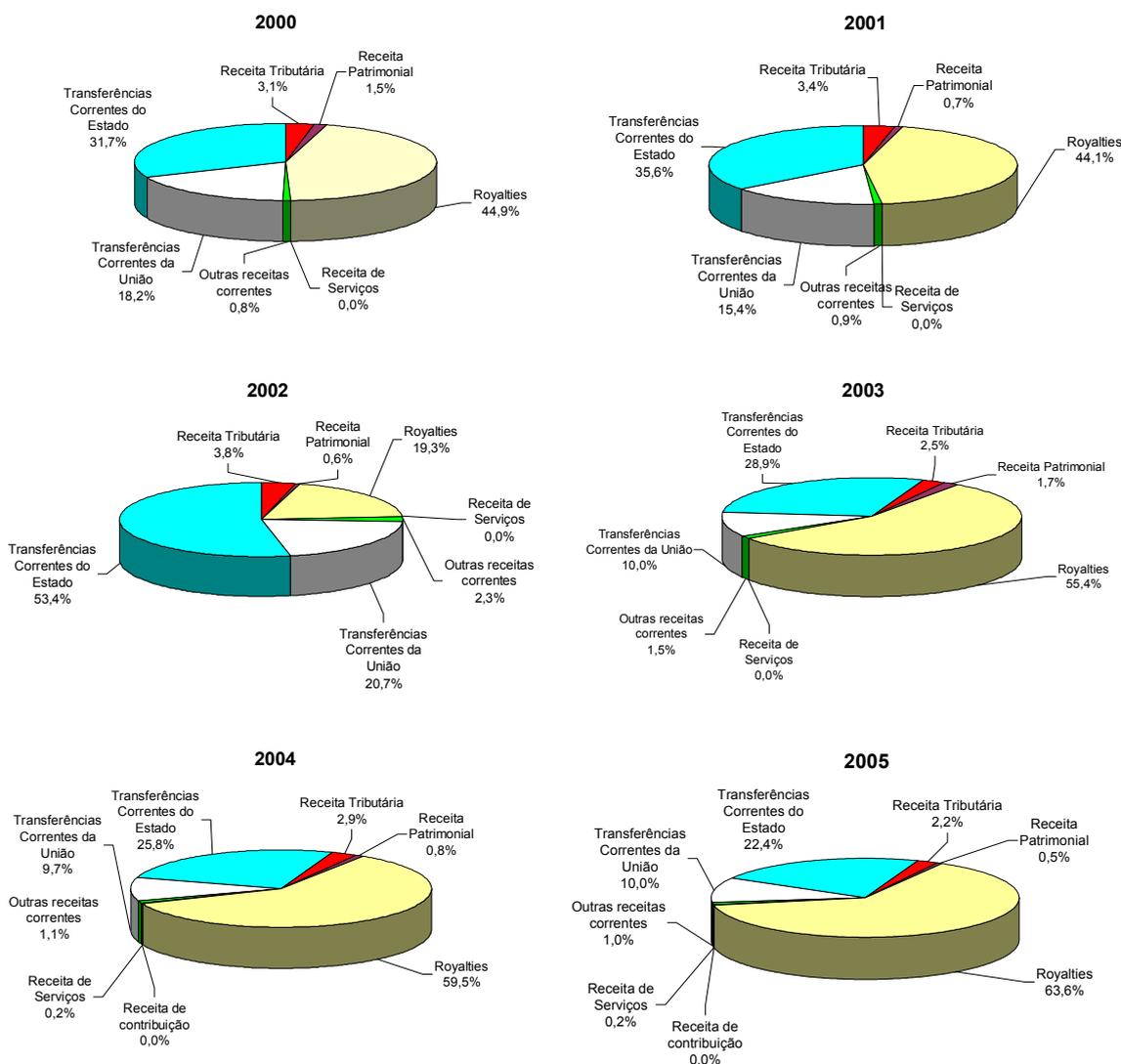


24 - Fontes: Prestações de Contas 1999 a 2005 – dados revisados em relação à edição anterior; Anuários CIDE 2000 a 2005; Fundação CIDE: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 2000 a 2005.

SÃO JOÃO DA BARRA

A receita realizada aumentou 152%, enquanto que a despesa cresceu 134% entre 2000 e 2005. Verifica-se uma queda abrupta da receita em virtude da menor arrecadação de *royalties* em 2002, da ordem de R\$ 10 milhões a menos que no exercício de 2001. Tal fato deveu-se ao naufrágio da plataforma P-36 da Petrobrás em 2002, com a conseqüente redução dos *royalties* para São João da Barra naquele ano.

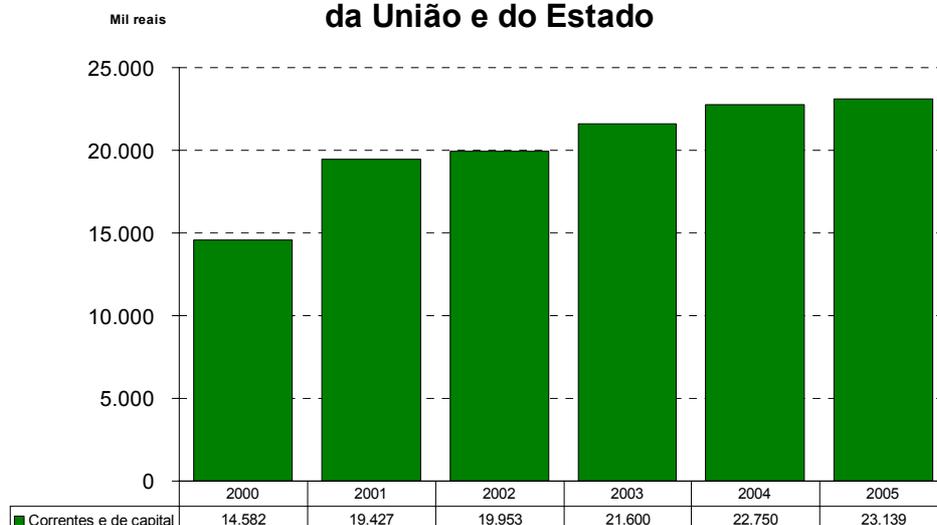
Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:



Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 2,2% do total no ano 2005.

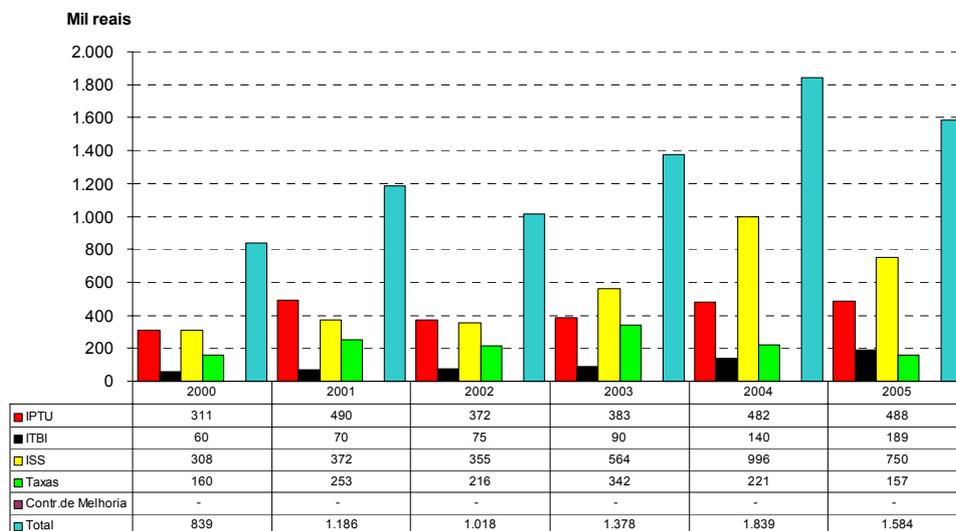
O montante transferido pela União e pelo Estado ao município observou a seguinte evolução:

Evolução das transferências da União e do Estado



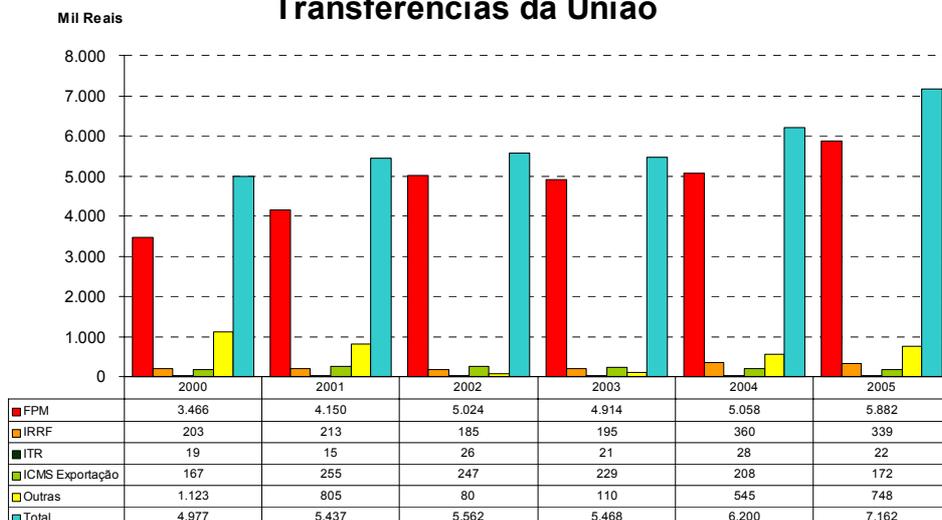
Na análise da evolução das transferências totais da União e do Estado para o município, verificamos um aumento de 59% entre 2000 e 2005, enquanto que a receita tributária teve um crescimento de 89% no mesmo período.

Evolução e Composição das Receitas Tributárias



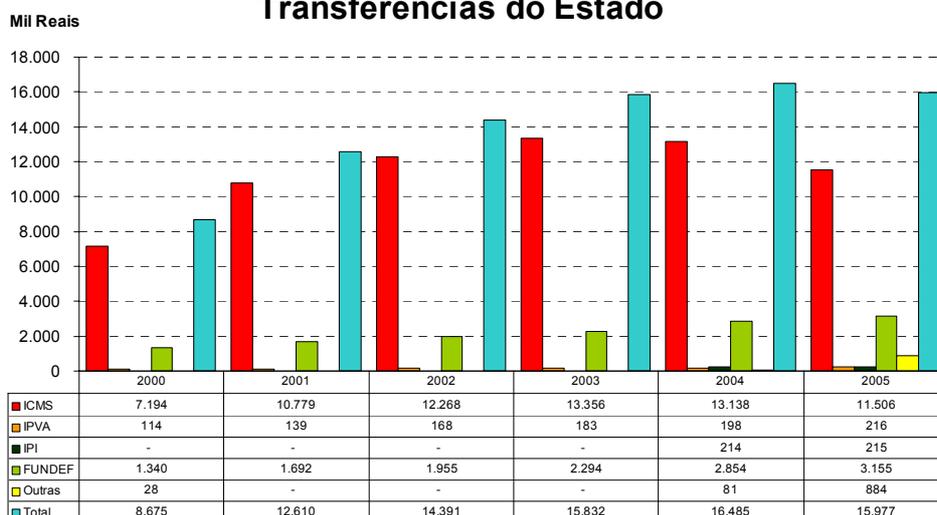
De acordo com o gráfico acima, o município apresentou uma evolução na receita tributária beneficiada pelo aumento de 144% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 217% na receita de ITBI, de 57% no IPTU e queda de 2% nas taxas.

Evolução e Composição das Transferências da União



As transferências correntes da União²⁵ cresceram 44% no período, com aumento de 70% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências.

Evolução e Composição das Transferências do Estado



A evolução das transferências correntes do Estado foi de 84% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 60% no repasse do ICMS e o crescimento de 136% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

25 - A partir de 2002, a receita de Imposto de Renda retido na fonte – IRRF, passou a ser contabilizada como receita tributária do município. Para preservar a série, no entanto, o IRRF segue alocado como Transferência Corrente da União.

Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas da administração direta municipal.

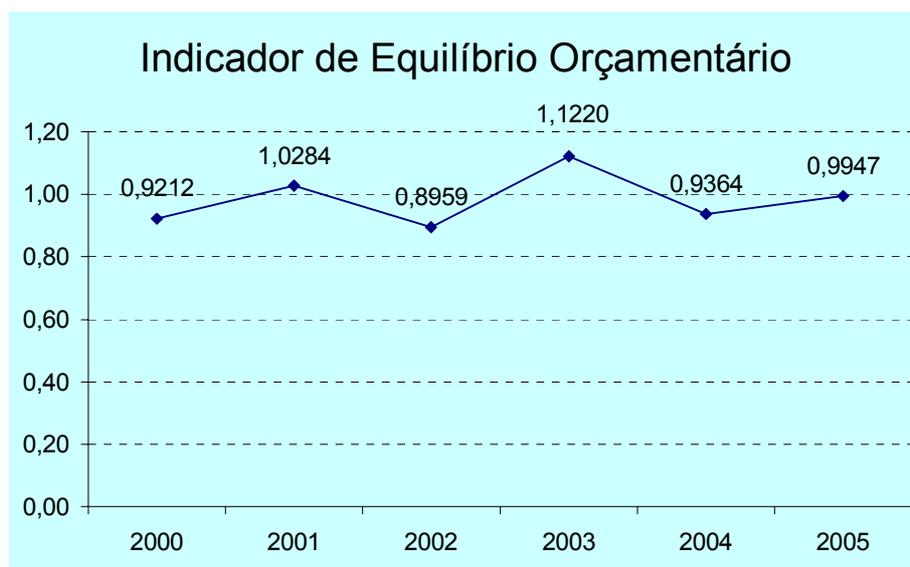
1) Indicador de equilíbrio orçamentário em 2005:

$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ 71.472.662}}{\text{R\$ 71.854.986}} = 0,9947$$

Este quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 99,47 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio orçamentário em apenas dois dos seis anos em análise.

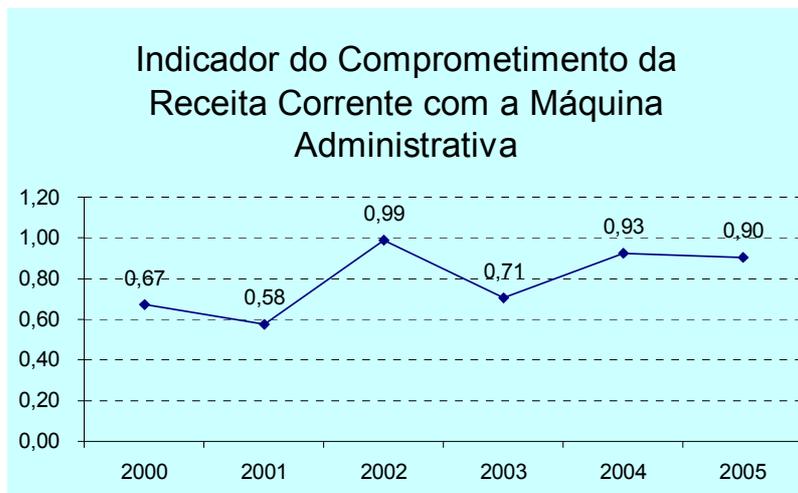


2) Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2005:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ 64.474.196}}{\text{R\$ 71.472.662}} = 0,90$$

Este indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 90% são comprometidos com despesas de custeio. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2000.



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 251% entre 2000 e 2005, enquanto que as receitas correntes cresceram 161% no mesmo período.

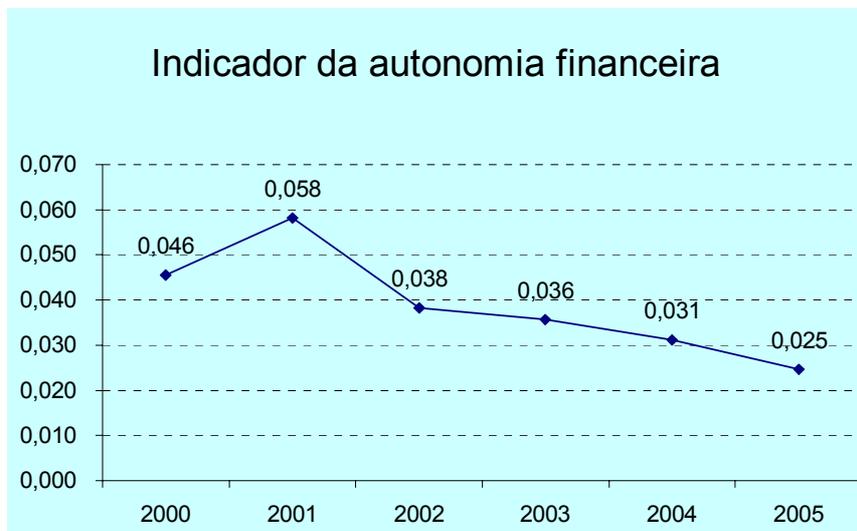
É importante salientar que, na composição das despesas correntes, as transferências correntes vinham apresentando forte crescimento entre 1999 e 2001, quando não mais puderam ser contabilizadas transferências intragovernamentais para entidades da administração indireta municipal, mais conhecidas como transferências operacionais. O resultado se reflete no aumento expressivo do indicador, uma vez que, a partir de 2002, tais transferências passaram a ser expressas como despesas de custeio.

3) Indicador da autonomia financeira em 2005:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ 1.584.328}}{\text{R\$ 64.474.196}} = 0,025$$

Este indicador mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como pode-se constatar, o município apresentou uma autonomia de 2,5% no exercício de 2005. A evolução deste indicador está demonstrada no gráfico a seguir.



Houve redução da autonomia municipal, uma vez que a Receita Tributária cresceu 89% no período, contra 251% de aumento das despesas de custeio.

Conclui-se que houve queda na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna mais dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

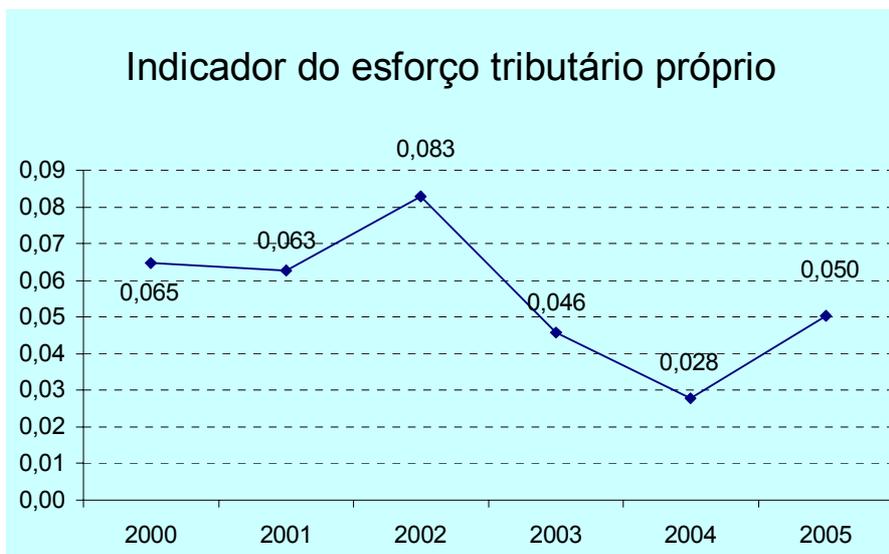
4) Indicador do esforço tributário próprio em 2005:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{ceita arrecadada}}$$

$$\frac{\text{R\$ } 1.584.328 + 2.013.270}{\text{R\$ } 71.472.662} = 0,050$$

Este indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 5,0% da receita total, enquanto, nos anos anteriores, sua performance está demonstrada no gráfico a seguir.

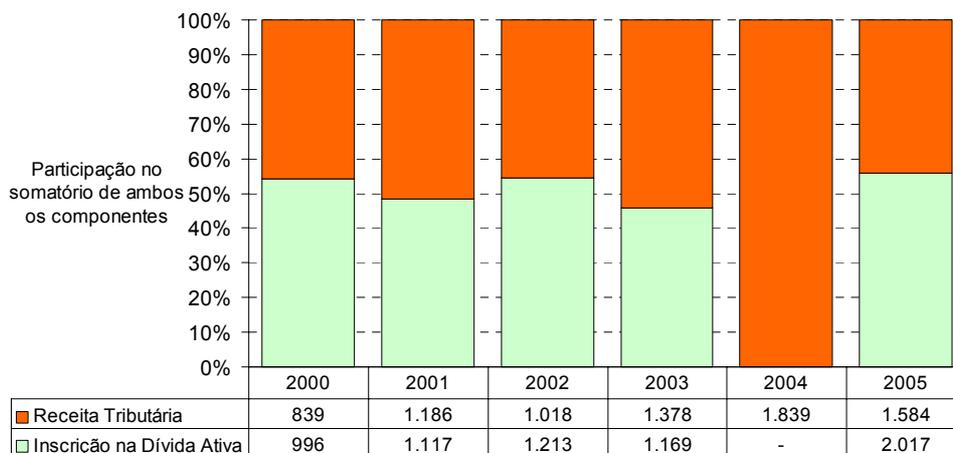


Conclui-se que houve redução de 22% neste indicador nos últimos seis anos, apesar dos volumes inscritos na dívida ativa.

Não resta dúvida que a maior parte da capacidade de investimento do Município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, Federal e Estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se ressaltar, também, dentro de nossa análise, quanto aos valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios ²⁶. Dentro dos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

Comparativo entre receita tributária e inscrição na dívida ativa

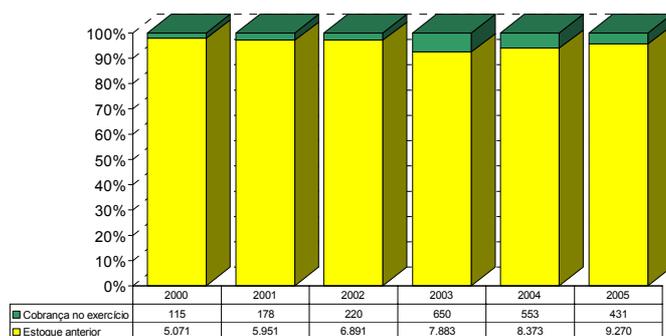


26 - Gráficos seguintes com valores em milhares de reais.

SÃO JOÃO DA BARRA

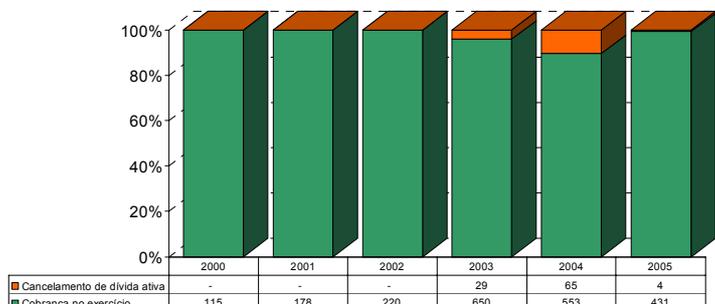
O gráfico abaixo apresenta a performance da cobrança da dívida ativa sobre o estoque pré-existente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa

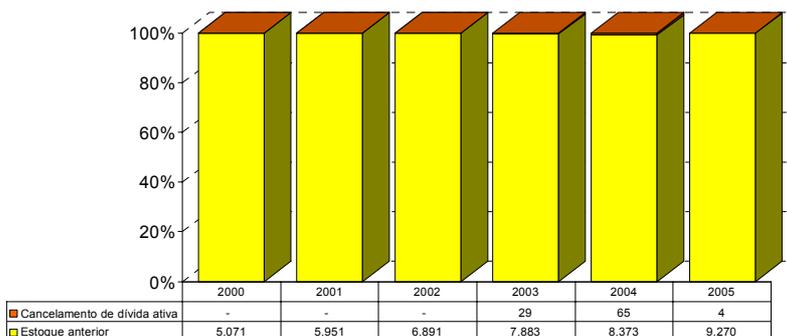


Cabe, ainda, salientar os valores cancelados, como demonstram os gráficos a seguir.

Evolução da Cobrança versus Cancelamento da Dívida Ativa



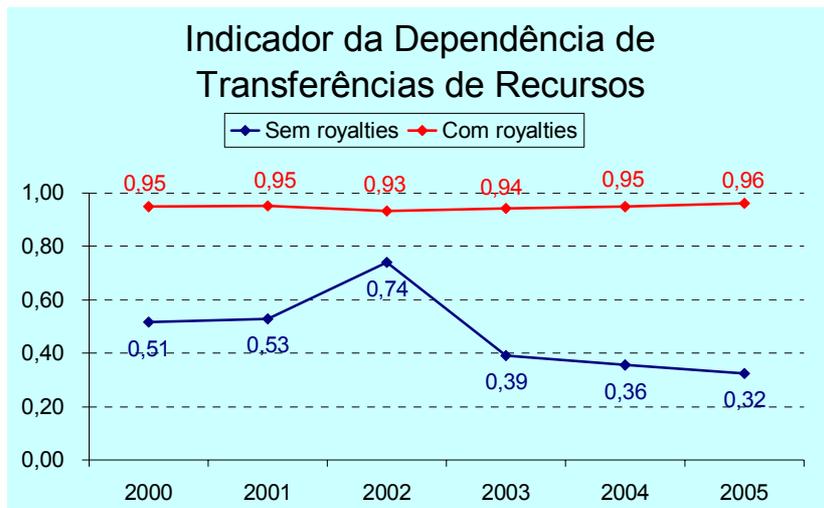
Evolução do Estoque versus Cancelamento da Dívida Ativa



5) Indicador da dependência de transferências de recursos em 2005:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ 23.138.752}}{\text{R\$ 71.472.662}} = 0,32$$

Verifica-se que a receita de transferências representa 32% do total da receita do município. O gráfico a seguir apresenta os valores deste indicador para os anos anteriores, demonstrando uma aparente redução da dependência do repasse de outros entes da federação.



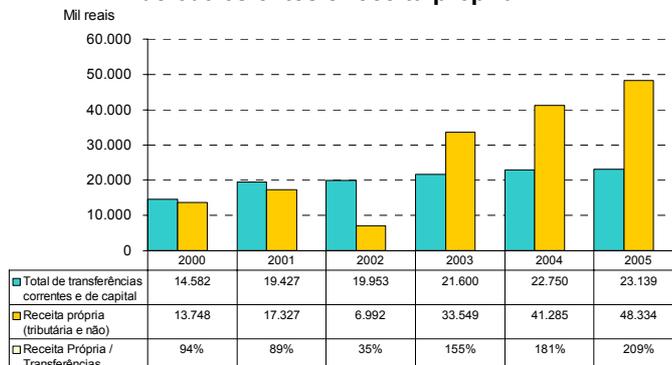
Caso somássemos as receitas de royalties ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2005, subiria para 96%.

$$\frac{\text{transferências correntes, de capital e royalties}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ 68.616.433}}{\text{R\$ 71.472.662}} = 0,96$$

Este indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do Município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de royalties que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 12,3 milhões em 2000, R\$ 15,6 milhões em 2001, R\$ 5,2 milhões em 2002, R\$ 30,4 milhões em 2003 e R\$ 38,0 milhões em 2004.

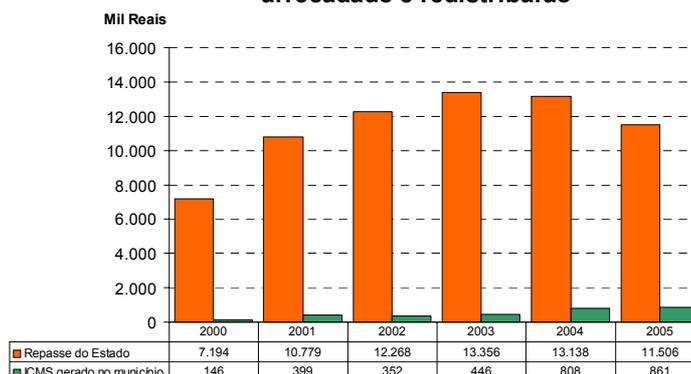
Como indica o gráfico a seguir, houve melhora na relação Receita própria/Transferências.

Comparativo entre transferências de outros entes e receita própria



Já com relação ao ICMS, arrecadado pelo Governo do Estado, verifica-se no gráfico a seguir o valor arrecadado no município contra o repasse feito pelo Estado (excluída a parcela do FUNDEF), entre 2000 e 2005.

Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído



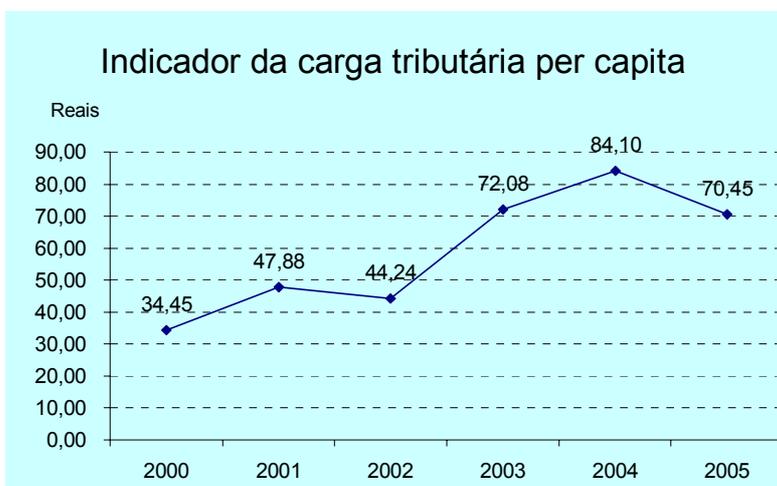
6) Indicador da carga tributária per capita em 2005:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}}$$

$$\frac{R\$ 1.584.328 + 431.284}{28.609} = R\$ 70,45/\text{habitante}$$

Este indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Verifica-se que, ao longo do exercício de 2005, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 70 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 105% no período.

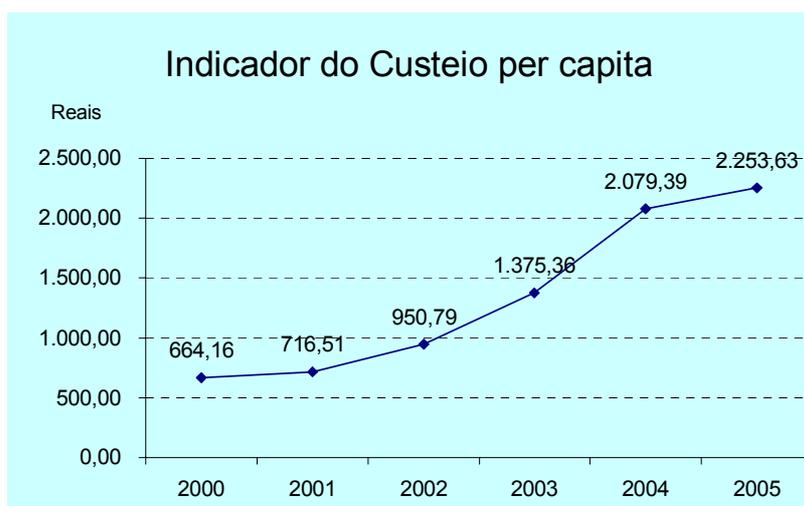


7) Indicador do custeio *per capita* em 2005:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 66.474.196}{28.609} = \text{R\$ } 2.253,63/\text{hab}$$

Este indicador objetiva demonstrar, em tese, o “quantum” com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos contribuir com 2.254 reais em 2005. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 239% no período de 2000 a 2005.



Como já citado no indicador nº 2, os dados acima não levam em consideração as transferências operacionais (intragovernamentais) para a administração indireta até o ano 2001.

8) Indicador dos investimentos *per capita* em 2005:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ 4.651.721}}{28.609} = \text{R\$ 162,80/hab}$$

Este indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Verifica-se que cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos no exercício de 2005, o equivalente a 163 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 70,45 (Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R\$ 162,80 representaria praticamente que 2,3 vezes o valor dos tributos pagos pelos cidadãos a eles retornou como investimentos públicos.

**9) Indicador do grau de investimento em 2004:**

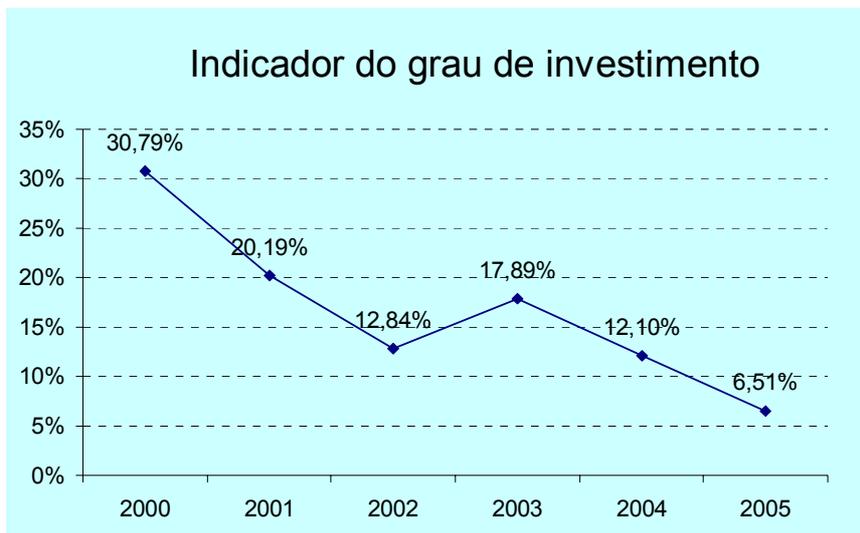
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ 4.651.721}}{\text{R\$ 71.472.662}} = 0,0651$$

Este indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 6,51% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (*Indicador nº 2 - comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa*) já compromete-se 90% das receitas correntes.

SÃO JOÃO DA BARRA

Esse quociente vinha se mantendo em níveis bons até 2004, evidenciando uma parcela considerável dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.



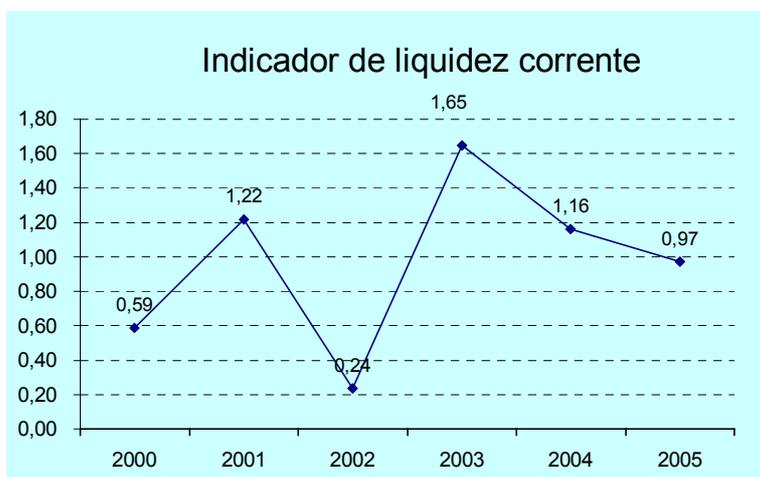
10) Indicador da liquidez corrente em 2005:

$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ } 3.301.067}{\text{R\$ } 3.396.655} = 0,97$$

Este quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima não revela perspectivas desfavoráveis à solvência imediata dos compromissos a curto prazo assumidos pela Prefeitura.

Como o gráfico a seguir aponta, a situação de liquidez do município esteve equilibrada em três dos seis anos avaliados.



VII - CONCLUSÃO

O município de São João da Barra tem uma área total de 457,8 km², correspondentes a 1,0% do Estado do Rio de Janeiro. Entre 1994 e 2001, houve crescimento de formações pioneiras para 80% do território municipal e redução expressiva em área agrícola para 8%. De acordo com estudos realizados para recomposição da biodiversidade, seria necessário implantar corredores ecológicos em 0,3 do território municipal para interligação de eventuais remanescentes florestais.

A densidade demográfica de seus 28.609 habitantes em 2005 é de 62 pessoas por km², a 57ª maior do Estado. De acordo com o Censo 2000, a taxa de urbanização alcança 100,0% de sua população, distribuídas em 17.450 domicílios, dos quais 62,7% têm acesso à rede geral de abastecimento de água, 18,9% estão ligados à rede geral de esgoto sanitário, e 76,3% têm coleta regular de lixo.

Quanto mais próximo de 1 for o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior o nível de desenvolvimento humano apurado. São João da Barra apresentou índice 0,774 em 2000. Nesse mesmo ano, a taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais chegou a 87,2%.

Quanto à educação, São João da Barra teve 8.801 alunos matriculados em 2005, uma variação de -0,7% em relação ao ano anterior.

O município tem 9 creches, com 460 crianças, 87% delas na rede municipal. São 30 pré-escolas, com 1.301 estudantes, 86% deles em instituições do município. Um total de 40 estabelecimentos se dedicam ao ensino fundamental, com 6.069 alunos matriculados, 45% nas 10 escolas estaduais e 49% nos 27 estabelecimentos da rede municipal. A distorção série-idade alcançou um total de 35,1% dos alunos. Enquanto a média de aprovação da rede estadual no Estado alcançou 81,6% de todos os estudantes em 2004, em São João da Barra este indicador alcançou 71,4%, com 17,7% de reprovação e 10,9% de abandono. Já nas redes municipais, 80,7% foram aprovados no Estado, enquanto a rede municipal local atingiu 77,3%, tendo havido 17,5% de reprovados e 5,2% abandonaram a escola.

Os 7 estabelecimentos de ensino médio tiveram 971 matrículas em 2005, sendo 97% na rede estadual. A distorção série-idade alcançou 61,3% dos alunos da primeira série. A média de aprovação no Estado atingiu 69,9% dos estudantes em 2004, contra 83,3% em São João da Barra, onde a rede estadual teve 82,4 dos alunos aprovados.

O PIB a preços básicos de 2004 alcançou R\$ 143 milhões, 56ª posição entre os 92 municípios fluminenses, com uma variação de 23,6% em relação ao ano anterior. O PIB *per capita* foi de R\$ 5.022,56. Se considerarmos a média do PIB *per capita* do Estado como índice 100,00, o de São João da Barra ficou em 28,45.

O Produto Interno Bruto do município teve as seguintes contribuições, por setor da economia, em 2004:

SÃO JOÃO DA BARRA

Agropecuária	1%	Extração mineral	0%
Indústria de transformação	16%	Comércio atacadista	1%
Comércio varejista	1%	Construção civil	5%
Serviços inds. utilidade pública	10%	Transportes	2%
Comunicações	4%	Instituições financeiras	2%
Administração pública	18%	Aluguéis	27%
Outros serviços	12%	Nota: O critério de arredondamento pode não somar 100%.	

O período de seis anos abrangido no presente estudo permite que se avalie mais de um mandato do executivo municipal. No caso desta edição de 2006, vislumbram-se indicadores do último administrador inteiro (2001-2004), um ano de seu antecessor e outro ano de seu sucessor (2000 e 2005, respectivamente).

As finanças dos 91 municípios do Estado analisados apontam que 35 deles gastaram mais do que receberam e que 36 não apresentaram liquidez corrente de sua administração direta.

São João da Barra teve uma receita total de R\$ 71.472.662,00 em 2005, ou 0,9947 vezes a sua despesa total, não apresentando equilíbrio orçamentário. Suas receitas correntes estão comprometidas em 90% com o custeio da máquina administrativa. Sua autonomia financeira é de 2,5% e seu esforço tributário alcançou 5,0% da receita total. A dependência de transferências da União, do Estado e dos *royalties* atingiu 96%.

A carga tributária *per capita* de R\$55,38 é a 54ª do Estado, sendo R\$17,04 em IPTU (51ª posição) e R\$26,22 em ISS (47º lugar).

Por sua vez, o custeio *per capita* de R\$2.253,63 é o 10º do Estado, contra um investimento *per capita* de R\$162,60, posição de número 18 dentre os demais 91 municípios. Esse investimento representou 6,5% da receita total. Tal quadro resultou numa liquidez corrente de 0,972.

Ao finalizarmos o presente trabalho, é importante enfatizar que as questões mais relevantes da administração pública não se esgotam nos temas abordados e nas análises apresentadas. É necessário que as áreas fins e de planejamento fomentem ainda mais a formação de bancos de dados representativos sobre os inúmeros aspectos socioeconômicos e ambientais do Rio de Janeiro.

Não seria suficiente apenas um aumento de oferta de informação. Fazem-se necessários o compartilhamento da mesma nos âmbitos federal, estadual e municipal, a discussão conjunta das alternativas possíveis para o enfrentamento dos desafios que surgem a cada dia, e a formação de parcerias entre os diversos níveis de governo, interagindo em benefício da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Izafas da Costa. Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória, Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- AFONSO, José Roberto Rodrigues; Araújo, Érika Amorim. A Capacidade de Gasto dos Municípios Brasileiros: Arrecadação Própria e Receita Disponível, Junho 2001 (mimeo).
- ALENCAR, Marco Antônio Barbosa de. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2002, TCE/RJ, 2003.
- BRITO, Jorge. Arranjos Produtivos Locais: Perfil das Concentrações Econômicas no Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.
- CAMPAGNONE, Marcos Camargo. Gerente Municipal: Um Profissional da Gestão Local, in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães. A Educação para o Século XXI: O Desafio da Qualidade e da Equidade, PREAL, 1999.
- COSTA FILHO, L.M. da; LOPES PORTO, L.F; MURTA, M.M.; NAZARETH, P.A. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Dezembro/99, TCE/RJ, 1999.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 1959.
- Estatística de Saúde: Assistência Médico – Sanitária, 2002. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 2002.
- ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro, FIDERJ, Rio de Janeiro, 1978.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS do ESTADO do RIO DE JANEIRO – FIRJAN, Agenda Brasil 2002 – Temas Prioritários, Rio de Janeiro, FIRJAN: 2002.
- _____. Desburocratização Eletrônica nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FIRJAN: 2002.
- _____. Desburocratização Eletrônica nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FIRJAN: 2005.
- _____. Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006/2015. Rio de Janeiro, FIRJAN: 2006.
- FOGAÇA, Azuete. Educação, Qualificação e Pobreza. in: Bonemy, H.(org.). Ensino Básico na América Latina: experiências, reformas, caminhos. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- FÓRUM SÃO PAULO - Século XXI – Cadernos de Educação. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, (SEADE), 1999.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CIDE, 1987.
- _____. Índice de Qualidade dos Municípios – Verde, Rio de Janeiro, CIDE, 2000.
- _____. Índice de Qualidade dos Municípios - Verde II, Rio de Janeiro, CIDE, 2003.

SÃO JOÃO DA BARRA

_____. Índice de Qualidade dos Municípios – Potencial para o Desenvolvimento II, Rio de Janeiro, CIDE, 2006.

_____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 1, 2000, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2000.

_____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 2, 2001, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2001.

_____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 3, 2003, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2003.

_____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 4, 2004, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2004.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: O PPA 2000 - 2003, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Maio, 2000 (Texto para Discussão n.º 726).

_____. Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Janeiro, 2001 (Texto para Discussão n.º 776).

IBGE. Censo Demográfico – 2000 – Características da População e dos Domicílios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Primeiros resultados da amostra parte 1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Rio de Janeiro, 2000.

_____. Primeiros Resultados da Amostra, parte 2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Síntese de Indicadores Sociais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2004. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. Índice de Competitividade Estadual. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.brasilcompetitivo.com>. Acesso em 24/05/06.

MURTA, Marcelo Martinelli. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Fevereiro/2001, TCE/RJ, 2001.

NADER, José Leite. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2000, TCE/RJ, 2001.

NAZARETH, P.A.; LOPES PORTO, L.F.. As Finanças dos Municípios Brasileiros: O Caso do Rio de Janeiro, TCE/RJ, Janeiro 2002.

NOLASCO, José Maurício de Lima. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2001, TCE/RJ, 2002.

SÃO JOÃO DA BARRA

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Educação e Desigualdade Agenda XXI, São Paulo, 1999.

PACHECO, Regina Silvia. Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

Pesquisa Nacional de Saneamento Básico: 2000 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 2002.

RABELLO, Julio L. Relatório das Contas de Gestão do Governo - Exercício 2005, TCE/RJ, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL, Prestações de Contas dos Exercícios de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005. Prefeitura.

QUINTELLA, Sérgio F. Relatório das Contas de Gestão do Governo - Exercício 2003, TCE/RJ, 2004.

REIS, E.; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos. Versão Preliminar, World Bank, 2002.

SOUZA, Aluisio Gama de. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2004, TCE/RJ, 2005.